



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CAIO GOMES BRANDÃO RIOS

Quebrando o Tabu:
Instituições e Desenhos Experimentais

Recife
2025

CAIO GOMES BRANDÃO RIOS

Quebrando o Tabu:
Instituições e Desenhos Experimentais

TESE DE DOUTORADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título
de Doutor em Ciência Política

Área de Concentração: Democracia e Instituições

Orientador: Flávio da Cunha Rezende

Recife
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Rios, Caio Gomes Brandão.

Quebrando o tabu: instituições e desenhos experimentais /
Caio Gomes Brandão Rios. - Recife, 2025.
140f.: il.

Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, 2025.

Orientação: Flávio da Cunha Rezende.

1. Instituições políticas; 2. Experimentos; 3. Política
comparada. I. Rezende, Flávio da Cunha. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CAIO GOMES BRANDÃO RIOS

QUEBRANDO O TABU: INSTITUIÇÕES E DESENHOS EXPERIMENTAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor/a em Ciência Política.

Aprovada em: 28/08/2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Flávio da Cunha Rezende
(Orientador/a)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos
(Examinador/a Externo/a)
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Rebecca Bianca de Melo Magalhaes Brasileiro
(Examinador/a Externo/a)
Universidade Federal do Pampa

Prof.^a Dr.^a Mariana Batista Da Silva
(Examinador/a interno/a)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Ricardo Borges Gama Neto
(Examinador/a interno/a)
Universidade Federal de Pernambuco

In memoriam

José Barbosa Amorim Filho

Juan Carlos Del Teglia

Dr. Sing-Chang Hung

Agradecimentos

Primeiramente a Deus.

À Universidade Federal de Pernambuco, ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas e ao Departamento de Ciência Política pela longa jornada de 12 anos em que fui aluno nessas instituições, da graduação ao doutorado. É com muito orgulho que finalizo minha carreira acadêmica nesse lugar. Agradeço também à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco por financiar meus estudos, tanto no mestrado quanto no doutorado.

Ao meu orientador e amigo Flávio da Cunha Rezende. É difícil pôr em palavras a influência dele sobre minha formação. Rezende foi meu orientador na graduação, no mestrado e no doutorado, e, muito mais do que me orientar academicamente, ele me orientou para a vida. Trabalhamos intensamente, dia e noite, em função da Teoria do Pluralismo Inferencial e colhemos belos frutos dos esforços empreendidos. Obrigado por tudo!

À minha mãe, Leila Maria Gomes Amorim, por todo o apoio de sempre, principalmente nas horas mais difíceis. Sua presença constante foi essencial para a conclusão desta tese. Sempre que eu precisei, ela se fez presente. Agradeço também ao meu pai, Isaias Brandão Rios, que mesmo à distância, me ajudou indiretamente com conversas descontraídas durante a madrugada.

Aos meus sogros, Ivanice da Silva Dias e Paulo Roberto Simões Viana, que torceram por mim mais do que ninguém. Eles foram fundamentais na minha jornada, me apoiando em momentos difíceis e comemorando em momentos felizes. As viagens de carro para a Argentina foram memoráveis. Agradeço também à família de João Pessoa, sobretudo nos últimos momentos, que através do grupo de oração, me fortaleceu e me aproximou de Deus ainda mais.

Aos meus irmãos, Alexandre Gomes de Moura e Cícero Gomes Xavier, que em meio a discussões calorosas e risadas, me apoiaram em todas as minhas decisões. Agradeço também aos meus avós, Vó Deda, Zé Flor, Vó Dade e Vovô Mexicano (*in memoriam*) que sempre oraram e torceram por mim.

Aos meus padrinhos, Tio Orlando e Tia Linda e à toda minha família, por parte de mãe e de pai, tios, tias, primos e primas. Todos contribuíram com momentos especiais ao longo desses anos. Meu muito obrigado!

Aos meus irmãos, Santiago Gumapas Rios e Carolina Gumapas Rios, e à Cherry Gumapas (Cereja), que, apesar da distância, se mantiveram presentes em minha vida. Agradeço, também, à Herb Hung, que se tornou um grande amigo da família. Obrigado pelas grandes reflexões sobre a vida.

Aos meus amigos do colégio que são importantes para mim. Artur, Breno, Diego, Renan e Petrus, obrigado pelos vários momentos de descontração durante as madrugadas de *gameplay*.

À excelente equipe que compõe o Observatório de Indicadores Culturais, na Secretaria de Cultura de Pernambuco, local em que trabalho. Danillo Rafael, João Henrique, Liliane Fagundes, Manuella Oliveira e Mariana Barros, vocês foram essenciais para a conclusão desta tese. Agradeço também aos ex-participantes do observatório, Isabela do Canto, Letícia de Souza e Tales Araújo. Os conhecimentos adquiridos e as amizades feitas não seriam possíveis sem o convite e a orientação de Eduarda Lippo que também se tornou uma amiga importante nessa trajetória.

Durante o doutorado me mudei para Argentina com minha esposa e fui muito bem recebido por todos. Obrigado a todos os amigos pelos momentos de estudo em grupo e pensamento positivo de todos que fizeram parte. Agradeço em especial à tia Bel que nos ajudou em incontáveis momentos. Ela e Juan (*in memoriam*) foram como pais para nós aqui na Argentina.

Ao meu filhote Nico, que me ajudou muito durante os passeios diários. Foram meus melhores momentos de reflexão.

Ao amor da minha vida, minha querida esposa Bárbara Cristina Dias Viana. Esta tese sem você ao meu lado não significaria nada. Te amo mais que tudo!

Resumo

Explicações institucionais podem ser analisadas a partir de desenhos experimentais?

Esta tese busca responder essa questão a partir de uma análise empírica que combina dados bibliométricos, estudo de casos e análise de conteúdo da produção científica na área de Política Comparada. A Teoria do Pluralismo Inferencial diz que a dualidade teórica (Comportamentalismo vs. Institucionalismo) presente na disciplina gera uma diversidade de lógicas de causação. Isso acontece, pois a Ciência Política não pode abandonar as explicações institucionais por completo, e a relação endógena entre contexto e instituições traz a Nova Metodologia Qualitativa ao centro do debate nesses estudos. No entanto, mostro que existe uma parcela pequena dessa produção que consegue driblar os problemas metodológicos inerentes às instituições e aplicar desenhos experimentais. Dessa forma, ela segue a revolução de credibilidade vivenciada pela disciplina. Chamo esses estudos de zona cinzenta e mostro que eles combinam teorias institucionais e comportamentais para tornarem suas perguntas de pesquisa mais identificáveis e passíveis de serem respondidas por estratégias experimentais. Os experimentos de *survey* ganham destaque na zona cinzenta, mas os experimentos de laboratórios demonstram maior versatilidade para manipular regras e estruturas.

Abstract

Can institutional explanations be analyzed through experimental designs? This thesis seeks to answer this question through an empirical analysis that combines bibliometric data, case studies and content analysis of the scientific production in Comparative Politics. The Theory of Inferential Pluralism states that the theoretical duality (Behavioralism vs. Institutionalism) that exists within the discipline generates a diversity of logics of causation. This happens because Political Science cannot entirely abandon institutional explanations, and the endogenous relationship between context and institutions brings the New Qualitative Methodology to the center of the debate in these studies. However, I show that there is a small portion of this production that manages to circumvent the methodological problems inherent to institutions and apply experimental designs. In this way, it follows the credibility revolution experienced by the discipline. I call these studies the gray zone and show that they combine institutional and behavioral theories to make their research questions more identifiable and capable of being answered through experimental strategies. Survey experiments gain prominence in the gray zone, but laboratory experiments demonstrate greater versatility to manipulate rules and structures.

Lista de Figuras

Figura 1 - Modelo Tripartite	55
Figura 2 - Processos para identificação do corpus.....	73

Lista de Quadros

Quadro 1- Conceitos fundamentais para os desenhos experimentais	48
Quadro 2 - Tópicos estudados pelos artigos experimentais (NMF)	103

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Informações da amostra	75
Tabela 2 - Palavras mais frequentes após termos social e public	84
Tabela 3 - Vinte referências mais citadas.....	89
Tabela 4 - Estatísticas descritivas do IBI.....	99
Tabela 5 - Referências mais citadas dos artigos experimentais	100

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evoluções dos estudos institucionais na CP.....	21
Gráfico 2- Evolução do uso de Experimentos na Ciência Política (APSR e PSQ)	43
Gráfico 3- Seleção Hipotética de Casos	62
Gráfico 4 - IBI por periódicos	79
Gráfico 5 - Distribuição de IBI	80
Gráfico 6 - Treemap dos top 20 termos	82
Gráfico 7 - Top 15 termos (FIT)	85
Gráfico 8- Screeplot da análise de correspondência entre termos e periódicos	86
Gráfico 9 - Análise de correspondência entre termos e periódicos.....	87
Gráfico 10 - Países mais estudados	91
Gráfico 11 - Diagrama de Venn dos Desenhos de Pesquisa	92
Gráfico 12 - Artigos experimentais e fator de impacto.....	95
Gráfico 13 - Evolução experimental.....	97
Gráfico 14 - Distribuição do IBI (Geral x Experimental).....	98
Gráfico 15 - Top 15 termos nos artigos experimentais	102
Gráfico 16 - Mapa com países estudados pelos artigos experimentais	104
Gráfico 17- Distribuição dos artigos por tipo de experimento	105
Gráfico 18 - Screeplot da Análise de Correspondência entre temas (NMF) e tipos de experimentos.....	107
Gráfico 19 - Análise de Correspondência entre temas (NMF) e tipos de experimento	108

Sumário

1 Introdução	14
2 Institucionalismo na Ciência Política	19
2.1 As três versões clássicas do neoinstitucionalismo	23
2.2 Complexidade ontológica das instituições.....	26
2.3 Segregação dos institucionalismos?	31
3 Inferência Causal e Experimentos	34
3.1 O problema fundamental da inferência.....	37
3.2 Experimentos na Ciência Política	41
4 Pluralismo Inferencial e a Zona Cinzenta	52
4.1 Pluralismo Inferencial.....	53
4.2 A zona cinzenta	61
5 Metodologia	72
6 Política Comparada e Análise Institucional	78
7 Análise Institucional e Desenhos Experimentais.....	94
7.1 Análise bibliométrica e de conteúdo	95
7.2 Estudo de casos experimentais	105
8 Conclusão.....	117
Referências	121
Apêndice	131

1 Introdução

A divisão da Ciência Política (CP) entre as perspectivas comportamentais e institucionais não é recente na disciplina e já foi exaustivamente analisada por outras obras (WILSON, 2017; REZENDE, 2021, 2023). Não obstante, a onda experimental vivenciada nos últimos anos é notória e não vem acontecendo de forma aleatória. Os pesquisadores precisam adaptar suas perguntas e objetos de pesquisa de maneira a acomodar teoria e desenho de pesquisa, e, por essa razão, algumas perguntas são mais acessíveis à perspectiva experimental do que outras. A grande questão é que existe uma clivagem marcada pela importância dada ao contexto entre institucionalistas e comportamentalistas. O contexto dificulta a análise experimental ao adicionar elevado grau de endogeneidade entre as relações propostas, o que, por sua vez, é modelado mais adequadamente por desenhos de pesquisa qualitativos. Ainda assim, pretendo responder e explorar a seguinte pergunta: *A pesquisa experimental é possível em análises institucionais?*

O objetivo desta tese é mapear e compreender como os desenhos experimentais podem ser incorporadas às explicações baseadas em modelos institucionais na Ciência Política Contemporânea. Ao explorar essa conexão, pretendo desmistificar a impossibilidade do uso deste desenho pelos institucionalistas e ampliar o leque metodológico disponível para que testem suas hipóteses.

A relação entre metodologia e teoria na Ciência Política pode ser verificada no decorrer de sua história. Nela observamos constantemente uma mudança de foco no objeto de pesquisa, ora instituições, ora comportamento. No seu surgimento, o papel da Ciência Política era simplesmente descrever as instituições do Estado (ALMOND, 1998). Explicações causais eram minoritárias e os estudos de caso povoavam a maioria das publicações. A primeira tentativa de mudar o objeto de análise, e por consequência, as estratégias empíricas, foi feita por Charles Merriam na década de 1920 que defendia a aproximação entre a disciplina, as ciências naturais e a psicologia (MERRIAM, 1921). Nessa época, ele já defendia a introdução de métodos experimentais nas agendas de pesquisa da disciplina.

Apesar da precoce tentativa de Merriam, apenas nas décadas de 1950/60 que a revolução comportamental ganhou força e com ela veio a mudança de nível de análise (que deixa de ser as instituições e passam a ser o indivíduo) e das técnicas utilizadas. As universidades começaram a reforçar o treinamento estatísticos de seus estudantes e pesquisas de *survey* ganharam força para capturar o comportamento dos eleitores. Depois disso, o novo institucionalismo trouxe as instituições novamente para o centro da disciplina na década de

1980/90 e herdaram a preocupação com o rigor metodológico advindo do movimento anterior. Os pesquisadores passam a modelar instituições em meio a uma crescente demanda por explicações causais. Mais recentemente observa-se que ambas as lógicas coexistem e que explicações comportamentais ganharam bastante espaço nas publicações de alto fator de impacto, pois, com o advento das pesquisas experimentais e quase-experimentais ganharam precisão e robustez nos testes dos argumentos propostos. No entanto, a introdução desses desenhos tem sido tímida nos modelos institucionalistas.

As instituições, por natureza, são endógenas. Seu surgimento e sua forma dependem drasticamente do contexto e da história, e como Przeworski (2009) afirma “o motor da história é a endogeneidade”. Distinguir o efeito das instituições do contexto em que elas estão inseridas é um sério problema que os pesquisadores enfrentam. Por causa disso, o “método comparativo” é alvo de grandes discussões metodológicas na disciplina (LIJPHART, 1971; BOIX & STOKES, 2007). Espera-se que desenhos que consigam capturar configurações e mecanismos causais sejam a escolha natural do pesquisador ao testar hipóteses institucionais (HALL, 2003). Ou seja, os desenhos da nova metodologia qualitativa (e.g. *process-tracing*) devem possuir lugar privilegiado nessa literatura.

Os estudos observacionais quantitativos, por sua vez, tratam o problema da endogeneidade inerente às instituições através de variadas técnicas estatísticas e controles para ajustar seus modelos e conferir robustez aos resultados encontrados. Esses modelos são onipresentes na Ciência Política, e a literatura institucional não é uma exceção. Por outro lado, é esperado que desenhos experimentais não se encaixem nesses modelos, uma vez que o nível de análise das observações não é facilmente manipulável e, como dito acima, a influência do contexto atrapalha a identificação. Essa aparente impossibilidade é o foco desta tese. Entender sob quais condições a pesquisa experimental é possível nos modelos institucionais é crucial para sua evolução metodológica, e, por conseguinte, a qualificação do leque de desenhos de pesquisa disponíveis.

Uma das teorias que tenta explicar a relação entre teorias, desenhos de pesquisa e base empírica na Ciência Política é a Teoria do Pluralismo Inferencial (REZENDE, 2015a, 2017, 2023). Ela propõe que a disciplina se distingue dos outros campos das ciências sociais, pois, apesar de sofrer fortes influências do campo da psicologia e da econometria, ela não abandonou por completo sua conexão com as instituições. No livro *O pluralismo inferencial na ciência política: teoria e evidências*, Rezende mostra que a disciplina possui uma clivagem no que diz respeito à causalção, o que constitui, em suas palavras, Mesas Inferenciais Separadas (REZENDE, 2023). Analisando os principais periódicos da disciplina, o autor mostra que uma

das principais razões para a existência da condição de pluralismo inferencial na Ciência Política é a competição entre as explicações institucionais e comportamentais.

De forma resumida, um dos pressupostos centrais da Teoria do Pluralismo Inferencial é que a lógica da explicação na Ciência Política segue a equação fundamental da política proposta por Plott (1991). Os fenômenos sociais são um produto das preferências dos agentes, suas crenças e as instituições. Estas, mesmo que possuam alto grau de endogeneidade, não podem ser afastadas da explicação política, o que leva os pesquisadores a criarem estratégias de identificação que possam contornar os problemas acima listados. Somado a isso, o retorno do comportamentalismo, trazendo consigo inovações metodológicas e maior rigor na busca por inferência causal, apresenta uma conjuntura única na disciplina em que múltiplas lógicas de causação coexistem resultando na ampliação do leque de desenhos de pesquisa disponíveis.

De maneira concisa, o empate de teorias comportamentais e institucionais na produção de alto fator de impacto é um forte indicador da condição de pluralismo inferencial. Por um lado, as pesquisas institucionais, ao lidar com o problema da endogeneidade, estariam associadas a desenhos cujo foco seriam no contexto, nos mecanismos e nas configurações causais (causa-dos-efeitos). Por outro, a abordagem comportamental estaria ligada a estimação de efeitos pela via experimental e quase-experimental (efeito-das-causas). Ao observar uma parte seleta dos estudos institucionais que vai na contramão do esperado, isto é, aqueles que conseguem utilizar desenhos experimentais, poderemos observar como teoria e método se moldam para tornar o conhecimento cada vez mais crível.

Essa tese pretende “iluminar” essa zona cinzenta composta pela interseção entre teorias institucionais e desenhos experimentais. Alguns fatores dificultam essa conexão, são eles: dificuldade de manipulação das instituições; difícil alcance de líderes do governo para pesquisa; especificidade do contexto; e endogeneidade (GROSE, 2014). Apesar desses entraves, podemos observar uma inserção da pesquisa experimental na política comparada, que possui grandes influências da teoria institucional.

O que de fato vem ocorrendo com as pesquisas institucionais? Será que realmente não “suportam” desenhos experimentais? Quais perguntas são passíveis de serem respondidas através de experimentos? Ao observar a parcela dos estudos institucionais que testam suas hipóteses pela via experimental pretendo responder empiricamente estas perguntas.

Para responder os questionamentos supracitados, utilizarei dados bibliométricos de sete periódicos declaradamente comparativos com maior fator de impacto da disciplina, são eles: *Comparative Political Studies*, *World Politics*, *Democratization*, *Studies in Comparative International Development*, *Comparative Politics*, *Publius: The Journal of Federalism* e

Comparative European Politics. Ainda que existam publicações institucionais em periódicos situados em maiores faixas de fator de impacto (e.g. *American Political Science Review*), eles são mais difíceis de serem identificados, uma vez que esses periódicos são mais abertos e aceitam uma ampla gama de artigos científicos. Por essa razão, a relação entre a política comparada e as teorias institucionais é de fundamental importância para a análise empírica desta tese. Identificar cada artigo publicado no campo da Ciência Política e classificá-lo como institucional ou não é uma tarefa árdua devido à alta quantidade de publicações e à dimensão teórica de um artigo não ser facilmente detectada, pois estão inseridas no conteúdo dos artigos e nas referências citadas de forma não estruturada e muitas vezes escondidas¹. Para facilitar a estratégia empírica e a coleta de dados, utilizamos a política comparada como *proxy* da abordagem institucional.

A discussão teórica da tese se divide em duas partes. Primeiro analisarei o institucionalismo na Ciência Política, mostrando as diversas vertentes que existem, bem como suas diferenças ontológicas e epistemológicas. Apesar de amplamente estudada ao longo da história da disciplina, inexistente um consenso de como as instituições moldam o comportamento político e social do indivíduo. O que todas as vertentes concordam é que elas importam, porém como importam é alvo de constante debate. Pretendo, nesta seção, mostrar as principais reflexões sobre o tema, focando na pluralidade conceitual do institucionalismo.

Na segunda parte, o foco se volta à pesquisa experimental na Ciência Política. Nesta seção, abordarei o famoso experimento das xícaras de chá com leite proposto por Sir Ronald A. Fisher que trouxe grande contribuição metodológica para os experimentos, sobretudo no que diz respeito a noção de atribuição aleatória. Depois disso, será detalhado o modelo de causas potenciais construídos por Neyman, Rubin e Holland em várias publicações diferentes. Esse modelo possui grande influência na metodologia política e a lógica experimental está fortemente presente nele. Desse modo, mostrarei o porquê de os experimentos serem o desenho de pesquisa que melhor contorna o famoso problema fundamental da inferência. Por último, serão abordadas algumas obras fundamentais sobre o desenho experimental na Ciência Política. Introduzido esse debate, sigo para um capítulo que explora o argumento e o foco de análise desta tese, isto é, a relação entre instituições e experimentos. Primeiramente, a Teoria do Pluralismo Inferencial será analisada de forma detalhada. Depois, serão expostos os argumentos

¹ Os periódicos de alto fator de impacto, em sua maioria, limita a quantidade de caracteres dos artigos publicados. Essa limitação implica no foco que os autores pretendem dar ao artigo e, como a robustez metodológica é indispensável para sua aceitação pelos revisores em *peer-review*, a escolha comum é deixar o desenho de pesquisa o mais explícito possível (sobretudo se tratando de pesquisa experimental) e tornar o argumento teórico breve e “escondido” nas referências citadas.

que contrariam a interseção entre experimentos e explicação institucional, mostrando a incompatibilidade da ontologia das instituições com a lógica inferencial dos desenhos de pesquisa. Depois, lançarei as hipóteses que norteiam a análise subsequente que giram em torno das possibilidades analíticas que as explicações institucionais possuem pela via experimental. Mais especificamente, são elas: *a aplicação de desenhos experimentais é possível em modelos institucionais* (H1); *desenhos experimentais respondem perguntas que estão na interseção entre teorias comportamentais e institucionais* (H2); e *os experimentos de laboratório devem ser mais utilizados em relação aos demais* (H3).

Para testar essas hipóteses, a parte empírica se subdivide em dois capítulos. Primeiro, farei uma análise exploratória do *corpus*² que representa a produção de política comparada de alto fator de impacto da disciplina. O foco é comprovar a conexão forte que existe entre a pesquisa institucional e a política comparada. No final desse capítulo, mostrarei que existe uma parcela de artigos comparativos que utilizam desenhos experimentais (H1). Essa parcela é a zona cinzenta composta pela interseção entre explicações institucionais e estratégias de identificação experimentais. O segundo capítulo empírico focará nessa zona cinzenta e mostrará que, apesar das influências institucionais, ela possui um deslocamento teórico pró-comportamental, sem deixar características institucionais de lado (H2). Depois disso, será identificado o tipo de experimento que cada artigo utiliza e se observará em que medida os experimentos de laboratório são preferíveis ou não (H3). A última parte desse capítulo analisa três artigos experimentais escolhidos aleatoriamente da zona cinzenta para adentrar com maior riqueza de detalhes no debate. Encerro a tese com um breve capítulo conclusivo.

² A definição de *corpus* sugerida por Schaefermeier et al (2021) é a seguinte: *corpus* é a relação ternária entre $P \times O \times Y$, em que P é um conjunto de artigos, O é um conjunto de periódicos (vias de publicação) e Y é um conjunto de números naturais que indica o ano de publicação. O *corpus* precisa cumprir com a condição de que um determinado artigo só pode ter um único periódico e um único ano de publicação. O conjunto de artigos que respeitam essa condição é um *corpus*.

2 Institucionalismo na Ciência Política

O estudo das instituições na Ciência Política (CP) existe desde os primórdios da disciplina (GOODIN & KLINGEMANN, 1998), porém sua concepção mudou em vários momentos com o passar do tempo, tanto do ponto de vista ontológico quanto metodológico (HALL, 2003). A intensidade com que elas foram estudadas também variou bastante, sendo mais saliente em alguns períodos e menos em outros (WILSON, 2017). Com a introdução do novo institucionalismo, a proposição de que as instituições importam foi persistente, porém os pesquisadores *a enxergaram* por ângulos diferentes o que resultou em vários tipos de institucionalismos.

A existência de várias tradições teóricas que tentam explicar um mesmo fenômeno (Instituições importam? Como?) possui uma relação direta com o desenho de pesquisa que será utilizado por pesquisadores que testarão suas hipóteses no mundo empírico. A escolha da estratégia de identificação³ ideal para fazer pesquisa de qualidade está associada à base empírica que será analisada pelo pesquisador, à tradição teórica que balizará a construção de suas hipóteses e à metodologia que está associada ao desenho de pesquisa e às técnicas de análise que serão empregadas (REZENDE, 2015b). Esta tese busca desmiuçar essas conexões quando a teoria ou a base empírica envolvem instituições e quando a metodologia empregada é experimental. Por essa razão, entender as nuances da teoria institucional é de suma importância para o argumento proposto e, de fato, *as lentes* ontológicas e epistemológicas utilizadas por institucionalistas variam consideravelmente (MARSH & SAVIGNY, 2004).

Antes de adentrarmos nos diversos tipos de institucionalismos que a CP produziu desde a década de 1980, é importante se perguntar se as instituições ainda importam na atualidade. Sabemos que o papel de as descrever no início da disciplina foi muito importante, mas que isso deixou de fazer parte de seu portfólio com o advento do *behaviorismo* e da crescente preocupação com a pesquisa empírica voltada para entender o indivíduo no nível micro. Nesse período, as universidades começaram a treinar seus estudantes em várias técnicas de análises e desenhos de pesquisas com o objetivo de compreender o comportamento do indivíduo (e.g. pesquisa de *survey*).

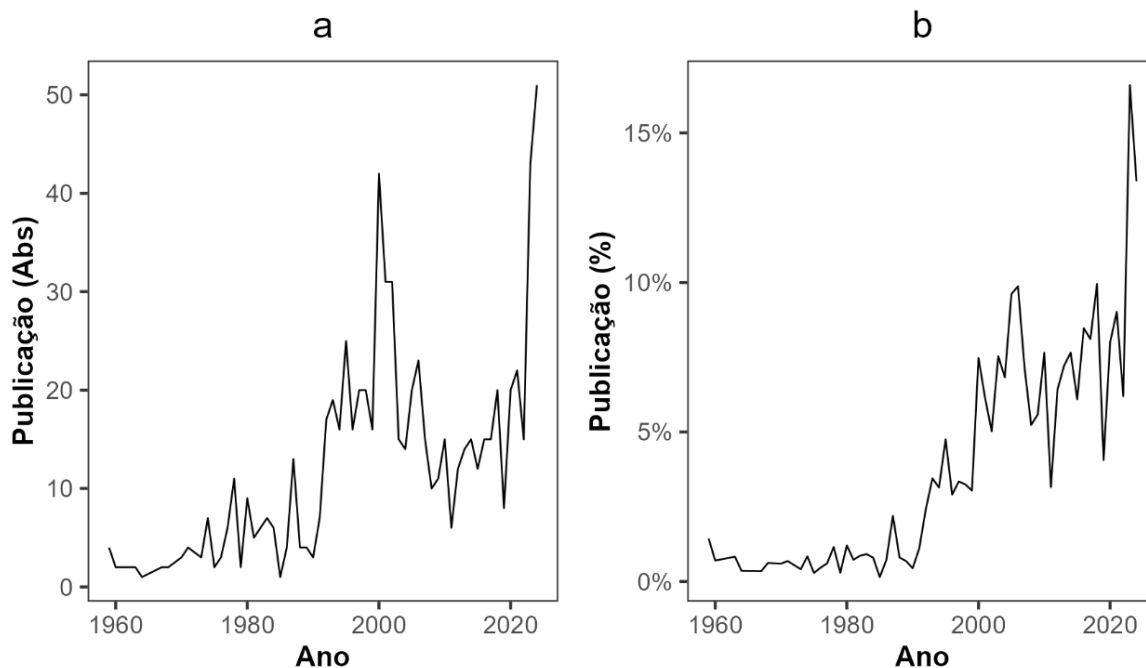
³ Estratégia de identificação, nesta tese, será usada como sinônimo de desenho de pesquisa (ANGRIST & PISCHKE, 2009). A realidade empírica (base de dados) mostra associações entre componentes (variáveis) que são uma combinação de características causais e não-causais, e, a identificação é a separação – ou isolamento – da parte causal dessa relação (KEELE, 2015).

Depois desse período, com a teoria da escolha racional no auge, que supostamente tinha o potencial de explicar (e criar leis) a nível micro e macro, bem como o fortalecimento metodológico vivenciado nas décadas do *behaviorismo*, os institucionalistas retornam e trazem as instituições de volta, alegando que elas importam para explicar fenômenos políticos e sociais e que retirá-las da equação seria explicar apenas parte do problema. Importante salientar que essa renovação de interesse está ligada à política comparada e ao surgimento de novos arranjos institucionais nos países em desenvolvimento (EVANS *et al.*, 1985). Essa relação entre a utilização da explicação institucional e a política comparada é de fundamental importância para a estratégia empírica por mim adotada, pois analisarei a incidência de estudos experimentais em uma amostra de periódicos comparativos. Aprofundarei o debate sobre a relação entre política comparada e o estudo das instituições no primeiro capítulo empírico.

Durante vários momentos da disciplina, houve “revoluções” metodológicas, porém atualmente estamos vivendo um ápice da preocupação com a qualidade inferencial, meios de acessar causalção, robustez de modelos empíricos e vies. Isso culmina na expansão acelerada da utilização das técnicas experimentais na disciplina e na concepção de que esse caminho seria o padrão ouro (GELMAN, 2011) da disciplina. Como mostrarei mais adiante, existe uma incompatibilidade entre a explicação institucional e os desenhos experimentais, pois estes buscam resolver o problema da endogeneidade através da atribuição aleatória do tratamento (*random assignment*). Com base apenas nisso, poderíamos supor o estudo das instituições estaria diminuindo, em função dessa incompatibilidade.

O Gráfico 1 abaixo mostra a quantidade de vezes que o termo “*institution*” aparece nos dois periódicos mais antigos da CP, quais sejam, o *American Political Science Review* fundado em 1906 e o *Political Science Quarterly* fundado em 1886 para observarmos essa dinâmica. Mais especificamente, analisamos a evolução da aparição do termo nos títulos, resumos ou palavras chaves de cada artigo. Os dados foram obtidos através da plataforma *Web of Science* (WOS) acessada através do Portal de Periódicos Capes. Os registros mais antigos do WOS são do ano de 1956, por essa razão, a série temporal do gráfico começa nesse ano e não nos anos de criação dos respectivos periódicos.

Gráfico 1 - Evoluções dos estudos institucionais na CP



Fonte: o Autor.

Observamos claramente que o estudo das instituições, mensurado através da incidência da palavra nos títulos, resumos e palavras-chave variou bastante no decorrer dos anos, porém a distribuição é condizente com a história da CP brevemente exposta na introdução da tese. Como a série começou em 1956 e nessa época o behaviorismo estava em seu auge na disciplina (ALMOND, 1998; WILSON, 2017), é esperado que poucos estudos institucionais fossem observados. No entanto, a década de 1980 e 1990 foi fortemente influenciada pelo que se convencionou chamar de neoinstitucionalismo (HALL & TAYLOR, 1996) e podemos ver como as publicações nesse período foram afetadas por essa corrente teórica com ápice no ano de 2000 tal como mostra o Gráfico 1a. Essa “explosão” de publicações iniciada na década de 1980 foi reduzindo em termos absolutos entre as décadas de 2000 e 2010.

Podemos levantar várias hipóteses para explicar essa redução, porém Wilson (2017) ao mostrar a dinâmica da evolução desde o ano de 1900 entre as palavras *instution* e *behavior* (*behavior|behaviour|culture*), diz que sempre que há um aumento das publicações de uma delas, observamos uma diminuição da outra. Essa declividade do institucionalismo nas últimas décadas, possui uma relação com o impulsionamento da identificação causal e da posição privilegiada dos experimentos dentre os desenhos de pesquisa. Como a pesquisa experimental e o comportamentalismo estão associadas, tal como argumenta a Teoria do Pluralismo

Inferencial, essa desaceleração deve-se à incompatibilidade entre instituições e experimentos. Como dito, há outras possíveis explicações, porém, esse ponto de vista é crucial para entender o objeto de pesquisa desta tese.

O Gráfico 1b mostra a evolução através da proporção de artigos publicados com a presença do termo em relação ao total de publicações. Como o volume da produção científica vem aumentando exponencialmente ao passar dos anos, poderíamos supor que um aumento absoluto de artigos que analisam instituições fosse um reflexo do aumento de publicações. Observa-se, no entanto, que a evolução crescente foi real atingindo o patamar de 10% entre os anos de 2005 e 2006 e maior que 15% no ano de 2023.

Podemos constatar que as instituições continuam presentes nas explicações políticas, tal como postula a equação fundamental da política (PLOTT, 1991) e que o interesse em estudá-las é algo volátil e dinâmico no tempo. Deste modo, entender sob quais condições e como elas são integradas nas explicações políticas é algo relevante para a disciplina, além de ser, um dos pilares da teoria do Pluralismo Inferencial. Partimos agora para explorar de forma mais sistemática as diferentes formas de compreender a ontologia das instituições na Ciência Política. Isso é importante, pois a relação entre teoria e desenho de pesquisa em um trabalho científico precisam estar alinhados de forma coerente (HALL, 2003; REZENDE, 2015b).

Há diferentes formas de entender o neoinstitucionalismo e nesta seção considerarei três obras que buscam sistematizar essa produção na Ciência Política. A primeira delas é a famosa divisão em três institucionalismos feita por Hall e Taylor no artigo “*Political Science and the Three New Institutionalisms*” em 1998 no periódico *Political Studies* (HALL & TAYLOR, 1996). Depois, abordarei o livro “*Institutional Theory in Political Science*” escrito por Guy Peters em 1999 (PETERS, 2019)⁴ que propõe sete dimensões sobre o novo institucionalismo. Por último, o capítulo 4 do livro “*Theory and Methods in Political Science*” (LOWNDES *et al.*, 2018) escrito por Lowndes em 1995⁵ intitulado de “*Institutionalism*” (LOWNDES, 2018) que mostra outras três formas de classificar os institucionalismos. Essas três obras foram escolhidas por estarem presentes no artigo “*Political Science as a Broad Church*” quando os autores abordam o tema das diversas variantes do institucionalismo (MARSH & SAVIGNY, 2004). Além disso, elas são largamente citadas na disciplina.

⁴ A escrita foi baseada na quarta edição do livro publicada em 2019.

⁵ A escrita foi baseada na quarta edição do livro publicada em 2018.

2.1 As três versões clássicas do neoinstitucionalismo

Das três obras a serem discutidas, talvez essa seja a mais clássica e citada de todas. Com versões em outros idiomas (incluindo o português brasileiro), o artigo original possui mais de 13 mil citações⁶. De forma breve, Hall e Taylor definem instituições como “processos, rotinas, normas e/ou convenções formais ou informais inseridas em uma estrutura organizacional” (HALL & TAYLOR, 1996). O foco analítico do *paper* é mostrar diferentes perspectivas que estão sob o “guarda-chuva” do neoinstitucionalismo, mas que possuem diferentes concepções de como as instituições surgem, mudam e afetam o comportamento político. Os autores classificam as produções em três rótulos: Institucionalismos da Escolha Racional (IER), Institucionalismo Sociológico (IS) e o Institucionalismo Histórico (IH).

O primeiro deles (IER) possui forte influência da teoria da escolha racional, tal como o próprio rótulo sugere, e utilizam estratégias analíticas envolvendo teoria dos jogos, por exemplo. O surgimento dessa vertente teórica ocorre a partir do *puzzle* conhecido como paradoxo de Condorcet ou problema das maiorias cíclicas (CONDORCET, 1785; MCKELVEY, 1976; RIKER, 1980). O problema das maiorias cíclicas versa sobre a provável instabilidade em jogos eleitorais com múltiplos atores. Condorcet lança esse problema para mostrar que nem sempre, em um sistema de voto majoritário, a melhor decisão possível é escolhida (*Condorcet Winner*). No entanto, William Riker observa que, ao contrário do que o paradoxo estabelece, as maiorias legislativas possuem elevado grau de estabilidade. Ainda que o “jogo seja jogado” repetidas vezes, por múltiplos atores (legisladores) com preferências distintas em cada rodada, o resultado das votações seria previsível. Analisando essa conjectura, o IER propõe que a solução do paradoxo está nas instituições.

Como dito acima, os autores definem instituições como processos, rotinas, normas e/ou convenções. O IER possui uma definição mais restrita ao considerá-las como normas ou regras que ditam o comportamento e facilitam a tomada de decisão entre atores políticos (RIKER, 1980). Ao postular regras que definem as possibilidades de ação, as instituições encurtam as possibilidades de decisões estratégicas e diminuem a incerteza envolvida no comportamento político dos legisladores. Os teóricos dessa vertente explicam o surgimento das instituições de forma funcionalista, isto é, elas surgem por causa do efeito que produzem a posteriori (reduzir

⁶ De acordo com o a plataforma Google Scholar, a obra possuía 13.074 citações no momento de escrita da tese. No Web of Science, o artigo conta com 2.913 citações.

incertezas e custos de transações). De forma mais simples, as instituições são criadas para gerar e(ou) manter equilíbrios dos indivíduos.

O Institucionalismo da Escolha Racional possui quatro premissas que a diferencia das demais abordagens teóricas do estudo das instituições. A primeira delas consiste na concepção do indivíduo. Apesar de serem macroestruturas, o cenário político de decisões é composto por agentes e, como dito acima, o objetivo é explicar a influência das instituições no comportamento e não apenas descrevê-las como no velho institucionalismo (PETERS, 2019). O IER parte do pressuposto que indivíduos são racionais, logo, seguem algumas regras que ditam a tomada de decisão. (ARROW, 1951) postula dois axiomas em uma estrutura em que atores possuem preferências e precisam realizar escolhas a partir de um vetor de alternativas. Essas alternativas são mutuamente exclusivas (axioma I) e o *player* precisa eleger uma ou um conjunto delas. Antes da tomada de decisão, ele precisa comparar todas as combinações possíveis e ranqueá-las em ordem decrescente de maximização de utilidade. As alternativas são transitivas (axioma II) entre si, isto é, se a alternativa A é melhor que a B e a B é melhor que a C, então a alternativa A é melhor que a C. A teoria da escolha racional não se resume a esses dois axiomas e possui uma série de complexidade e paradoxos, porém analisá-los cuidadosamente foge do escopo dessa tese e da proposta desse capítulo. O importante é destacar que o IER considera o indivíduo como sendo perfeitamente (ou parcialmente) racional e o seu objetivo é desvendar como instituições (regras) podem solucionar dilemas. Ressalto, ainda, que há várias críticas ao movimento da escolha racional na Ciência Política e destaco aqui a obra “Pathologies of Rational Choice” (GREEN & SHAPIRO, 1994).

A segunda premissa considera política como resolução de dilemas e paradoxos. Apesar de, a longo prazo, o arranjo institucional ser incerto, a curto prazo ele gera algumas consistências ou *unstable consistence* (RIKER, 1980). Descobrir os meios em que esses paradoxos ocorrem gerando intervalos de equilíbrio é o principal objetivo das pesquisas. A terceira premissa é a interação estratégica. Isto é, indivíduos possuem preferências; eles interagem com outros indivíduos que possuem outras preferências; essas interações ocorrem dentro de instituições que ditam as regras do jogo e melhora a previsão de equilíbrio. A quarta e última premissa diz que instituições surgem a partir de acordos voluntários de atores estratégicos.

O segundo institucionalismo proposto por Hall e Taylor é o Institucionalismo Sociológico (IS). Esse institucionalismo possui influência do campo da sociologia, mais especificamente da teoria das organizações. Apesar de ser influenciada por ela, o IS critica o pressuposto weberiano que a estrutura das organizações (burocracia) deve se orientar para a

maximização da eficiência. Os institucionalistas dessa vertente acreditam que os arranjos institucionais não são construídos e mantidos apenas em função do grau de eficiência que eles produzem, mas também (e principalmente) pelas práticas culturais que as envolvem.

Nessa vertente teórica, instituição é definida de forma mais abrangente incluindo símbolos e cultura⁷ como parte constitutiva dela. A ontologia das instituições engloba, além das regras e normas como é usualmente considerado, *scripts* cognitivos e padrões morais. Deste modo, a relação causal entre instituições e comportamento se torna ainda mais endógena, i.e., dificultando a separação entre instituições, atitude, comportamento e valores. De modo mais direto, para o IS cultura é instituição.

O Institucionalismo Sociológico considera o contexto de forma mais contundente do que o IER e o IH. Instituições que tomam o mesmo rótulo (e.g. presidencialismo) são completamente diferentes a depender da região em que estão inseridas e da cultura dos indivíduos que interagem com elas. Isso porque instituições influenciam o comportamento e o comportamento influencia as instituições. O arranjo organizacional em que um indivíduo está inserido restringe o que pode ser racional para ele. Contrapondo a visão racionalista pura do IR, o IS explicaria paradoxos que desafiam a ação de maximização de utilidade através dessa relação endógena. Por exemplo, por que em algumas sociedades os indivíduos atravessam sobre a faixa de pedestre na ausência de carros ou de policiais, mas em outras, essa instituição é completamente desrespeitada?

Por último⁸, Hall e Taylor apresentam o Institucionalismo Histórico. Essa vertente teórica apresenta uma mescla entre o IER e o IS ao conceituar instituições como organizações que apresentam regras e convenções. Há uma forte influência da teoria dos grupos (*group theory*) uma vez que um dos principais objetivos analíticos dos teóricos do IH é explicar a disputa por recursos escassos, bem como os motivos pelos quais alguns grupos ocupam posições de privilégios em detrimento de outros.

A endogeneidade, assim como no IS, é algo perene nas explicações do IH. Novas instituições são criadas e antigas mudam em um cenário que já está repleto de instituições. Por essa razão, a história desempenha um papel fundamental nas explicações causais desse institucionalismo através da identificação de cadeias de mecanismos causais ao longo do tempo – i.e. *path dependence* (THELEN, 1999; DAVID, 2000). Do ponto de vista analítico, ao

⁷ No português, o termo cultura é mais associado à arte e expressões artístico-culturais, no entanto estou utilizando este termo como sinônimo de comportamento e/ou hábitos, tal como é utilizado na literatura inglesa discutida neste capítulo.

⁸ O artigo não apresentou os tipos de institucionalismos na mesma ordem apresentada neste capítulo.

incorporar a história nas explicações causais, o contexto (junto com sua endogeneidade inerente) necessita ser modelado e comparado, por tanto, estudos comparativos e *cross-country* são frequentemente utilizados nessa abordagem. Quanto às estratégias de identificação, a combinação entre história, contexto e endogeneidade “chama” desenhos observacionais como *time-series*, estudos de caso e *process-tracing* (HALL, 2003; PRZEWORSKI, 2004, 2009).

Os autores destacam quatro características distintivas do IH. A primeira delas é a relação entre instituições e o comportamento. Os teóricos dessa vertente analisam essa dinâmica com ênfase em mudanças abruptas (*critical junctures*). Em alguns casos, o micro comportamento dos agentes é completamente deixado de lado. O segundo ponto distintivo é a ênfase na assimetria de poder. Como dito anteriormente, o IH é influenciado pelas teorias de grupo e a assimetria de poder é um pressuposto recorrente nesses modelos teóricos. Em outras palavras, o foco não é em equilíbrios de Nash, mas sim, em como instituições distribuem poder de forma desigual e por quais razões alguns grupos prevalecem enquanto outros sucumbem.

A terceira característica é o foco em *path dependence*, que pode ser equivalente ao foco no contexto. Ele é construído a partir de trajetórias únicas que cada caso possui e os arranjos institucionais são influenciados por esses trajetos gerando “efeitos não desejáveis”. Isto é, instituições são criadas ou mudadas com objetivos predefinidos, porém elas acabam por gerar efeitos colaterais causados pelo meio em que estão inseridas. Por último, os institucionalistas históricos não consideram uma relação direta entre instituições e comportamento, mas incluem diversos outros fatores (X): $\text{Comportamento} = \text{Instituição} + X$. Esses outros fatores advêm do contexto e são a fonte do problema da endogeneidade inerente às instituições. Para finalizar esta subseção, parafraseio Przeworski (2009): “*The motor of history is endogeneity*”. A conexão que existe entre instituições e endogeneidade será melhor explorada no capítulo 4.

2.2 Complexidade ontológica das instituições

A discussão sobre tradições teóricas do neoinstitucionalismo se complexifica com a divisão proposta por Peters (2019). Em seu livro, intitulado de “*Institutional Theory in Political Science: the new institutionalism*”, o autor analisa pelo menos seis tipos de institucionalismo (incluindo os três discutidos na subseção anterior), além de considerar o estudo de regimes e organizações internacionais como um possível sétimo institucionalismo. Assim como a

primeira obra discutida neste capítulo, este livro possui impacto considerável na Ciência Política com aproximadamente 748 citações⁹ no WOS e 5.926 citações no Google Scholar.

O objetivo de explorar essa obra é de, justamente, ressaltar a complexidade ontológica das instituições e como cada vertente teórica lida com esse problema. O autor nomeia os seguintes institucionalismos: Normativo, Escolha Racional, Histórico, Empírico, Discursivo, Sociológico e o Internacional. Neste sentido, “o institucionalismo não é uma espécie, mas sim uma família composta por várias espécies” (PETERS, 2019, p.2). Essa é a complexidade vivenciada pela Ciência Política, porém os campos da sociologia, que influenciou fortemente as teorias do neoinstitucionalismo na CP e a economia (NORTH, 1990) também possuem suas próprias vertentes e teorizam sobre como as instituições afetam categorias sociológicas e econômicas, respectivamente.

O autor frequentemente nos apresenta a ideia de que se existe um *neoinstitucionalismo*, também houve um *velho* institucionalismo. Essa colocação é pertinente uma vez que a CP dedicou muito tempo de sua história a descrever as instituições políticas com foco nas regras que as constituíam. Uma importante diferença entre as duas versões é a ordem de influência entre os componentes da explicação política (PLOTT, 1991; PETERS, 2019), quais sejam, a estrutura (instituições) e o comportamento (indivíduos). O velho institucionalismo aponta para a importância da estrutura em moldar o comportamento, mas não permitia o contrário, enquanto o novo institucionalismo, a depender das várias vertentes, permitem supor que a criação e a mudança institucional ocorram através dos indivíduos que a compõem. Em outras palavras, a relação entre indivíduos e instituições é mais flexível no neoinstitucionalismo. Em poucas palavras, o velho institucionalismo se dedicava a descrever regras e o papel central delas nos sistemas políticos, além de explorar, de forma normativa, a comparação entre instituições (e.g. presidencialismo x parlamentarismo).

Muitas das características do velho institucionalismo sobreviveram no novo institucionalismo, no entanto, o que aconteceu no período entre eles é o que fez com que os comparativistas e os teóricos que consideravam as instituições como fator primordial para explicar fenômenos políticos montassem as bases fundacionais para essa tradição. Após a II Guerra Mundial, uma revolução metodológica começou na disciplina sob o nome de

⁹ O impacto de citações de livros não é categorizado de forma sistemática pelo WOS. Como a plataforma cataloga apenas publicações de periódicos e anais de disciplinas do conhecimento, os livros acabam por aparecer de forma não padronizada nas referências citadas dos diversos artigos científicos contidos na plataforma. Desta forma, muitas vezes uma mesma obra aparece com erro de escrita ou com ano de publicação incorreto. Para obter esse número, pesquisei o nome do autor (Peters G) e o título do livro com caracteres coringas (Inst* Theo* Pol* Sci*) para obter um resultado mais preciso.

comportamentalismo (GOODIN & KLINGEMANN, 1998). De forma resumida, o foco analítico dos pesquisadores desceu ao nível micro dos indivíduos. Nesse período, o estruturalismo perdeu força e as instituições saíram das explicações para dar lugar a atributos psicossociais dos indivíduos. Isso mudou a formação metodológica da disciplina e as universidades investiram fortemente em análise de *survey* e estatística. Em termos práticos, o que seria o contrário do estruturalismo, i.e., o individualismo metodológico, se espalhou pela disciplina dando lugar às teorias comportamentais e da escolha racional.

Esse período da Ciência Política não é o foco de análise dessa tese, porém ele desempenha papel importante na revolução subsequente, qual seja, o neoinstitucionalismo. A revolução comportamental trouxe contribuições metodológicas essenciais para a característica “causal” ou “inferencial” que observamos atualmente na disciplina. De fato, a meu ver, essa seria a grande distinção entre o velho e o novo institucionalismo – o rigor metodológico. Teorias institucionais consumiram os avanços em técnicas de análise vivenciadas nesse período e, por conseguinte, direcionaram seus desenhos de pesquisa em direção à causalidade. No entanto, essa conexão entre teoria e causalidade é mais evidente em alguns tipos de institucionalismo do que em outros.

Como dito acima, Peters (2019) explora sete tipos de institucionalismos e o primeiro deles a surgir foi o institucionalismo *normativo*. A obra responsável por trazer essa tradição de volta à Ciência Política foi o artigo “*The new institutionalism: Organizational factors in political life*” (MARCH & OLSEN, 1983). Eles criticam o individualismo metodológico presente no comportamentalismo e nas teorias da escolha racional ao tratar indivíduos de forma autônoma, despegada de quaisquer estruturas em que estejam inseridas. No institucionalismo normativo, o foco analítico muda do indivíduo para grupos de indivíduos, porém a tomada de decisão é condicionada pelo pertencimento deles a uma complexa estrutura composta por várias instituições. Isto é, indivíduos tomam decisões em grupo influenciados pelo *meio* em que estão inseridos e este *meio* é composto por instituições.

Essa vertente explora os valores inerentes que as instituições oferecem aos indivíduos que a compõem. Aqui, podemos observar uma primeira fonte de endogeneidade, uma vez que o institucionalismo normativo aceita que os valores das instituições, além de influenciar os indivíduos, são moldados por eles próprios. A relação comportamento-instituições não é coercitiva, pois, para além das regras, os valores ocupam lugar de destaque nas explicações. Deste modo, como dito anteriormente, podemos supor que instituições, através de regras e valores, influenciam o comportamento e, por sua vez, os indivíduos podem mudar os valores das instituições que são mutáveis. As críticas a essa vertente giram em torno dessa prerrogativa,

pois o conceito de valores compartilhados possui pouca separabilidade (SARTORI, 1987; COLLIER & MAHON, 1993) do comportamento do indivíduo. Isto é, dado uma determinada ação, como mensurar o que é produzido pelos valores e o que é pelo comportamento?

O segundo institucionalismo é o da escolha racional que já foi explorado anteriormente neste capítulo. A aplicação empírica dos modelos teóricos possui relevância secundária, uma vez que os pesquisadores estão mais preocupados com a lógica formal da teoria do que com os fenômenos observados na realidade. Por essa razão, a crítica a essa vertente gira em torno da desconexão da realidade empírica e dos modelos teóricos (GREEN & SHAPIRO, 1994). Posteriormente, essa crítica toma força com o paradigma do *Empirical Integrated Theoretical Model* (EITM) que defende a ideia de que modelos teórico não podem ser construídos desvinculados de aplicações empíricas (MORTON, 1999), como era usual nas teorias da Escolha Racional e, por conseguinte, no institucionalismo da Escolha Racional.

Outro institucionalismo, que foi também foi abordado na subseção anterior, é o histórico. Essa vertente é a única que modela o tempo como fator decisivo nos modelos explicativos, uma vez que o foco dos demais é, na maioria das vezes, centrado em um dado período ou em um dado contexto. Como o próprio nome sugere (e como já explicado anteriormente), ele se propões a analisar mecanismos temporais, olhando para o passado, e explicando momentos de mudanças de equilíbrios. Essa característica faz com que a predição seja algo secundário (ou de baixa relevância) nas explicações propostas, e, pesquisas descritivas sejam mais frequentes. Além disso, o institucionalismo histórico possui várias características encontradas em outros institucionalismos. Como dito anteriormente, ele considera, tanto a visão racional dos indivíduos, quanto a visão cultural – que traz a concepção que indivíduos não são apenas estratégicos, mas consideram valores e símbolos para ação – em seus modelos teóricos. Se existisse uma versão unificada dos institucionalismos, ela seria próxima do institucionalismo histórico (PETERS, 2019).

O quarto institucionalismo é o Empírico. Talvez, esse seja a vertente mais simples, pois questões teóricas e normativas são deixadas em segundo plano. Ainda assim, a meu ver, devido à característica causal da Ciência Política contemporânea, esse institucionalismo é o mais frequente nas publicações de alto fator de impacto. Cada vez mais, os artigos científicos precisam ser menores e precisam ter modelos empíricos com estratégias de identificação claras e robustas, e, isso reflete em um “relaxamento” da densidade teórica com foco mais intenso na parte empírica. Dito isso, partindo do pressuposto de que a estrutura importa, esse institucionalismo se volta para mensurar os impactos das instituições (ou arranjos institucionais).

O institucionalismo discursivo é o que foi desenvolvido mais recentemente (SCHMIDT, 2008, 2010). Ele possui influências da teoria da democracia discursiva (HABERMAS, 1996). O ponto chave dessa vertente é que o foco analítico recai sobre a íntima relação entre valores compartilhados e o discurso. Deste modo, a estrutura e as regras formais desempenham papel secundário nas explicações. Os valores e como eles são passados (ou comunicados) entre os indivíduos – discurso – definem as instituições. Como os valores são determinantes para essa vertente, ele possui várias similaridades com o institucionalismo normativo discutido anteriormente. No entanto, para o institucionalismo discursivo, as instituições são criadas e, por sua vez, mudadas pela relação entre os atores políticos.

O sexto institucionalismo introduzido por Peters (2019) é o institucionalismo sociológico. Assim como o histórico e o da escolha racional, ele foi debatido na subseção das três versões do institucionalismo. Todavia, vale ressaltar, que March e Olsen (1983) foram fortemente influenciados pela teoria sociológica, sobretudo, a teoria organizacional, para desenvolver o neoinstitucionalismo na Ciência Política.

Por último, o autor aborda o institucionalismo das Relações Internacionais (RI). Este institucionalismo é peculiar, pois ele eleva o nível de análise tanto dos atores quanto das instituições. Este, em RI, deve ser entendido como Regimes Internacionais e aquele – os atores – como as nações que fazem parte do regime. Assim como as instituições em qualquer vertente teórica analisada, os regimes possuem certa estabilidade temporal e previsibilidade. Além disso, as regras e as normas do regime influenciam o comportamento das nações corroborando com a ideia de que instituições importam e moldam a ação dos indivíduos. Dito isso, o papel fundamental dos pesquisadores é diferenciar regimes internacionais de não regimes e caracterizá-los como instituição. De fato, os conceitos amplamente aceitos de regime em RI possuem similaridade com os conceitos de instituições da literatura de CP. Keohane (1989) define instituições como “regras aceitas pelos governantes em áreas específicas da política internacional” e Krasner (1983) as define como “normas implícitas e explícitas, regras e processos de decisão em que as expectativas dos governantes convergem”. Em suma, os valores e as preferências compartilhadas assumem um peso na equação do comportamento das nações que vão além da relação entre poder e conflito como é usual supor nas teorias de RI.

Os sete institucionalismos proposto por Peters (2019) cumprem com o papel de mostrar que as instituições são objetos de pesquisa com complexidade ontológica elevada com fontes de endogeneidade em seu surgimento, nas suas mudanças e na interação delas com os indivíduos. Na subseção seguinte, analisaremos a terceira obra que traz contribuições para as vertentes do institucionalismo.

2.3 Segregação dos institucionalismos?

Esta subseção traz o capítulo de livro intitulado de *Institutionalism* escrito por Lowndes (2018) no livro *Theory and Methods in Political Science* (LOWNDES *et al.*, 2018)¹⁰. Esse livro aborda vários aspectos teóricos e metodológicos da Ciência Política e é amplamente citado, com sua primeira versão citada 1755¹¹ vezes na plataforma Google Scholar. Até o momento, ficou claro que o neoinstitucionalismo possui várias facetas em função da complexidade do seu principal objeto de estudo, qual seja, as instituições e sua relação com agentes e fenômenos políticos. Com essa obra, pretendo trazer uma noção de unificação dessas vertentes. Apesar de mostrar uma composição de institucionalismos levemente modificada das tratadas anteriormente, Lowndes (2018) reforça que, apesar das diferenças, todos concordam que instituições importam e que elas possuem um poder de influência sobre indivíduos ou organizações – seja pela via das “regras do jogo”, dos valores ou da cultura.

A complexidade conceitual das instituições, os diversos meios de influências que elas podem exercer sobre os indivíduos e a relação endógena entre elas e os indivíduos, que podem causar mudanças institucionais graduais ou abruptas, é o palco ideal para disputas teóricas. No entanto, a produção empírica da disciplina é formada por pesquisadores orientados por problemas (*problem driven research*) que, na maioria das vezes, mesclam modelos teóricos para gerar hipóteses e explicar seus objetos de pesquisa. Por tal razão, tanto Lowndes (2018) quanto Hall e Taylor (1996) são contra a segregação teórica dos institucionalismos¹².

De modo geral, Lowndes (2018) discute três institucionalismos de forma mais detalhada, são eles: normativo, escolha racional e histórico. No entanto, para evidenciar a característica multifacetada das vertentes teóricas, ela apresenta um quadro com oito tipos de institucionalismos. A maioria deles já foi discutido nas subseções passadas (Institucionalismo Normativo, Institucionalismo da Escolha Racional, Institucionalismo Histórico, Institucionalismo Empírico, Institucionalismo Sociológico e o Institucionalismo Discursivo), porém ela adiciona dois novos: o Institucionalismo de Rede (*Network Institutionalism*) e o Institucionalismo Feminista. Independente das especificidades destes em relação aos demais, o

¹⁰ A obra referenciada é a quarta edição e sua primeira versão foi publicada no ano de 1995.

¹¹ Por se tratar de um livro, os mesmos problemas de rastreamento de citações ocorrem com esta obra. Além disso, esse livro é uma coletânea em que cada capítulo aborda temas diversos e são escritos por autores diferentes. Por causa disso, muitas vezes capítulos do livro são citados, e, essas citações não contabilizam para o livro de forma geral.

¹² Apesar de Hall e Taylor (1996) ser frequentemente referenciado para evidenciar as diferenças entre as versões do institucionalismo, eles defendem a união entre elas: “Our main point is that, after some years in which these schools of thought have incubated in relative isolation from each other, the time has come for a more open and extensive interchange among them” (Hall e Taylor 1996, p.957).

ponto é que sempre parece haver uma brecha para uma nova ramificação teórica e/ou ontológica para o institucionalismo.

As reflexões sobre a importância das instituições no comportamento político vêm da insatisfação com a maneira simplista que as abordagens comportamentais e da escolha racional as enxergam. Para eles, as instituições se resumem à agregação de preferências individuais. Em reação a isso, como dito anteriormente, todos os institucionalistas concordam que as instituições importam e apresentam características estáveis de influência (independente de qual seja essa via de influência). Contudo, o neoinstitucionalismo não é sobre as instituições (como era no passado), mas sim sobre como elas explicam fenômenos políticos ou sociais. O apelo por explicação traz consigo uma geração movida por métodos hipotético-dedutivos com forte conexão entre teoria e teste de hipótese.

Essa característica do novo institucionalismo é crucial para a relação que esta tese se propõe a explorar, qual seja, entre instituições e desenhos experimentais. Lowndes (2018) apresenta um quadro de possibilidades metodológicas que se alinha ao argumento central proposto aqui e pela Teoria do Pluralismo Inferencial (REZENDE, 2015a, 2023). Complexidade ontológica, relação endógena entre instituições e indivíduos e forte influência do contexto são características que pedem por desenhos de pesquisa qualitativos e estudos em profundidade. De fato, dos sete métodos descritos por Lowndes, quatro deles possuem esse traço (Etnografia, *Process Tracing*, Estudos de Caso e Análise de Narrativa); dois deles são lógicos (Modelos Matemáticos e Teoria dos Jogos); e o último, é exatamente o método experimental. Este seria o menos provável, mas Lowndes (2018) cita duas possibilidades que utilizam experimentos de campo e de laboratório para analisar as instituições (OSTROM *et al.*, 1994; STEINMO, 2016). Os desenhos experimentais serão alvo de debate no capítulo subsequente, bem como sua conexão com pesquisas institucionais no restante da tese.

Algumas características podem ser consideradas como pontos de união entre as vertentes do neoinstitucionalismo. A primeira delas é a diferenciação entre instituições e organizações. No institucionalismo, o conceito de instituições vai além ao de estrutura. Instituições são regras, símbolos, normas, dentre outras coisas, que não necessariamente constituem-se em uma organização. Esta, por outro lado, sofre influências das instituições. O segundo ponto é que elas são dinâmicas no tempo e possuem elevado grau de estabilidade. O terceiro é sua conexão com o contexto (temporal e espacial), uma vez que nenhuma instituição existe no vazio. A quarta versa sobre as características formais e informais que ela pode ter. Isto é, instituições podem ser regras escritas ou convenções não escritas, porém que os atores envolvidos reconhecem, respeitam e, conseqüentemente, são influenciados por elas. Por último,

a relação entre valores e poder, ou seja, instituições dotadas de valores influenciam e são influenciadas pelos valores compartilhados dos indivíduos.

Em uma análise sobre as teorias da mudança institucional, Rezende (2012) contrasta o institucionalismo tradicional com as abordagens do neoinstitucionalismo histórico sobre o tema. Apesar do foco na mudança institucional, a lógica do raciocínio é a mesma. O autor argumenta que as teorias institucionais do passado tinham foco excessivo em explicações exógenas para lidar com o problema da mudança. Como debatido neste capítulo, as inovações teóricas observadas giram em torno da complexa relação entre agentes (indivíduos), instituições e contexto e como esses três componentes interagem entre si.

Neste sentido, tal como sugere o título do artigo, para explicar a mudança – ou qualquer outro fenômeno envolvendo as instituições – os pesquisadores precisam transitar entre fatores exógenos e endógenos (graduais). O autor sugere um modelo interacionista, ao analisar três modelos distintos que trazem diferentes visões sobre como as instituições possuem poder causal sobre elas mesmas, quais sejam, o quasi-paramétrico (Greif 2006 *apud* Rezende 2012), o das ordens-múltiplas (Lieberman 2002 *apud* Rezende 2012) e o da mudança gradual (Mahoney e Thelen 2010 *apud* Rezende 2012). O modelo interacionista combina as potencialidades desses três modelos e coloca os tradicionais, puramente exógenos, como casos especiais em que a parte endógena da explicação está ausente (REZENDE, 2012).

O objetivo desse capítulo foi mostrar que o institucionalismo (ou o neoinstitucionalismo) não é uma teoria direta – ou mesmo clara – sobre o que são as instituições, como elas afetam os agentes e como elas surgem e mudam. Pelo contrário, cada vertente apresenta uma versão ora compartilhada com as demais, ora exclusiva. Em outras palavras, teorizar sobre instituições é uma tarefa complexa, assim como realizar análises empíricas e as modelar, colocando-as como fator explicativo. Em comparação com o velho institucionalismo, a adição dessa complexidade ontológica e teórica refletiu, por conseguinte, em uma elevação substancial na complexidade metodológica. A necessidade de compreender e explicar fenômenos com elevado grau de endogeneidade, levou a disciplina a *não* rejeitar os métodos qualitativos e, por sua vez, repensá-los. Isso culminou na chamada Nova Metodologia Qualitativa (MAHONEY, 2010; REZENDE, 2011).

3 Inferência Causal e Experimentos

O tema sobre causalidade na Ciência Política é muito fértil, sobretudo quando consideramos as duas últimas décadas da disciplina. Esse debate é versátil e aceita múltiplas lógicas de causalidade (KING *et al.*, 1994; GOERTZ & MAHONEY, 2012). Não à toa, a Teoria do Pluralismo Inferencial possui esse nome, pois o fenômeno que ela explica é exatamente sobre as diversas “vias inferenciais” (REZENDE, 2022) que um pesquisador dispõe ao analisar fenômenos políticos. No entanto, como dito anteriormente, o foco analítico, aqui, é na interseção entre teorias institucionais e desenhos experimentais ($INST \cap EXP$). Deste modo, discutirei sobre inferência causal à luz do modelo de resultados potenciais – *potential outcomes* (PO) (RUBIN, 1974, 1990; HOLLAND, 1986). Essa maneira de pensar causalidade está intrinsicamente ligada à lógica experimental, apesar de poder ser aplicada para desenhos observacionais (ANGRIST & PISCHKE, 2009; SEKHON & TITIUNIK, 2012).

Há várias maneiras de começar um debate dessa natureza e o farei discutindo sobre as nuances de um experimento muito simples proposto por Sir Ronald A. Fisher no capítulo II do livro “*The Design of Experiments*” intitulado de *The principles of experimentation, illustrated by a psycho-physical experiment* (FISHER, 1935). Para se ter uma ideia da importância dessa obra para a metodologia experimental, a noção de atribuição aleatória do tratamento (*random assignment*) é elaborada a partir dela.

O autor introduz o fenômeno a ser estudado e testado: uma senhora diz saber a ordem de preparo de um chá inglês através de seu sabor final, isto é, se durante o preparo, o primeiro ingrediente inserido foi o leite ou a infusão do chá. Para testar o conhecimento empírico da senhora, foi desenhado um experimento: oito copos de chá, quatro preparados com chá primeiro e leite depois, e quatro com leite primeiro e chá depois; os copos seriam oferecidos a senhora de forma aleatória para que ela, através do gosto, dissesse qual dos dois tipos tal preparo se referia; através da quantidade de erros e acertos, o pesquisador saberia se a senhora, de fato, seria capaz de distinguir os chás através dos preparos.

A princípio, a tarefa do pesquisador é clara e o método experimental de randomizar 4 pares de xícaras com chá e leite e 4 com leite e chá parece adequado. No entanto, há diversos detalhes que a estratégia de identificação precisa levar em conta para rejeitar ou não a hipótese nula de que o julgamento da senhora não é influenciado pela ordem de apresentação das xícaras, i.e., que ela consegue distinguir o chá pelo seu método de preparo.

A primeira consideração a ser feita a respeito do experimento de Fisher é que ele apresentará oito xícaras de chá, sendo quatro chá + leite e quatro leite + chá. Isso quer dizer que

a senhora precisa escolher uma combinação de quatro em oito tentativas. A quantidade de combinações possíveis é dada pela seguinte fórmula:

$$C(n, k) = \frac{n!}{k! (n - k)!}$$

em que n é igual a quantidade de total de possibilidades (8), k é igual a quantidade de xícaras a serem combinadas (4) e a exclamação representa o fatorial do respectivo número. Isso nos daria o seguinte cálculo:

$$C(8,4) = \frac{8!}{4! (8 - 4)!}$$

$$C(n, k) = \frac{40320}{24 \times 24} = 70$$

em que 70 é o número máximo de combinação de oito quatro a quatro.

Esse número é de suma importância para a análise, porque ele reflete a proporção de acertos e erros da senhora ao ser conduzida pelo experimento. Sabemos que há apenas uma possibilidade de acertar todas as xícaras, mas o que faríamos se a senhora acertasse a ordem de 3 xícaras e errasse 1? Parece injusto supor que, com esse resultado, ela não tivesse nenhuma noção sobre a ordem do preparo do chá através do gosto – não rejeitar a hipótese nula. Se nos aprofundarmos nas combinações possíveis, acertar todas as xícaras assume uma probabilidade de 1 em 70, ou seja, 1,43%. Por outro lado, ao considerar 3 acertos e 1 erro, há quatro maneiras de escolher 3 acertos em 4 e quatro maneiras de escolher 1 erro em 4, o que resulta em uma combinação de 16 possibilidades (4×4). Fazendo o mesmo cálculo, temos a probabilidade de 16 em 70, ou seja, 22,86% de chance do resultado ser 3 acertos e 1 erro. Analisando dessa maneira, não rejeitar a hipótese nula parece mais plausível.

Parafraseando uma passagem do capítulo, Fisher diz: “Pode-se dizer que todos os experimentos existem apenas para dar aos fatos uma chance de rejeitar a hipótese nula”¹³ (FISHER, 1935, p.19). Isso quer dizer que precisamos desenhar uma estratégia que seja “justa” com o problema de pesquisa. No caso, a partir de um único erro da senhora, concluiríamos que a senhora não seria capaz de distinguir o método de preparo do chá através do gosto da bebida.

¹³ Tradução feita pelo autor. No original: “Every experiment may be said to exist only in order to give the facts a chance of disproving the null hypothesis.”

Por essa razão, o desenho apresenta um problema de sensibilidade¹⁴, pois a chance de rejeitar a hipótese nula é muito alta.

Uma solução simples, além de aumentar o número de tentativas ou repetir o experimento várias vezes, é mudar o método de randomização das xícaras. Ao invés de dois blocos de quatro xícaras preparadas com chá primeiro e quatro preparadas com leite primeiro, o pesquisador poderia oferecer à senhora uma xícara por vez com 50% de chance de ser chá ou leite primeiro. Em outras palavras, atribuição aleatória (*random assignment*) do tratamento. Como cada xícara possui uma chance aleatória de ser feita de um jeito ou de outro, a combinação das oito não necessariamente será de quatro a quatro. Assim, a chance de a senhora acertar as oito xícaras seria de 1 em 254 (2^8) ou 0,391%. Relacionando o novo método com o problema de errar apenas uma xícara, podemos calcular a probabilidade binomial de sete acertos em uma tentativa com a fórmula $P = \binom{n}{k} x p^k x (1 - p)^{n-k}$, em que n é a quantidade de tentativas (8), k é a quantidade de acertos (7) e p é a probabilidade de acerto que assumimos ser de 50% (0,5). O resultado é de uma chance de 3,12%. Esse resultado é significativamente menor do que os 22,86% encontrados no método anterior e torna plausível rejeitar a hipótese nula, mesmo se a senhora cometer um erro de classificação.

Outra fonte de complicação em uma estratégia de identificação são os vieses. Nesse experimento, tudo que diferenciar uma xícara da outra, a não ser pela ordem dos ingredientes, é uma fonte de viés. Um exemplo extremo seria se todas as xícaras com leite primeiro fossem preparadas com açúcar, enquanto as com chá primeiro, sem açúcar. A senhora iria separar os dois blocos de quatro corretamente, mas o resultado capturaria o viés do açúcar e não a capacidade de distinguir a bebida pelo método. Isso mostra perfeitamente como uma variável omitida¹⁵ opera para “sujar” o processo de identificação do efeito causal. Além desse exemplo, podemos pensar em fatores como a temperatura da bebida, a quantidade de leite em relação a quantidade do chá, o material do copo, a diferença entre as ervas e o tempo de infusão do chá. Todos eles podem tornar cada xícara única para além da ordem dos ingredientes. Quanto a isso, Fisher diz que a randomização suavizaria esse problema, pois eles estariam relacionados com o tratamento de forma aleatória. Ou seja, diferente do exemplo do açúcar (que estava conectado

¹⁴ A sensibilidade dos resultados em relação a alteração de pequenos parâmetros do desenho de pesquisa é um termômetro da robustez do modelo (ROSENBAUM, 2004; KROGSLUND *et al.*, 2015). Se mudanças insignificantes resultam em conclusões diferentes, como rejeitar a hipótese nula ou não, a validade da inferência realizada pelo desenho de pesquisa não é crível.

¹⁵ Variáveis omitidas são um tipo de viés em que o pesquisador não controla a relação causal proposta por uma variável que está conectada, ao mesmo tempo, com a variável dependente e a independente (PEARL & MACKENZIE, 2017).

com o método de preparo), ao randomizar a atribuição de controle ou tratamento, essas variáveis não teriam relação significativa com o fato de o leite ou o chá vir primeiro no preparo.

Esse experimento se tornou emblemático na discussão sobre inferência causal e experimental por sua simplicidade e a forma clara de apresentar conceitos complexos como viés, sensibilidade, randomização e teste de hipóteses. Essa foi uma das dezenas contribuições de Ronald A. Fisher para a estatística moderna. O próprio Rubin argumentou que as ideias por trás do modelo de resultados potenciais (PO) criado na década de 1970 originaram-se nas obras dele. Com isso, a próxima subseção se dedica ao problema fundamental da inferência causal (HOLLAND, 1986) e à solução do modelo de PO, também conhecido como modelo Neyman-Rubin-Holland, em função das contribuições separadas desses três autores.

3.1 O problema fundamental da inferência

O modelo de PO foi formulado e incrementado por três obras seminais. A tese defendida por Neyman em 1923 (RUBIN, 1990), que apesar de não utilizar oficialmente o termo *potential outcomes*, formaliza a ideia para estudos experimentais randomizados. Rubin foi o autor que mais contribui para o modelo de PO com vários artigos científicos, por isso o modelo PO também é chamado de *Rubin Causal Model*. Podemos citar o artigo “Estimating Causal Effects of Treatments in Randomized and Nonrandomized Studies” (RUBIN, 1974) como sendo a principal de suas contribuições. Nele, Rubin formaliza a lógica para estudos não randomizados e introduz a noção de *matching* para a inclusão acurada de *covariates* ao tentar minimizar vieses no processo de identificação. Por último, Holland (1986) cria o conceito de Problema Fundamental da Inferência. A ideia por trás do conceito está presente tanto nas contribuições de Neyman quanto de Rubin.

O Problema Fundamental da Inferência está relacionado a impossibilidade de acessar efeitos causais a nível individual. Para ilustrar o caso, retomarei ao exemplo canônico de Fisher explorado na subseção anterior. Como dito, a pergunta de pesquisa é sobre desmistificar a sabedoria empírica de uma senhora que diz saber, através do gosto, sobre a ordem do preparo de um chá inglês, i.e., primeiro leite e depois chá ou o contrário. A solução (desenho experimental) foi preparar oito xícaras de chá com ordem de preparos aleatórios para a senhora dizer a ordem (chá-leite; leite-chá) e a taxa de acerto a ser calculada. No entanto, os vieses aos quais este desenho está sujeito referem-se ao material da xícara, temperatura da água do preparado do chá, temperatura do leite, quantidades relativas de chá e leite,

quantidade/qualidade da erva utilizada para fazer a bebida, dentre outros. Por essa razão, não poderíamos utilizar apenas uma xícara de chá para dizer se a senhora poderia (ou não) distinguir a ordem de preparo do chá. Esse caso não é tão intuitivo para entender o problema fundamental da inferência, mas ele se acontece da seguinte maneira: a impossibilidade de a senhora experimentar na mesma xícara, o mesmo preparo de chá e leite, na mesma temperatura, no mesmo espaço temporal variando, *apenas*, a ordem de prepara ao mesmo tempo. Simplificando, ela não pode experimentar ambos os preparos simultaneamente, *ceteris paribus*. Dada essa impossibilidade, a solução é aumentar a quantidade de tratamento e controle.

Tipicamente, para exemplificar esse problema, utiliza-se um exemplo clássico vindo da psicologia e pedagogia sobre o efeito de classes adicionais na nota dos estudantes. O desenho experimental é claro, o tratamento são as classes adicionais e o controle, apenas as classes regulares. Para acessar o efeito causal individual, teríamos que observar a nota do exame final de um aluno i que atendeu às classes adicionais e o mesmo aluno i que não atendeu às classes adicionais. Fica claro que isso é impossível. Olhando para um exemplo de política comparada, podemos pensar em um desenho experimental que pretenda analisar o efeito de arranjos institucionais sobre o comparecimento eleitoral (POWELL, 1986; JACKMAN, 1987). Nesse sentido, precisaríamos observar o mesmo país, ao mesmo ano, sendo regido por instituições diferentes (e.g. feriado no dia da eleição) e avaliar a diferença entre as taxas de comparecimento do tratamento e do controle. Esse caso é ainda mais complexo, pois instituições são carregadas de endogeneidade ao contexto (PRZEWORSKI, 2009) e a mudança institucional pode alterar características não-observáveis do país. Ainda assim, observar a mesma unidade tratada e não-tratada é impossível.

Formalizando a ideia do problema fundamental da inferência teríamos a seguinte estrutura: uma unidade (u), a mensuração de um *outcome* (resultado) Y e o recebimento do tratamento t ou controle c . Assim, o efeito causal do tratamento no indivíduo u (β) se daria pela equação abaixo,

$$\beta = Y_t(u) - Y_c(u)$$

em que $Y_t(u)$ é o resultado da unidade u exposta ao tratamento (e.g. nota final depois de atender às classes extras) e $Y_c(u)$ é o resultado da mesma unidade u exposta ao controle (e.g. nota final depois de atender apenas às classes regulares). Como dito, a impossibilidade de observar a mesma unidade u na condição de tratamento e controle ao mesmo tempo é impossível, o que

caracteriza o problema fundamental da inferência (HOLLAND, 1986; HOLLAND & RUBIN, 1988).

Existem duas soluções para este problema: solução científica e solução estatística (HOLLAND, 1986). A científica parte de pressupostos em que o pesquisador pode supor que a unidade ‘u’ no tempo t-1 (antes do tratamento) e no tempo t+1 (após o tratamento) é a mesma unidade. Nas ciências sociais, esse pressuposto raramente pode ser feito, pois uma unidade pode mudar de diversas formas com o passar do tempo. Essa solução é mais robusta em experimentos de laboratório em ciências exatas, como por exemplo, em testes em que a unidade de análise são materiais. Imaginemos um teste de resistência de concreto por exemplo. Em um laboratório, o pesquisador irá atribuir cargas de diferentes intensidades ao concreto até que haja uma ruptura. As diferentes cargas, de nenhuma até a carga máxima, são tratamentos. O pressuposto é que a composição (física ou química) do concreto antes de receber qualquer carga é a mesma independente do tempo. Assim, ao calcular a estrutura física do concreto antes de receber o impacto teríamos o $Y_c(u)$, e a estrutura física após o tratamento (carga) teríamos o $Y_t(u)$. Isto é, qualquer ruptura encontrada na unidade é causada pela carga aplicada nela e não por fatores desconhecidos ao pesquisador.

Fica claro, no entanto, que dificilmente a solução científica pode ser empregada nas ciências sociais. O pressuposto de igualdade temporal é quase impossível de ser sustentado quando as unidades de análise são seres humanos. Por essa razão, a solução estatística é o caminho para essas disciplinas. Em termos simples, o problema fundamental da inferência seria contornado ao mudar o foco de análise do indivíduo i para um grupo de indivíduos na condição de tratado e um outro grupo de indivíduos na condição de controle. Por serem indivíduos diferentes em cada grupo, o acesso ao resultado não seria impossível. O efeito causal calculado pela diferença entre os resultados potenciais¹⁶ de cada grupo é chamado de *Average Causal Effect* (ACE) – efeito causal médio. O pressuposto de atribuição aleatório (*random assignment*), isto é, indivíduos são alocados de forma randômica para o grupo de tratamento ou de controle, garante que, na média, os dois grupos são comparáveis e semelhantes entre si. A diferença entre eles, após a manipulação do tratamento, capturaria o seu efeito de forma não viesada. Formalizando a ideia, temos:

¹⁶ Resultados potenciais referem-se a potencial exposição de unidade i a condição de tratamento ou controle. Essa unidade poderia fazer parte de qualquer uma das condições experimentais e só será escolhida pela chance e por nenhum outro fator além da chance. Essa ideia de que uma unidade possui o potencial de compor qualquer condição rompe com a possibilidade de que atributos (características inerentes a unidade, como por exemplo, o sexo ou a raça) possam ser a causa de algum efeito. Isso, porque a mudança de um atributo descaracterizaria a unidade i de tal forma que ela não seria mais a unidade i (HOLLAND 1986).

$$ACE = E(Y|S = t) - E(Y|S = c)$$

em que $E(Y|S = t)$ é a esperança (ou média) do resultado Y no grupo de tratamento e $E(Y|S = c)$ no grupo de controle. O S corresponde à atribuição do tratamento. Os atributos que diferem entre os indivíduos são controlados pela randomização, portanto, o ACE é um estimador não viesado que se aproximaria do efeito causal individual, o qual, como mostrado, é impossível de ser acessado.

Explorados a formalização e os conceitos básicos do modelo de PO, se faz necessário compreender os pressupostos que ele precisa para se sustentar logicamente. Entendê-los é de suma importância para esta tese, pois o não cumprimento deles pelos estudos institucionais e pela política comparada (PRZEWORSKI, 2009) justifica, em grande medida, as dificuldades em analisar instituições através de experimentos. Analisarei este tópico de forma mais detalhada no capítulo seguinte. Especificamente, Holland (1986) descreve quatro pressupostos: estabilidade temporal, transitoriedade causal, homogeneidade das unidades e independência.

A estabilidade temporal (*temporal stability*) diz respeito à constância da mensuração do efeito Y em várias fases do experimento. Um experimento simples precisa, no mínimo, calcular o valor de Y antes e depois da manipulação do tratamento. Esse pressuposto diz que o fato de o cálculo ser no tempo t ou t+1 (pós-tratamento) não interfere no resultado. Dessa maneira, podemos dizer que a diferença encontrada ao comparar os grupos é em função da manipulação do tratamento. A transitoriedade causal refere-se a não interferência do processo de mensuração nas unidades. Isto é, o teste aplicado antes do tratamento (pré-tratamento), ou mesmo no grupo de controle, não pode interferir no comportamento dos indivíduos expostos ao tratamento.

Homogeneidade das unidades envolve a disparidade entre as unidades dentro de cada grupo e entre os grupos. Ainda que, na média, os grupos precisem ser similares, a presença de indivíduos muito díspares pode enviesar o resultado do experimento. Por último, o pressuposto da independência corresponde à desvinculação da atribuição do tratamento ('S' na equação acima) com qualquer atributo das unidades. Por exemplo, não podemos avaliar o efeito de uma dieta na prevenção de ataques cardíacos comparando dois grupos que se diferem entre si no atributo peso. Em outras palavras, atribuir o tratamento *dependendo* do peso da unidade (e.g. mais pesados participam da dieta) fere o pressuposto da *independência*. Esse pressuposto está ligado ao *random assignment* mencionado anteriormente.

Mensurar a influência do modelo de PO na produção de Ciência Política não seria uma tarefa fácil, pois isso não ocorre apenas em publicações de alto fator de impacto, mas sim, em

todos os níveis, desde o ensinamento do modelo a estudantes até a publicação de livros e artigos. Para fins ilustrativos, o *corpus* utilizado anteriormente dos periódicos *American Political Science Review* e *Political Science Quarterly* citam os autores Neyman, Rubin e Holland 52 vezes com aparições desde 1981 até 2024. Destas, as duas obras mais citadas foram: Rubin (1974), em que o modelo de PO é formalmente criado; e Holland (1986) em que o Problema Fundamental da Inferência é conceituado.

3.2 Experimentos na Ciência Política

Como dito anteriormente, a possibilidade de se utilizar a lógica experimental na ciência política existe desde a década de 1920 (MERRIAM, 1921; ALMOND, 1998; SMITH, 2007), antes mesmo da publicação seminal de Ronald A. Fisher discutida no início do capítulo. Charles Merriam foi o responsável por defender precocemente¹⁷ a interdisciplinaridade com áreas como a psicologia, a estatística e a biologia (MERRIAM, 1921), além de sugerir que a mudança do foco analítica do macro para o micro. Essa posição fica clara na passagem abaixo:

Devemos concluir que é possível interpretar, explicar e mensurar de forma controlada as chamadas forças naturais – fora do homem – mas não as forças da natureza humana? Ou será que exageramos na 'natureza' e negligenciamos o 'homem' cientificamente?¹⁸

Essa passagem mostra claramente a insatisfação de Merriam com a ciência política do seu tempo que tinha foco majoritário nas instituições e suas regras (fora do homem) em detrimento do estudo do homem. O individualismo metodológico acompanhado pela aproximação da psicologia e da estatística só veio acontecer de forma sistemática na disciplina na década de 1960. Além disso, muito antes da era comportamental, podemos destacar as obras de Harold Lasswell e Harold Gosnell que foram orientandos de Charles Merriam. O primeiro por impulsionar a produção na área de psicologia política (LASSWELL, 1930) e o segundo, mais relevante para este capítulo, por realizar, ao meu conhecimento, o primeiro experimento

¹⁷ Utilizo o termo precoce, pois, ainda que a “revolução comportamental” tenha acontecido após a segunda guerra mundial na Ciência Política, Merriam fala sobre o tema desde a década de 1920.

¹⁸ Traduzido pelo autor da página 183 do artigo “*The Present State of the Study of Politics*” escrito por Merriam no *American Political Science Review* em 1921.

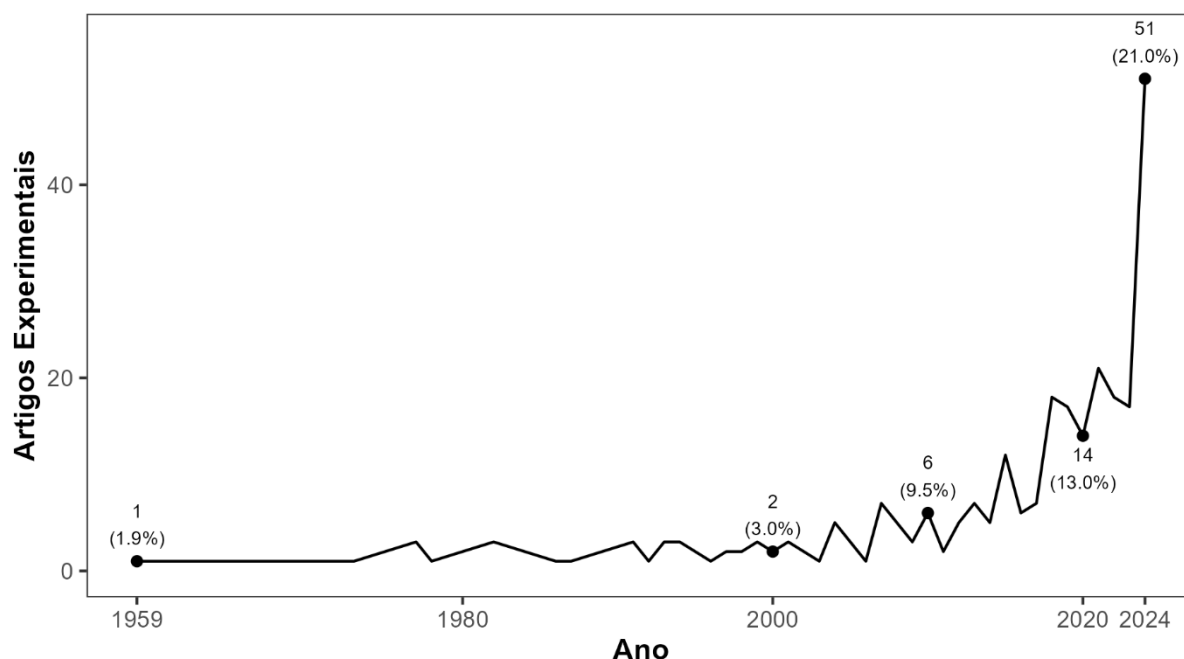
na ciência política no campo de comparecimento eleitoral¹⁹ (GOSNELL, 1927). A obra possui como objetivo mensurar o efeito de diferentes tipos de campanhas (não-partidárias) de mobilização de eleitores a comparecer e votar no dia das eleições em Chicago (EUA) nos anos de 1924 e 1925, bem como elas podem afetar os diferentes estratos da população. Essa obra desencadeou diversas outras obras que testam os efeitos de campanhas eleitorais no comparecimento (*get-out-the-vote*) e no voto (GREEN & GERBER, 2004).

Antes de prosseguir para discutir as principais obras que falam sobre a aplicação do desenho experimental na Ciência Política, mostrarei a sua evolução de utilização ao longo dos anos. Análogo ao que foi mostrado no capítulo anterior sobre a influência das instituições, utilizarei o mesmo *corpus* dos periódicos *American Political Science Review* (APSR) e *Political Science Quarterly* (PSQ) que são os periódicos mais antigos da disciplina. Relembro que o recorte temporal foi de 1956-2024 por disponibilidade de acesso. Outra consideração importante é que buscar o termo “*experiment**” nos títulos, resumos e palavras-chave pode ser impreciso em alguns momentos (DRUCKMAN *et al.*, 2006). A palavra pode estar associada a outros significados que não interessam ao objetivo proposto, tal como em “*Christianity, Enlightenment, and the American Experiment*” (THOMAS, 2025). Por essa razão, o resultado passou por uma revisão manual para excluir registros referentes a experimentos naturais²⁰, quase-experimentos, artigos metodológicos sobre experimentos e artigos que trazem o termo sem o significado do desenho de pesquisa. A revisão manual foi feita a partir dos títulos e resumos dos artigos. Como experimentos possuem elevado grau de confiança, eles trazem um *status* positivo na confiabilidade ao artigo, e, por essa razão, é muito comum que os autores, quando o utilizam, deixem claro no título ou no resumo.

¹⁹ No prefácio do livro, Gosnell agradece a Merriam dizendo que foi pelo seu direcionamento e inspiração que o estudo foi bem executado.

²⁰ Nesta tese distingo experimentos de quase-experimentos. Apesar de ambos possuírem a lógica experimental, tal como mostrado no modelo de PO, a manipulação do tratamento é totalmente diferente. Experimentos naturais estão mais associados a quase-experimentos (SEKHON & TITIUNIK, 2012) do que a experimentos em si.

Gráfico 2- Evolução do uso de Experimentos na Ciência Política (APSR e PSQ)



Fonte: o Autor.

O Gráfico 2 evidencia a evolução acelerada de publicações experimentais na disciplina, principalmente no último ano. A amostra utilizada não representa a Ciência Política como um todo, pois são dois periódicos norte-americanos, mas como dito acima, sua escolha foi baseada apenas na data de criação deles. Ainda assim, os artigos publicados neles podem ser considerados de excelente qualidade em função do elevado fator de impacto associado a eles. Uma pesquisa mais abrangente seria necessária para inferir sobre a população. No entanto, a proposta aqui é apenas ilustrar o poder desse desenho de pesquisa utilizando periódicos consolidados e confiáveis.

Como dito, a série temporal inicia na década de 1950 e podemos observar que até a década de 2000, a utilização de experimentos foi ínfima com um máximo de 3 obras nos anos de 1977, 1982, 1991, 1993, 1994 e 1999. A partir de 1991 houve pelo menos um artigo por ano até o fim da série²¹. O primeiro experimento observado na série foi publicado no *American Political Science Review* em 1959 sob o título “*Three Experiments in Political Gaming*” (BLOOMFIELD & PADELFOORD, 1959). Esse *paper* é particularmente interessante para esta tese, pois segue a hipótese proposta de que experimento de laboratório é uma estratégia de identificação importante para manipular instituições (PLOTT, 1986, 1991) que em outros tipos de experimentos seria mais difícil. O estudo mobilizou estudantes de relações internacionais no

²¹ Com exceção de 1995.

M.I.T. para participarem de três “jogos” envolvendo problemas relevantes para o momento vivido da época, a guerra fria. Os estudantes representaram atores em negociações importantes envolvendo hipoteticamente três jogos: 1) mudança de regime na Polônia; 2) limitações do poder da Organização das Nações Unidas (ONU) em relação a uma declaração da União Soviética sobre o controle total de Berlim; e 3) uma reunião posterior ao jogo 2 em Geneva do *Big Four Foreign Ministers* (Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética e França) para chegar a um consenso sobre a tomada de Berlim. O caráter institucional dos jogos é notório e os experimentos de laboratórios foram muito bem colocados para responder questões importantes para as Relações Internacionais da época.

Numericamente falando sobre o Gráfico 2 temos uma taxa de evolução linear (β) de 0,29 artigos por ano. Esse número não é expressivo devido ao tamanho da série, mas se dividirmos em dois períodos, pré e pós-2000, temos os respectivos valores: 0,033 e 1,125. Esses valores representam uma taxa de crescimento²² de 33,1 vezes maior. O aumento da quantidade de experimentos está associado à busca por inferência causal de qualidade que, por sua vez, está associada, não somente a esse tipo de desenho, mas aos desenhos observacionais com o desenvolvimento dos quase-experimentos (ANGRIST & PISCHKE, 2009) e da Nova Metodologia Qualitativa (MAHONEY, 2010; REZENDE, 2011; GOERTZ & MAHONEY, 2012).

Voltando a lógica experimental na Ciência Política, discutirei obras seminais que, a meu ver, representam de maneira suficiente essa crescente preocupação com qualidade inferencial pela Via Experimental (REZENDE, 2022). São elas: *Experimental and Quasi-Experimental Designs for Generalized Causal Inference* (SHADISH *et al.*, 2002); *Experimental Methods in Political Science* (MCDERMOTT, 2002); *The Growth and Development of Experimental Research in Political Science* (DRUCKMAN *et al.*, 2006); *Experimental Political Science and the Study of Causality: From Nature to Lab* (MORTON & WILLIAMS, 2010). O campo da metodologia política é muito fértil e compreendo que há várias obras (livros e artigos) escritas e sendo escritas sobre a lógica e o desenho experimental, mas acredito que essas obras contemplem o objetivo do capítulo em expor os conceitos básicos que envolvem essa estratégia de identificação para além do objeto de estudo e da corrente teórica.

A primeira obra possui uma contribuição relevante na conceitualização de validade inferencial de um desenho de pesquisa, que, no caso do escopo do livro, são nos experimentos e quase-experimentos. Antes de adentrar na problemática da validade, Shadish e coautores

²² $(\beta_{p2} - \beta_{p1})/\beta_{p1}$

citam uma icônica frase de Francis Bacon: “... não apenas observamos a natureza como ela é, mas também temos que ‘torcer o rabo do leão’, que é manipular nosso mundo para saber sobre seus segredos”²³ (HACKING 1983 *apud* SHADISH *et al.*, 2002). Essa frase é excelente para introduzir a lógica experimental, uma vez que a manipulação é o fator distintivo deste desenho em relação aos demais. Quando Bacon fala em “torcer o rabo do leão”, ele mostra que uma intervenção intencional na natureza é crucial para entender suas consequências. A manipulação funciona como uma fonte de variação intencional para descobrir como outras coisas covariam em um momento posterior à manipulação (SHADISH *et al.*, 2002).

Com o conceito de manipulação estabelecido, outros dois pontos que formam a solução experimental, mas que está presente na lógica observacional também, é causa e efeito. A explicação da conexão entre esses dois termos pode ser tautológica, mas é necessária: a causa produz o efeito e o efeito é produzido pela causa. De forma individual, a causa pode ser determinística ou probabilística. Alguns desenhos de pesquisa como o *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) utilizam majoritariamente causas determinísticas e outros, como as técnicas de regressões, a probabilística. Causas determinísticas partem do pressuposto de que um efeito só pode ser gerado quando a causa está presente formando uma condição entre as partes de necessidade, suficiência ou uma combinação mais complexa entre elas – e.g. INUS e SUIN²⁴. Por seu turno, a causa probabilística ocorre quando a presença da causa muda a probabilidade da ocorrência do seu efeito.

Quanto ao efeito, ele é a diferença entre a magnitude da variável observada e seu contrafactual (FEARON, 1991). Como discutido anteriormente, o problema fundamental da inferência é, justamente, a mensuração do efeito individual do que aconteceu com o que não aconteceu, i.e. contrafactual. É dessa relação, que os usuais termos “causa dos efeitos” e “efeito das causas” (GOERTZ & MAHONEY, 2012) surgem. O primeiro é relativo ao estudo do complexo arranjo de fatores causais necessários ou suficientes para gerar um ou mais determinados efeitos. E o segundo está ligado a mensuração da magnitude e da direção da relação causal entre as partes envolvidas.

Complementando essa discussão conceitual, talvez a contribuição mais importante de Shadish *et al.*, (2002) seja a discussão sobre validade. O problema da validade é central para a lógica experimental, pois está intrinsecamente ligada à sua maior vantagem e à sua maior

²³ Tradução realizada pelo autor.

²⁴ INUS se refere a uma causa que é insuficiente, mas é parte necessária de uma condição não necessária, mas suficiente. SUIN se refere a uma causa suficiente, mas é parte não necessária de uma condição não suficiente, mas necessária. Não é preciso ir além para mostrar a complexidade dessas conjunturas causais. Para maiores aprofundamentos conferir (MACKIE, 1974).

fraqueza. Em poucas palavras, os experimentos capturam com excelência o efeito causal através da diferença entre os grupos de tratamento e de controle. No entanto, sua maior limitação está na generalização desses efeitos para outras populações. Essas colocações estão no cerne do debate sobre validade. “Validade refere-se à aproximação da ‘verdadeira’ inferência” (SHADISH *et al.*, 2002, p.34), em outras palavras, os autores chamam atenção para o fato de que a validade é uma propriedade da inferência e não do desenho de pesquisa, como é usualmente suposto. Isto é, nenhum método garante validade, mas a forma como ele é “desenhado”, pode aumentar a validade geral da inferência obtida ou aumentar um tipo de validade em detrimento de outro.

A validade externa e interna é o “alvo inferencial” dos metodólogos ao desenhar uma estratégia de identificação. De forma simples, validade externa é o poder de generalização do resultado obtido em uma pesquisa. Como dito, este é um dos pontos fracos das estratégias experimentais. A validade interna é a confiabilidade dos resultados achados no desenho de pesquisa, isto é, o quão bem o pesquisador conseguiu controlar os vieses que atrapalham a identificação. Por sua vez, esse é o ponto forte da pesquisa experimental, dado que a atribuição aleatória do tratamento (*random assignment*) e vários outros pressupostos (e.g. *stable unit treatment value assumption* – SUTVA) estão presentes e impulsionam a qualidade inferencial associada a validade interna dos resultados. Dito isto, Shadish *et al.*, (2002) desmiuçam o conceito de validade em uma tipologia de quatro componentes, ao invés dos dois recém mencionados.

Os quatro tipos de validade são: validade da conclusão estatística (VCE), validade interna (VIN), validade de construto (VC) e validade externa (VE). VCE está associado à correlação ou à covariação entre o tratamento e o resultado (variável dependente). Para que exista um efeito, o tratamento precisa covariar com o resultado. VIN já foi discutida acima e se diferencia da VCE, pois ela vai além da existência de uma correlação, ao pressupor causalidade na relação entre tratamento e resultado. Para que a covariância de tratamento e resultado seja causal, ela precisa ser livre (ou o mais próximo disso) dos vieses.

VC está associada a representatividade dos componentes do desenho de pesquisa com o mundo real ou sobre o que o pesquisador está teorizando. Por exemplo, experimentos de laboratório, além de tipicamente utilizar estudantes para representar os atores de interesse, são realizados em salas (laboratórios) que fogem muito da realidade empírica. Pensando na Validade de Construto, os pesquisadores precisam treinar os participantes para que se portem como os atores que desejam pesquisar (e.g. eleitores, líderes partidários) e adaptar o ambiente para que se pareça com o mundo real. A forma como as variáveis serão mensuradas também faz

parte da validade de construto. Ou seja, o experimento desenhado é uma redução (aproximação) de uma realidade maior que o pesquisador está interessado e o quanto mais o desenho se conecta com essa realidade, maior a validade de construto. Por último, e já explorado, a VE está ligada ao poder de generalização da inferência para outros contextos.

Shadish *et al.*, (2002) é um livro extenso e cobre diversas áreas da análise experimental, mas para o escopo desta tese, sua contribuição sobre o conceito de validade, que é um aspecto central do livro, é suficiente. Incorporar desenhos experimentais no contexto da análise institucional possui um impacto direto nos quatro tipos de validade proposta pela tipologia. A VCE e a VIN podem sofrer com o fato de que isolar um resultado (variável dependente) que não esteja associada a variáveis omitidas intrínsecas ao contexto em que a(s) instituição(ões) está inserida é um desafio. A correlação observada entre o tratamento e a variável de interesse pode ser decorrente do contexto. Quanto à VC, os pressupostos que o pesquisador precisa fazer para mensurar as variáveis podem ser mais complexas do que em experimentos comportamentais, logo, o risco à validade é maior. A VE continua sendo o maior problema dos experimentos de forma geral, porém até mesmo instituições que recebem o mesmo nome (e.g. presidencialismo) podem ser completamente diferentes a depender do contexto em que estão inseridas.

A segunda obra analisada é McDermott (2002). Essa obra foi escrita no mesmo ano do livro Shadish e coautores, por tanto, tal como mostra o Gráfico 2, está situada em um período de baixa adesão dos desenhos experimentais na Ciência Política. Por causa disso, o artigo se propõe a defender a expansão do seu uso para estudar fenômenos políticos trazendo exemplos das ciências comportamentais e da economia política para defender seu argumento. Sabemos que houve uma contaminação experimental na disciplina (REZENDE, 2023) e a falta desse desenho não é mais um problema como era a vinte anos atrás. No entanto, a autora traz alguns conceitos e ameaças importantes que são necessários para o entendimento mais profundo do desenho. Elas estão sumarizadas no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1- Conceitos fundamentais para os desenhos experimentais

Conceito	Descrição
Padronização	Procedimentos e protocolos experimentais administrados da mesma forma para todos os grupos (Tratamento e Controle).
Efeito do Placebo	Estratégias experimentais precisam conter grupos de controles (ou controles puros) para comparar com outros grupos do desenho.
Efeito da Expectativa	O pesquisador transmite a intencionalidade da pesquisa para os participantes influenciando no resultado (Rosenthal 1966 <i>apud</i> McDermott 2002).
Viés do pesquisador	A forma como o experimento é desenhado pode ser influenciado pelas crenças e expectativas do pesquisador.
Características da Demanda	Quando o propósito do experimento é óbvio, os participantes podem adivinhar e se comportar em favor da hipótese do pesquisador.
História ²⁵	Acontecimentos que ocorrem dentro ou fora dos experimentos que estão fora do controle do pesquisador.
Maturação	Desenvolvimento natural dos indivíduos que podem afetar a variável dependente. Recorrente em experimentos longos.
Efeito de Performance	Tipicamente, os experimentos aplicam um pré e um pós-teste aos indivíduos. A performance no pós-teste pode ser influenciada pelo pré-teste resultando em um viés.
Auto seleção	Quando os indivíduos podem se auto-selecionar para condições experimentais, essa seleção não é aleatória e pode incorrer em viés.
Mortalidade	Em experimentos longos, indivíduos podem morrer, se mudar ou não comparecer às sessões.
Teste de efeitos	Quando a mensuração da variável dependente ocorre mais de uma vez, o indivíduo pode gerar uma sensibilidade a ela e enviesar os resultados.
<i>Hawthorne Effect</i>	Indivíduos podem mudar seu comportamento pelo simples fato de saberem que estão sendo observados e avaliados.
Indivíduos Profissionais	Existe a chance de escolher indivíduos que já participaram de muitos experimentos e eles são mais suscetíveis a capturar as intenções do pesquisador por trás do experimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de McDermott (2002)

Ainda que o desenho experimental seja considerado simples e alcance elevados níveis de validade interna inferencial, diversos pressupostos precisam ser declarados, em função dessas fontes de vieses. Ressalto que a autora coloca os experimentos de laboratórios como sendo a principal alternativa, dentre todos os tipos de experimentos, para a Ciência Política da época. A década de 1990 e início de 2000 é marcada por uma formalização teórica intensa, e experimentos de laboratórios são frequentemente utilizados para testar as lógicas formais sugeridas pelos autores. No entanto, essa abordagem puramente formal e teórica é bastante

²⁵ Em uma famosa passagem, Przeworski (2009) diz que “o motor da endogeneidade é a história”. McDermott usa a palavra história, mas isso não tem relação com o conceito que Przeworski propõe como um problema (fonte de viés) de uma estratégia de identificação.

criticada (GREEN & SHAPIRO, 1994; MORTON, 1999). Ainda assim, o argumento de McDermott é valioso para a hipótese proposta nesta tese de que estudos institucionais seriam propícios a serem estudados por experimentos de laboratório, visto que instituições podem ser entendidas como regras e essa estratégia permite a manipulação delas de forma mais criativa.

Em terceiro lugar, trago as contribuições de Druckman *et al.* (2006). No período em que essa obra foi publicada, os experimentos estavam ganhando força em áreas específicas da Ciência Política, tais como opinião pública, eleições e estudos legislativos (DRUCKMAN *et al.*, 2006), no entanto, possuíam aplicações limitadas nas demais subáreas da disciplina. Nesse contexto, os autores defendem a utilização e a propagação da estratégia na Ciência Política geral mostrando em que situações os experimentos seriam bem-vindos e mostrando evidências empíricas de que artigos experimentais teriam maior potencial de citação.

Antes de lançar as razões pelas quais os autores defendem a utilização de desenhos experimentais, ressalto uma discussão interessante que eles fazem e que está diretamente ligada com a identificação de artigos que utilizam essa estratégia. A palavra “*experiment*” foi utilizada de formas diferentes ao longo do tempo: como inovação ou experiência institucional; como simulações ou testes empíricos que não envolvem instituições, nem experimentos randomizados; e como experimentos randomizados de fato. Ele mostra a evolução anual do termo *experiment* por tipo de uso no *American Political Science Review* desde sua criação em 1906. O uso de experimentos como inovação institucional foi muito forte até a década de 1950 e caiu bruscamente a partir de 1960. Não coincidentemente, na década de 1960, a disciplina estava no auge do comportamentalismo. O uso de experimentos como testes empíricos não-experimentais foi crescente o início da década de 1990. Sua utilização declina em função de um aumento exponencial do uso do termo como, de fato, desenhos experimentais randomizados.

Esse dado é muito interessante, pois, nesta tese, a base empírica é formada por artigos publicados em periódicos comparativos, e a utilização do termo como experiências institucionais ainda é muito alta, mesmo no período analisado (2010-2024). Druckman e autores mostram esse dado para o periódico com um dos maiores fatores de impacto da disciplina e como eles próprios argumentam, a evolução experimental ocorre de forma diferente entre tópicos ou subáreas da disciplina. Mais recentemente Rezende (2023) mostra como isso ocorreu entre mesas inferenciais²⁶ (REZENDE, 2023) diferentes. Por essa razão, a frequência do termo

²⁶ Rezende (2023) estabelece o conceito de Mesas Inferenciais Separadas ao mostrar uma clivagem entre 25 periódicos de alto fator de impacto da Ciência Política quando os posiciona em um espaço bidimensional da incidência dos termos “inferência” e “causação”.

experiment por si, não é uma boa *proxy* da utilização do desenho experimental em periódicos mais institucionais ou comparativos.

Os autores discutem três hipóteses sobre o uso dos experimentos na disciplina, são elas: procurando por fatos; falando com teóricos; e sussurrando aos ouvidos de príncipes (RUTH 1995 *apud* DRUCKMAN *et al.*, 2006). A primeira está relacionada ao uso de experimentos para a própria comunidade científica que se propõe a analisar os efeitos das causas variados fenômenos. Muitas vezes, o mesmo problema é analisado por várias correntes metodológicas chegando a resultados inconclusivos e, por vezes, contrastantes. Experimentalistas buscam por fatos, isto é, querem resolver problemas empíricos com alto rigor metodológico para tentar resolver esses impasses encontrados na literatura. A segunda hipótese está ligada aos teóricos que buscam formalizar o comportamento dos atores políticos através da teoria da escolha racional. Experimentos de laboratório são frequentemente utilizados para testar a lógica matemática desenvolvidas pelos teóricos de forma empírica e causal (PLOTT, 1986). Quanto a última hipótese, o termo “príncipe” se refere à elite política (aos fazedores de políticas públicas). Alguns objetos de pesquisa possuem saliência em dada conjuntura eleitoral e pode ser utilizada como estratégia eleitoral. Outra forma de “falar aos ouvidos dos príncipes” são os já mencionados experimentos de mobilização eleitoral (*get-out-the-vote*) que abordam sobre estratégias eleitorais e seus respectivos efeitos nos eleitores.

Por último, destaco o livro seminal de Rebecca B. Morton e Kenneth C. Williams escrito em 2010 sob o título de *Experimental Political Science and the Study of Causality: From Nature to the Lab*. Essa obra é largamente citada na Ciência Política, não apenas em trabalhos científicos, mas também como um excelente livro para graduandos e pós-graduandos aprenderem a conduzir uma pesquisa experimental em seus diversos níveis (ISAAC, 2011; SHAYAN, 2013). A própria estrutura deste capítulo foi influenciada por Morton e Williams (2010), pois eles discutem em profundidade o modelo de *Potential Outcomes* que eles chamam de *Rubin Causal Model* evidenciando conceitos e pressupostos necessários para gerar inferências causais válidas através da pesquisa experimental.

Primeiramente os autores mostram a inserção da pesquisa experimental na Ciência Política ao longo da história e como a disciplina vem adotando-o, cada vez mais, com o passar dos anos. De fato, a utilização desse desenho cresceu e vem crescendo de forma exponencial e o ano de 2010 pode ser considerado como um ponto de inflexão ao analisar o Gráfico 2 acima. Depois disso, os autores discorrem sobre a teoria da causação trazendo o modelo de PO para o centro do debate e trazendo exemplos empíricos para esclarecer os modelos formais típicos desse *framework* teórico. Os autores discutem sobre validade interna e externa, tal como foi

discutido aqui através da obra de Shadish *et al.* (2002) e evidencia os problemas discorridos no Quadro 1. Especial atenção é dada aos experimentos de laboratório e aos vieses do *Howthorne effect* e indivíduos profissionais. Os autores mostram as vantagens desse tipo de experimento quando feito em campo e cunham o nome “*lab in field*”²⁷ que é frequentemente utilizado na disciplina para nomear essa estratégia de identificação.

A obra é didática e dispõe de vários capítulos mostrando as características do que vem a ser um “bom” experimento, isto é, um experimento com elevado grau de validade inferencial. Além disso, especial atenção é dada ao componente ético dos experimentos. Diferente dos estudos observacionais, o pesquisador, nesse tipo de desenho, manipula condições, imita ou está inserido na realidade empírica e, acima de tudo, utiliza pessoas para observar comportamento, emoções e decisões políticas e sociais.

Este capítulo teve o objetivo de mostrar como os desenhos experimentais evoluíram e se adequaram à realidade dos estudos políticos ao longo dos anos trazendo desde a idealização dos estudos randomizados iniciados por Sir. Ronald Fisher até a complexa ideia de Problema Fundamental da Inferência, como ele é superado formalmente através dos modelos de PO e como sua lógica formal se adequa a lógica experimental empírica. Além disso trouxe alguns conceitos-chave baseados em obras seminais que abordam o desenho experimental. A próxima seção discute a teoria do Pluralismo Inferencial desenvolvida por Flávio Rezende primeiramente em um manuscrito não publicado em 2015 seguido por alguns artigos científicos e culminando no livro *O Pluralismo Inferencial na Ciência Política: Teoria e Evidências* publicado em 2023. Depois trarei os motivos pelo qual chamo a interseção entre teoria institucional e desenhos experimentais de “área cinzenta” e lanço as hipóteses da tese.

²⁷ Estudos de laboratórios em campo, utilizando indivíduos do mundo real ao invés de estudantes de universidade, já eram conhecidos antes da publicação do livro, mas o termo *lab in field* (ou *lab-in-the-field*) captura a essência do desenho e é bastante utilizado pela comunidade científica (ISAAC 2011).

4 Pluralismo Inferencial e a Zona Cinzenta

Esta tese busca compreender a relação entre desenhos de pesquisa e teorias na Ciência Política contemporânea, mais especificamente, pretendo observar essa relação no *conjunto de modelos institucionalistas e desenhos experimentais*. As instituições, desde a criação da disciplina, sempre ocuparam parcela significativa das explicações, seja para fazer comparações descritivas, seja para compreender seus efeitos sobre o comportamento dos atores políticos e dos indivíduos. Como mostrado no capítulo 1, a teoria institucional possui diversas maneiras de conceituar as instituições, de compreender como elas surgem e mudam e como elas afetam os atores políticos. Colocando de maneira simples, não existe resposta trivial para a seguinte pergunta: *o que são as instituições e como se dá sua relação com o mundo?*

A complexa tarefa de conceituar (SARTORI, 1987; COLLIER & MAHON, 1993) as instituições é o que a torna um caso tão interessante em observar a relação delas com as escolhas metodológicas de quem a estudam (HALL, 2003). A teoria do Pluralismo Inferencial vem para explicar a razão pela qual a Ciência Política, de forma mais geral, se tornou palco de uma competição inferencial que não há vencedores claros. A própria estrutura da disciplina permite a sobrevivência de técnicas e desenhos de pesquisa que não focam diretamente na identificação de efeitos causais. Isso quer dizer que não há um monopólio legítimo da inferência causal na Ciência Política (REZENDE, 2015a). A relação é clara: a coexistência de explicações comportamentais e institucionais produz um aumento no leque de opções de desenhos de pesquisa. Na maioria das vezes, perguntas e teorias voltadas para entender o comportamento do indivíduo “chamam” por desenhos experimentais ou quase-experimentais ou com foco no efeito das causas. Do outro lado, o estudo de macroestruturas e instituições “chamam” por desenhos que capturem os mecanismos por trás dos fenômenos com foco na causa dos efeitos.

Se a relação acima é clara, o caminho oposto não é. Isto é, e quando as explicações institucionais utilizam a técnica experimental para identificar efeitos causais? Não é o foco da tese, mas analogamente, poderíamos perguntar: como e quando os estudos comportamentais buscam compreender os mecanismos e as causas por trás de um efeito específico? Chamo essa interseção de área cinzenta, ou como sugere o título desta tese, de “tabu”, pois isso seria um caminho pouco utilizado pelos cientistas políticos (GROSE, 2014) e, pelo menos para o caso das instituições, um caminho contraindicado (HALL, 2003). Para expor o tema de maneira clara, a estrutura do capítulo será a seguinte: primeiramente analisarei as nuances da Teoria do Pluralismos Inferencial e seus achados empíricos; depois, trarei os argumentos de alguns autores que mostram a inconsistência da teoria institucional ser estudada a partir de técnicas

ligadas ao efeito das causas; por último, discutirei sobre a possibilidade da interseção (zona cinzenta) e lançarei as hipóteses que norteiam a análise empírica da tese.

4.1 *Pluralismo Inferencial*

Como dito, dialogo fortemente com a teoria do pluralismo inferencial desenvolvida por Rezende (2015a). Ela emerge para explicar a configuração que a ciência política adotou após aquecidos debates metodológicos vivenciados no fim da década de 1990 até o final da década de 2010 (KING *et al.*, 1994; BRADY & COLLIER, 2004; ANGRIST & PISCHKE, 2009; GOERTZ & MAHONEY, 2012; TEELE, 2014). Paralelamente, a Economia estava passando pelo que se convencionou chamar de revolução de credibilidade (ANGRIST & PISCHKE, 2009), e pouco tempo depois, essa mesma revolução aconteceu (ou ainda acontece) na Ciência Política (ASHWORTH *et al.*, 2021). Esse movimento estabelece as condições necessárias para uma disciplina voltada para a mensuração de efeitos causais válidos, objetivo este alcançado por desenhos de pesquisas robustos capazes de lidar com os clássicos problemas de endogeneidade – causação reversa e variáveis omitidas – e com perguntas de pesquisa identificáveis.

A partir dessa lógica, criou-se o Teorema da Ilusão Observacional (GERBER *et al.*, 2014) que leva ao extremo a concepção de que *sem manipulação, não há causação* (HOLLAND, 1986; WOODWARD, 2005). A principal diferença entre estudos observacionais e experimentais reside na randomização e manipulação da(s) variável(is) independente(s) – tratamento(s) no linguajar experimental. Isto é, em desenhos experimentais, o pesquisador tem total controle de como o tratamento será aplicado e manipulado no contexto estudado e pode, através do pressuposto da atribuição aleatória, supor ausência de viés. Em contrapartida, em estudos observacionais, os processos pelos quais os dados são gerados não é conhecido pelo pesquisador. Por essa razão, a chance de viés é consideravelmente maior, uma vez que o pesquisador precisa controlar por variáveis não observáveis e confiar em complexos pressupostos (*strong assumptions*) de técnicas estatísticas.

O Teorema da Ilusão Observacional, como o próprio nome sugere, supõe que estudos conduzidos a partir de dados observacionais não podem ser inteiramente críveis. Uma vez que o pesquisador não tem certeza sobre os vieses potenciais que incidem sobre o resultado alcançado, o acúmulo de conhecimento gerado através dessas estratégias de identificação não contribuem para a mensuração do efeito causal de interesse (GERBER *et al.*, 2014). Mais

especificamente, de acordo com o teorema, as métricas associadas a confiança dos resultados (p-valor, intervalo de confiança, erro padrão, dentre outros) não seriam críveis, pois a origem e o comportamento do erro nesses modelos são desconhecidos.

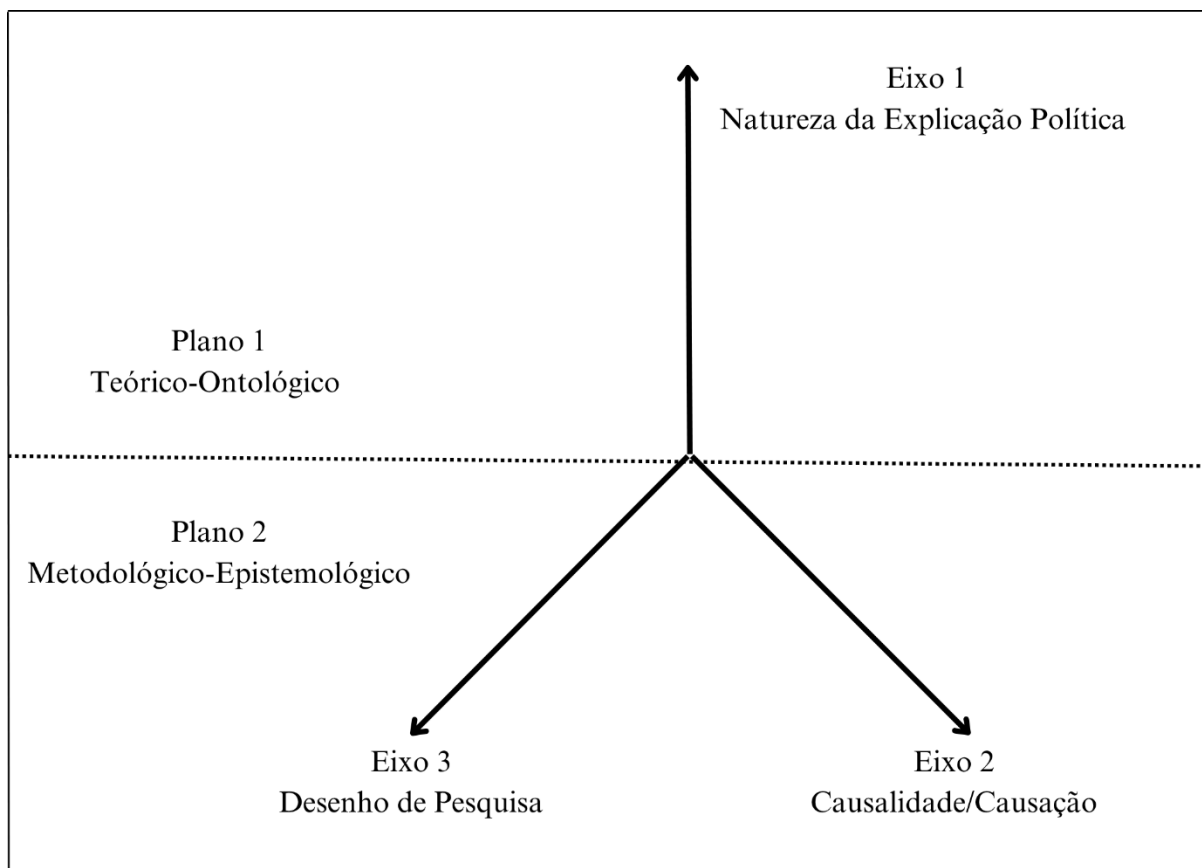
O teorema é provocativo e alerta os pesquisadores da importância da validade inferencial em qualquer estudo empírico ressaltando as qualidades dos experimentos e as fragilidades dos desenhos observacionais. Há controvérsias sobre a “impossibilidade” deles em alcançar inferência causal válida e de qualidade (STOKES, 2014), porém, o ponto aqui é destacar como o debate sobre a qualidade inferencial na Ciência Política é saliente. A revolução de credibilidade vivenciada na Economia estava em seu auge. A antiga disputa entre métodos qualitativos e quantitativos (KING *et al.*, 1994; BRADY & COLLIER, 2004) estava sendo substituída por uma disputa entre pesquisa observacional e experimental.

Apesar do argumento de que estudos observacionais sempre gerarão resultado viesados, e, por tanto, seriam não-críveis, a Ciência Política não escolheu *apenas* o caminho experimental, tal como sugere o teorema exposto acima. Além dele, foram gerados diversos tipos de desenhos que vão desde os quase-experimentos²⁸ até pesquisas qualitativas que buscam acessar a causa dos efeitos. Nesse contexto, o Pluralismo Inferencial surge em uma disciplina cujas transformações metodológicas estruturam-se por uma diversidade de lógicas de causalção, conexão entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial e expansão de estratégias de identificação que buscam efeito das causas (REZENDE, 2015a, 2021).

Para explicar a Teoria do Pluralismo Inferencial, Rezende (2015a) propõe um modelo tripartite com três eixos e dois planos, tal como mostra a figura abaixo. O primeiro plano é chamado de teórico-ontológico e possui um eixo intitulado de natureza política da explicação. O segundo plano é chamado de metodológico-epistemológico e possui dois eixos, quais sejam, desenhos de pesquisa e causalidade/causação. O modelo posiciona a Ciência Política como uma disciplina que precisa manter a conexão entre os três eixos, argumento similar é proposto por Morton (1999) ao criar o *Empirical Integrations of Theoretical Model*²⁹ (EITM).

²⁸ Quase-experimentos podem ser incluídos no leque de “observacionais que buscam o efeito das causas”. No entanto, esse tipo de desenho possui destaque no contexto da revolução de credibilidade, pois a estratégia central é a de emular a lógica experimental com dados observacionais e, assim, produzir resultados não-viesados (ANGRIST & PISCHKE, 2009).

²⁹ O EITM surge como uma crítica a Ciência Política da década de 1990 que, nessa época, vivia o auge da Escolha Racional sob forte influência de autores como William Riker. Os artigos tinham alto grau de formalização tentando criar leis, como se faz nas ciências naturais, para o comportamento político. A crítica ressalta a importância da conexão entre teoria formal e análise empírica (GREEN & SHAPIRO, 1994; MORTON, 1999).

Figura 1 - Modelo Tripartite

Fonte: Rezende (2015a)

A figura acima mostra com exatidão a lógica por trás do pluralismo inferencial, e, consequentemente, através dela podemos compreender a dificuldade de estudar problemas com desenhos de pesquisa ou lógicas de causalidade incompatíveis. A Ciência Política é uma disciplina que aderiu ao movimento da revolução da credibilidade, porém com diferenças cruciais em relação a outras disciplinas. Uma delas é a exigência de um equilíbrio entre os dois planos, isto é, o teórico e o metodológico. Somado a isso, ainda que apresente flutuações significativas entre o estudo de indivíduos e de macroestruturas, a disciplina nunca abandonou completamente as instituições. Como propõe Plott (1991) na famosa equação fundamental da política, os fenômenos sociais são resultados da combinação entre crenças e preferências (nível micro) com instituições (nível macro). A impossibilidade de “escantear” as instituições como respostas para importantes perguntas da disciplina criou essa condição especial na disciplina que converge no Pluralismo Inferencial.

De forma simples, se aceitássemos cegamente o teorema da ilusão observacional que está situado no Plano 2 e a equação fundamental da política que está situada no Plano 1, teríamos que estudar os efeitos das instituições através da lógica experimental. No entanto,

surge uma literatura que traz o rigor metodológico para técnicas e desenhos de pesquisa voltados a estudar contextos, mecanismos e configurações causais utilizando poucos casos. Esses desenhos ficaram conhecidos como a Nova Metodologia Qualitativa (MAHONEY, 2010; REZENDE, 2011; GOERTZ & MAHONEY, 2012). Esse contexto é a base para a compreensão mais profunda da Teoria do Pluralismo Inferencial. Desenho de pesquisa é entendido como algo que vai além das técnicas de análise e constitui-se na interconexão entre teoria, metodologia e base empírica (REZENDE, 2015b). Dito isso, ao mostrar a clivagem teórica entre comportamentalismo e o institucionalismo na Ciência Política, podemos supor que as múltiplas lógicas de causação e de estratégias de identificação surgem em decorrência dessa dualidade configurando na inexistência do *monopólio legítimo da validade inferencial* (REZENDE, 2015a).

Compreendida as bases fundacionais através do modelo tripartite, podemos explicar o surgimento do pluralismo inferencial através de sete dimensões (REZENDE, 2017), são elas: 1) gradual divisão do trabalho entre modelos institucionais e comportamentais; 2) demanda crescente por inferência causal; 3) primazia de métodos e modelos; 4) aderência ao paradigma EITM; 5) diversificação e sofisticação do portfólio das estratégias e técnicas; 6) diversidade de lógicas de causação nos desenhos de pesquisa; 7) expansão dos desenhos de pesquisas experimentais e quase-experimentais.

A primeira dimensão e mais importante é a divisão do trabalho entre modelos comportamentais e institucionais. Apesar de apresentar esses dois modelos como concorrentes e tratá-los como inversamente proporcionais (Wilson (2017) mostra que a revolução comportamental ocasionou uma diminuição nas pesquisas institucionais e o neoinstitucionalismo, uma diminuição nas pesquisas comportamentais) o termo divisão de trabalho é bem empregado. Nenhuma das duas conquistou a hegemonia, por tanto, por lidarem com fenômenos políticos e sociais a partir de distintas lógicas de causação, o pluralismo inferencial se instaura. Em outras palavras, o *behaviorismo* “chama” por mensuração de efeitos causais (efeito das causas), enquanto o institucionalismo necessita de uma compreensão mais profunda do contexto em que estão inseridas e dos mecanismos que compõe uma relação causal (causa dos efeitos). Olhando por esse ângulo, fica claro como os dois planos do modelo tripartite da Figura 1 se conectam. É exatamente nesta conexão que esta tese se debruça ao analisar o caso pouco provável (*least-likely case*) da interseção entre institucionalismo e pesquisa experimental.

A segunda dimensão está associada à revolução de credibilidade. Cada vez mais, as vias de publicação de artigos de Ciência Política exigem inferência causal com elevado grau de

validade. Ainda que a inferência descritiva desempenhe um papel crucial da produção do conhecimento (GERRING, 2012), a mensuração de efeitos causais adquiriu um *status* mais elevado, principalmente quando acessado através de desenhos de pesquisa robustos. A terceira dimensão é a primazia por métodos e modelos. Conectada com a anterior, ao buscar por inferências causais válidas, métodos e modelos acabam recebendo mais importância do que outros componentes de uma pesquisa. Pensando no modelo tripartite, isso significa dizer que os eixos do segundo plano – metodológico-epistemológico – recebe um peso maior na atenção do pesquisador. O debate teórico acaba acontecendo de maneira resumida ou de forma implícita nas referências citadas (REZENDE, 2023).

A aderência ao paradigma EITM destaca a importância de adequar a questão de pesquisa e a formalização teórica dos artigos ao teste empírico. Em outras palavras, a busca por problemas de pesquisa identificáveis torna-se algo indispensável. Obras que ignoravam o teste de hipóteses, se atendo exclusivamente à criação de teoremas e axiomas para explicar logicamente a realidade desassociadas de testes empíricos, perderam força. Isso se conecta com a seguinte dimensão da diversificação e sofisticação do portfólio das estratégias e técnicas ao aquecer o debate da metodologia política em criar e adaptar desenhos de pesquisa, o que por sua vez possui impacto direto no pluralismo inferencial.

A sexta dimensão é a diversificação de lógicas de causalção nos desenhos de pesquisa. O fato de a Ciência Política não escolher um “caminho inferencial” em detrimento de outros faz com que o pluralismo inferencial seja uma realidade bem demarcada. Várias lógicas – experimental, covariacional, frequentista, bayesiana, mecanismos, contrafactuais e configuracionais – coexistem e ampliam o leque de estratégias de identificação disponíveis. Por último, a expansão da lógica experimental através dos diversos tipos de experimentos e dos desenhos observacionais que emulam sua lógica, trouxe maior rigor a capacidade dos desenhos em alcançar validade inferencial. Além de serem desenhos de pesquisa considerados como padrão ouro (GELMAN, 2011), a lógica experimental trouxe rigor para outras lógicas de causalção, pois o rigor metodológico, independentemente da lógica, foi elevado.

A Teoria do Pluralismo Inferencial foi explorada empiricamente em diversos cenários no contexto da Ciência Política. Como estratégia inicial, Rezende (2017) testou as dimensões acima citadas com o principal periódico metodológico da disciplina, qual seja, *Political Analysis* (PAN). Neste artigo, foram analisados 313 publicações do PAN no período circunscrito entre 2005 e 2015 para explorar o comportamento dos seguintes componentes relacionados às sete dimensões acima citadas: Métodos e Modelos; Inferência; Técnicas de Análise; Desenhos de Pesquisa; Lógicas de Causalção. A competição entre modelos comportamentais e

institucionais foi verificada a partir do quociente entre a quantidade de termos relativos a comportamento sobre instituições³⁰. O autor mostra uma tendência crescente a favor das análises comportamentais, porém com flutuações significativas. Isso mostra a competição entre as duas lógicas em um periódico metodológico. Esse achado é de suma importância para o argumento do pluralismo inferencial, pois a competição entre essas duas correntes teóricas é essencial para diversificação do portfólio de desenhos de pesquisa disponíveis.

Nesse mesmo sentido, o autor mostra um aumento da frequência de termos associados a inferência ao longo dos anos evidenciando a crescente preocupação com a qualidade das técnicas e desenhos de pesquisa na disciplina. De forma ainda mais direta, foi calculado um índice de Gini em relação a algumas técnicas de análise e o padrão de evolução foi negativo sugerindo maior diversificação e, conseqüentemente, se distanciando de um monopólio de técnicas. Depois disso, foi averiguada a evolução do índice de Gini para as lógicas de causalção. Os dados exibiram um comportamento quadrático negativo (formato de U invertido) atingindo seu ápice em 2010 e diminuindo até o final da série analisada (2015). Em outras palavras, houve um aumento na concentração das lógicas de causalção até 2010 seguido por um aumento na diversificação nos períodos posteriores. O comportamento de diversidade das lógicas de causalção observado a partir de 2010 é crucial para a condição de pluralismo inferencial. Outra evidência que merece destaque nessa análise é a evolução dos desenhos experimentais nas publicações do PAN. Essas primeiras evidências mostram que o pluralismo inferencial é observável e passível de mensuração no principal periódico metodológico da disciplina.

O passo seguinte natural para corroborar a pluralismo inferencial na Ciência Política foi diversificar os periódicos analisados. O PAN é um *journal* essencialmente metodológico e, por tal razão, a análise poderia não representar a disciplina como um todo. Dito isso, Rezende (2019) analisou cinco³¹ dentre os principais periódicos da disciplina, são eles: *American Political Science Review* (APSR), *American Journal of Political* (AJPS), *British Journal of Political Science* (BJPS); *Comparative Politics* (CPOL); e o *Comparative Political Studies* (CPS). A ideia empírica foi, além de capturar periódicos de alto fator de impacto, variar o escopo analítico. Isto é, são três *journals* generalistas de ciência política, sendo dois norte-americanos e um europeu, e dois periódicos de política comparada.

³⁰ Essa métrica foi lapidada ao longo das publicações sobre o pluralismo inferencial e culminou no Índice Behavior Institution (IBI) empregada pela primeira vez no livro *O pluralismo inferencial na ciência política* (REZENDE, 2023) e utilizada nessa tese para explorar a conexão entre periódicos comparativos e análise institucional.

³¹ Para ser mais preciso, Rezende (2019) analisa seis periódicos ao contrastar, em diversos momentos, os resultados dos cinco periódicos com o PAN.

Dentre os achados empíricos desta obra, destaco os que mais impactam o argumento desta tese. Primeiramente, Rezende (2019) apresenta uma comparação do coeficiente angular da evolução (*beta*) da força de incidência dos termos “inferência”, “experimento” e “hipótese”. A análise do termo “experimento” é interessante, pois os periódicos comparativos – que possuem uma influência da teoria institucional mais forte – apresentaram os menores valores do coeficiente quando comparado aos de Ciência Política geral. Esse achado corrobora o argumento de que a análise institucional encontra dificuldade em aderir aos desenhos experimentais. No entanto o valor do coeficiente não é negativo e nem igual a zero (CPS = 1,19; CPOL = 0,30), sugerindo que, ainda que improvável, iniciativas experimentais existem e, ainda que timidamente, crescem ao longo dos anos.

Outro dado importante analisado no artigo foi a correlação da incidência dos termos *validity*, *endogeneity*, *inference*, *mechanisms*, *institutional*, *experiment* e *bayesian*. A relação mais relevante para o contexto desta tese é entre *institutional* e *experiment*. Como esperado, a correlação foi negativa indicando que periódicos que interagem mais com teorias institucionais utilizam menos os desenhos experimentais. Além de *experiment*, o termo *institutional* apresentou correlação negativa com *bayesian* e *inference* indicando a dificuldade das explicações institucionais em aderir à revolução de credibilidade. Em contrapartida, Rezende (2019) mostra a incidência de atores associados a Nova Metodologia Qualitativa (Collier, Mahoney, Gerring, Goertz e Ragin) nos cinco periódicos. CPOL e CPS, os *journals* comparativos, lideraram as citações desses autores. Mais uma vez, a hipótese de que instituições estão ligadas à causa-dos-efeitos trazendo a complexidade do contexto através de estudos de caso, análise de mecanismos e métodos configuracionais é confirmada.

Outra abordagem para verificar a Teoria do Pluralismo Inferencial foi feita por Rezende e Rios (2021) ao analisar a literatura do comparecimento eleitoral (*turnout*) que é um tema muito estudado na Ciência Política. Os autores identificaram que existem duas perguntas centrais sobre o problema do comportamento que se associam com abordagens teóricas distintas. A primeira é *por que o eleitor vota?* Essa parte da literatura tenta compreender as motivações do indivíduo para desvendar o famoso paradoxo do voto³² (DOWNS, 1957) e compreender as estratégias eleitorais de mobilização (*get-out-the-vote*) de eleitores (GREEN & GERBER, 2004). Naturalmente, o foco no indivíduo chama por teorias comportamentais e está

³² Na teoria da escolha racional, partindo do pressuposto que o eleitor, antes de agir, considera os custos e os benefícios atrelados a ação, o ato de votar seria irracional. Isso porque dificilmente o voto de um eleitor é considerado pivotal (PALFREY, 2009), então o resultado da eleição seria o mesmo se ele comparecer ou não às urnas. Dito isso, é mais vantajoso para o eleitor se abster das eleições.

intimamente conectado a testes experimentais (REZENDE & RIOS, 2021). A outra pergunta é *por que as taxas de comparecimento eleitoral variam de país para país?* Por seu turno, essa pergunta tem um caráter comparativo e busca entender como diferentes arranjos institucionais produzem mais ou menos comparecimento. Corroborando com a ideia central do pluralismo inferencial de que a divisão do trabalho entre teorias institucionais e comportamentais ampliam o leque de desenhos disponíveis, essa parte da literatura possui pouca influência de técnicas experimentais. Para responder essa pergunta, os autores utilizam, majoritariamente, técnicas observacionais do tipo *large-n* ou estudos de caso.

A Teoria do Pluralismo Inferencial também foi contrastado com o campo das Relações Internacionais (REZENDE, 2023; REZENDE & RIOS, 2025) para mostrar como ela se configura em um campo com características menos propícias à revolução de credibilidade. Dito isso, talvez o teste mais abrangente do pluralismo inferencial seja Rezende (2023) que testou vários aspectos da teoria em um *corpus* de 25 periódicos de alto fator de impacto. Uma das contribuições mais marcantes da obra foi a noção de “mesas inferenciais separadas”. Os periódicos analisados foram divididos em duas mesas clivadas pela incidência de causação e inferência.

Ainda que nenhuma métrica teórica tenha sido utilizada para dividir as mesas, periódicos mais comportamentais (e.g. *Political Psychology*) se localizaram na mesa 1 (alta inferência e alta causação) e periódicos comparativos (e.g. *Journal of Democracy*) se localizaram na mesa 2 (baixa inferência e baixa causação). A única exceção foi o *Comparative Political Studies* que apesar de ser declaradamente comparativo, é um periódico *infectado* (REZENDE, 2023) pela revolução de credibilidade. Esse dado mostra que, de fato, existe uma forte conexão entre escolhas metodológicas e escolhas teóricas na produção do conhecimento. Ou seja, a política comparada está conectada com uma tradição *menos infectada* pela inferência causal e teoricamente falando estão mais conectadas com explicações institucionais. A intenção não é dizer que periódicos comparativos não aderem revolução de credibilidade, mas que esse fenômeno ocorre de maneira mais lenta, dando oportunidade a outras lógicas de causação.

Outra contribuição relevante foi a criação do Índice Behavior Institution (IBI) utilizada nesta tese para evidenciar a característica institucional dos periódicos comparativos. A ideia por trás do índice está na concepção de que a influência teórica que um artigo sofre é algo dificilmente observável no resumo ou, até mesmo, no texto dos artigos. Isso porque a demanda por validade acaba por direcionar a atenção dos autores na metodologia e evitar debates teóricos longos. Isso não quer dizer que os artigos são isentos de teoria, mas que elas ocorrem no nível da citação, ou seja, estão presentes nas referências citadas. Utilizando essa métrica e a separação

das mesas inferenciais, o autor explora exaustivamente várias dimensões metodológicas para mostrar como o pluralismo inferencial ocorre na Ciência Política e como elas são diferentes entre as mesas. Mais relevante para essa tese destaco que a *contaminação experimental*³³ ocorreu de forma muito mais lenta em periódicos comparativos quando comparado aos de Ciência Política mais geral e os comportamentais. Ademais, o autor mostra constantemente que a mesa 1 está mais conectada à lógica experimental, e a mesa 2, à Nova Metodologia Qualitativa.

4.2 A zona cinzenta

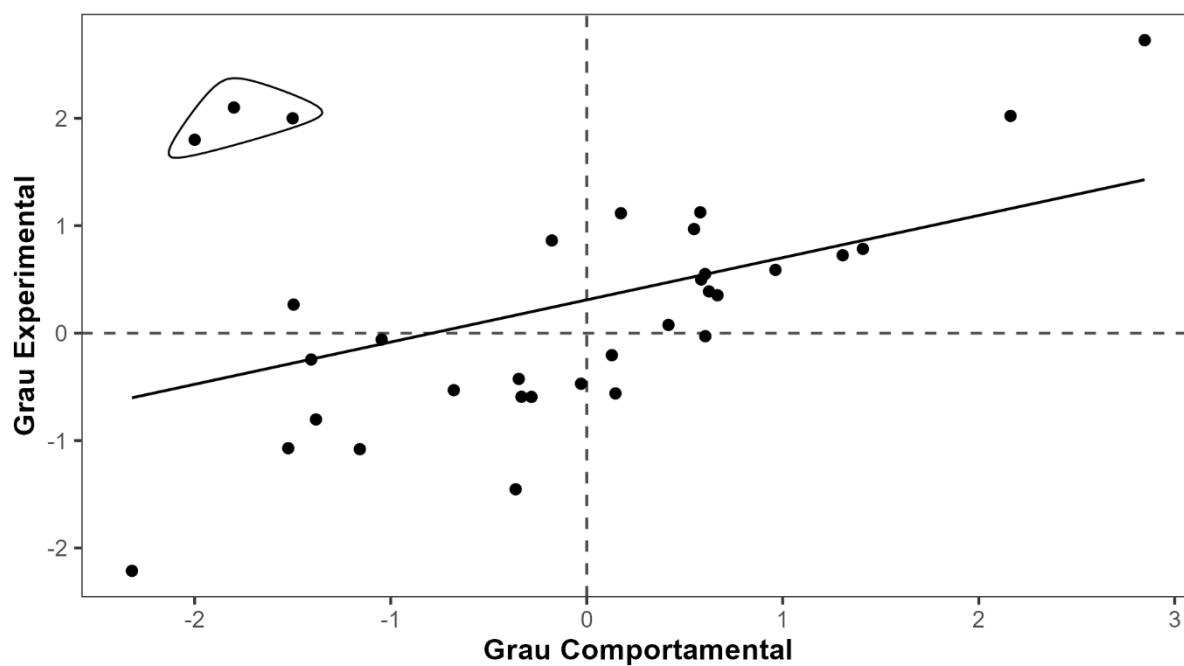
A Teoria do Pluralismo Inferencial pretende explicar a diversidade de lógicas de causação presente na Ciência Política como um todo. Para tanto, o pressuposto da competição entre explicações institucionais e comportamentais é crucial, pois elas estão ligadas a estratégias de identificação distintas. Esta tese busca compreender uma pequena parcela da Ciência Política que vai na contramão do esperado. Seria um *least-likely case* (GEORGE & BENNETT, 2005), um caso que desvia do caminho esperado, uma zona cinzenta. O Gráfico 3 abaixo mostra uma situação hipotética em que temos um grau comportamental no eixo x que varia de institucional a comportamental e o eixo y seria uma métrica experimental. Pensar na seleção de casos a partir de variáveis quantitativas, mesmo que hipotéticas, é útil para entender o papel que eles desempenham na teoria a ser testada ou desenvolvida (GOERTZ, 2017).

Imaginemos que o Gráfico 3 represente uma amostra aleatória de publicações na Ciência Política e ele pretende mostrar a conexão que dá sentido a condição de pluralismo inferencial: conexão entre explicação comportamental e utilização de desenhos experimentais. As observações que corroboram a teoria se posicionam próximas à linha de regressão. Deste modo, analisar casos situados no primeiro e no terceiro quadrantes são úteis para compreender os mecanismos que dão sentido a teoria. No entanto, os quadrantes dois e quatro seriam as zonas cinzentas. Casos presentes nessas zonas conferem a possibilidade de falsificação teórica (POPPER, 1959). O segundo quadrante representa casos em que as condições para gerar um determinado efeito estão presentes, no entanto ele não ocorre; e o quadrante quatro (onde estão situados os casos que se pretende analisar nesta tese) compreende aqueles em que o efeito

³³ A contaminação experimental é a variação na posição de um periódico no que se refere à incidência e à expansão de termos relativos aos desenhos experimentais ao longo do tempo (REZENDE, 2023, p.214).

ocorre, porém, as condições previstas pela teoria não estão presentes, sugerindo que outros mecanismos possam existir para explicar um determinado fenômeno.

Gráfico 3- Seleção Hipotética de Casos



Fonte: o Autor, baseado em Goertz (2017) e a partir de dados simulados.

A zona cinzenta estudada é representada pelo círculo no quadrante superior esquerdo do Gráfico 3. Esses pontos que desviam do padrão esperado, hipoteticamente falando, possuem baixo grau comportamental, i.e., são institucionais, e alto grau experimental, i.e., utilizam desenhos experimentais para testar suas hipóteses. Essa subseção se dedica a trazer os argumentos que evidenciam a incompatibilidade de explicações institucionais em aderirem a revolução de credibilidade.

Antes de explorar de forma mais detalhada, a proposição da incompatibilidade está centrada em uma condição metodológica inerente às instituições: endogeneidade. Esse problema leva a dois tipos de vieses clássicos, são eles: causalção reversa e variável omitida. A primeira refere-se ao fato de o pesquisador não conseguir identificar se a variável independente causa a dependente ou o contrário. A segunda ocorre quando existem variáveis não conhecidas pelo pesquisador, logo não controlada no modelo, que tem efeito na variável independente e dependente ao mesmo tempo. Na presença desses vieses, se o pesquisador não adotar uma estratégia capaz de “limpar” a identificação, o resultado não pode ser confiável. No Teorema da Ilusão Observacional discutida acima, os autores concluem que inexiste solução através da

via observacional e que, apenas através do pressuposto de atribuição aleatória presente nos experimentos randomizados que esses vieses podem ser devidamente controlados. Entretanto, o problema da endogeneidade está presente e precisa ser considerado em qualquer pesquisa social. *Por que esse problema é mais preocupante em explicações institucionais?*

A resposta é simples: contexto (HALL, 2003; FRANZESE, 2009; PRZEWORSKI, 2009). A relação que uma instituição constrói desde o seu surgimento com o local em que está inserida, a modifica de tal maneira que separar o que é efeito dela do que é efeito do contexto não é nada trivial. Isso quer dizer que a história das instituições importa e como Przeworski (2009) pontua “o motor da história é a endogeneidade”³⁴. Isso quer dizer que uma mesma instituição, como o presidencialismo por exemplo, é substancialmente diferente a depender do país onde está inserida. Por essa razão, é natural supor que estudos de caso, análises de mecanismos causais e estudos de configurações que condicionam determinado resultado (Nova Metodologia Qualitativa) sejam mais adequados ao considerar o papel do contexto. Em outras palavras, casos únicos, poucos casos ou N intermediário traz um controle maior sob variáveis tipicamente escanteadas em modelos de *large-n*.

Dito isso, não podemos negar o fato de que a era das regressões não acabou quando o assunto é comparação entre países (REZENDE & RIOS, 2025) e as técnicas de regressão do tipo *time-series*, *time-series-cross-section* (TSCS) e modelos interativos são largamente utilizados e aprimorados no campo da metodologia política (BECK & KATZ, 1995; BRAMBOR *et al.*, 2006; DE BOEF & KEELE, 2008). Normalmente, essas técnicas trazem consigo elevada complexidade estatística e controles exaustivos. Ainda assim, é o caminho que a maioria dos comparativistas adotam. Nesse ínterim, métodos mistos desempenham um papel importante nessas análises (BERG-SCHLOSSER, 2012; SEAWRIGHT, 2016; GOERTZ, 2017). Uma suplementa a falta da outra. Após testar uma hipótese através de técnicas de regressão utilizando muitos casos, uma análise de mecanismos através de estudos de caso pode complementar a construção e o teste da teoria proposta (GERRING, 2006, 2010; GOERTZ, 2017). No entanto, essa parcela das publicações não são o foco de análise nesta tese, ainda que mereça seu devido destaque.

O ponto crítico é que o contexto, ao gerar endogeneidade nas relações causais, compromete as estratégias de identificação experimentais e observacionais do tipo *large-n*. Esses métodos possuem pressupostos lastreados no modelo de causas potenciais explorada acima, porém a pesquisa institucional, por natureza, viola parte considerável deles

³⁴ No original: *the motor of history is endogeneity* (PRZEWORSKI, 2009, p.168).

(PRZEWORSKI, 2009). Os vieses que essa violação gera são: *baseline bias*, *self-selection bias*, *post-treatment bias* e o *non-independence bias*. De forma geral, os vieses no processo de identificação ocorrem quando o pesquisador não pode garantir que o erro do modelo seja igual ou próximo de zero. Isso acontece quando ele é incapaz de controlar por variáveis não observáveis que influenciam o resultado do modelo.

O *baseline bias* postula que a diferença entre o efeito médio do tratamento (*average treatment effect*) e o efeito do tratamento nos tratados precisa tender a 0. Em outras palavras, não importa para quem o pesquisador aplique o tratamento, o resultado deve ser o mesmo. Esse viés é contornado através da atribuição aleatória do tratamento que retira qualquer tipo de intencionalidade por trás da escolha dos grupos de tratamento e controle. No estudo das instituições, a história é responsável por definir quem é tratado ou não. O pesquisador não pode atribuir instituições a países de forma aleatória, e, desmistificar o processo pelo qual um determinado contexto produziu um determinado arranjo institucional não é trivial. Dito isso, a chance de incorrer no *baseline bias* ao comparar contextos tratados e não tratados é alarmante.

O *self-selection bias* também está sempre presente, afinal, quem escolhe o arranjo institucional que rege um país são os próprios governantes. Para exemplificar, Przeworski (2009) sugere que a relação entre desenvolvimento econômico e qualidade das instituições democráticas pode possuir esse viés se os tomadores de decisão que optaram por instituições democráticas soubessem, de antemão, o segredo para o desenvolvimento econômico. Dessa maneira, esses países tenderiam a se auto-selecionar para o tratamento (democracia), mas não através dele, iriam alcançar o desenvolvimento econômico. Assim, o efeito encontrado estaria viesado. Ainda que o exemplo seja fictício, a ideia é mostrar que o pesquisador não tem controle dos processos pelos quais os tomadores de decisão de uma localidade escolhem seus próprios arranjos institucionais.

O *post-treatment bias* acontece quando o tratamento está interligado a outras covariáveis e quando ele muda de estado, as covariáveis também mudam. Esse viés acontece quando se tenta colocar um atributo como tratamento, porém atributos não são manipuláveis e, conseqüentemente, não podem ser causa (HOLLAND, 1986)³⁵. A conexão entre instituições e contexto interfere exatamente nessa relação. É difícil defender um pressuposto de que se um

³⁵ Ao conduzir essa explicação, Holland (1986) mostra que categorias como raça e gênero, que são atributos dos indivíduos, não podem ser causa. Isso acontece porque ao variar a raça de alguém, ela não será mais a mesma pessoa. Em outras palavras, não estaríamos apenas variando o tratamento, mas diversas outras características que modificariam a unidade por completo.

país democrático fosse autocrático, a única coisa que mudaria nele fosse o regime político, mas diversas outras características políticas, sociais e econômicas mudariam junto com o regime.

Por último o *non-independence bias* remete ao processo de aprendizado dos não-tratados ao observar os tratados. Esse viés ocorre quando o pressuposto de *stable unit treatment value assumption* (SUTVA) é violado. Trazendo essa lógica para o contexto da política comparada, os países não tomam decisões fora de um contexto internacional em que outros casos também fazem suas escolhas. A escolha de uma política ou de uma instituição pode influenciar outros países a adotarem (*spill-over effect*), mas a experiência do país que adotou primeiro vai influenciar as escolhas do segundo, e assim por diante. Todos esses vieses decorrem da incompatibilidade ontológica da política comparada e, por conseguinte, das teorias institucionais, com os pressupostos do modelo de causas potenciais. De forma similar, Hall (2003) mostra como as teorias contemporâneas do institucionalismo são incompatíveis com os pressupostos das pesquisas observacionais que utilizam técnicas de regressão em estudos *large-n*.

Hall (2003), em um artigo seminal publicado como capítulo do livro *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences* mostra como teoria e metodologia necessitam estar interligadas, tal como sugere o modelo das engrenagens analíticas (REZENDE, 2015b). A preocupação central do autor é que as evoluções teóricas da política comparada não foram acompanhadas por evoluções metodológicas que “suportassem” o nível de complexidade ontológica³⁶ das instituições, com exceção de Charles Ragin que desenvolve o método *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) (RAGIN, 1987, 2000). Em outras palavras, qualquer técnica ou desenho de pesquisa carrega uma série de pressupostos para sustentar os efeitos mensurados, no entanto, eles – os pressupostos – precisam estar alinhados com os pressupostos teóricos (ontológicos) que norteiam a pesquisa.

A natureza do neoinstitucionalismo, tal como mostrado no Capítulo 1 desta tese, é bastante diversa levando os teóricos a se dividirem em uma complexa rede conceitual que ora divergem, ora convergem entre si. Há tradições que simplificam o papel da instituição (e.g. institucionalismo empírico) para incorporar com mais facilidade os pressupostos exigidos pelas técnicas estatísticas. Há tradições que complexificam a relação entre instituição e contexto (e.g. institucionalismo histórico) trazendo a história para o centro do debate e evidenciando sua identidade singular. Hall (2003) posiciona a política comparada contemporânea como algo mais

³⁶ De maneira muito sucinta Hall (2003) define ontologia como “*At a fundamental level, it is how we imagine the social world to be*”. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema conferir Hay (2009).

próximo da visão complexa e argumenta que existe uma incompatibilidade entre as técnicas de regressão, que possui uma lógica correlacional de causação, com a ontologia das instituições sustentada pelos teóricos da área.

Para uma análise de regressão convencional³⁷, há pelo menos nove pressupostos que a base empírica utilizada deve seguir (FIGUEIREDO *et al.*, 2011). São eles: linearidade dos parâmetros, i.e., a relação entre as variáveis independentes e dependentes precisa ser representada por uma função linear; ausência ou minimização do erro na mensuração das variáveis; o valor médio do termo de erro estimado precisa ser igual a zero; homocedasticidade, i.e., a diferença do resultado estimado e as observações reais precisam ser uniformemente distribuídas ao longo de todos os valores da variável dependente; ausência de autocorrelação entre os casos, i.e., pressuposto similar a ideia de SUTVA; ausência de correlação entre as variáveis independentes e o termo de erro, i.e., quando essa correlação é significativa, existe endogeneidade e o problema de variáveis omitidas ou de causação reversa pode gerar viés na estimação; especificação adequada do modelo, i.e., o pesquisador deve incluir no modelo todas as variáveis que a teoria indica como relevantes e não incluir variáveis irrelevantes (Pearl 2018); ausência de multicolinearidade, i.e., ausência de correlação entre as variáveis independentes; por último, a distribuição normal do termo de erro.

São muitos pressupostos e Hall (2003) elenca cinco situações em que explicações institucionais podem facilmente violar esses pressupostos. 1) Há casos em que um aumento na variável independente causa um aumento na variável dependente, mas em outros casos, a mesma relação não se sustenta, pois a variável dependente é causada por um conjunto de variáveis completamente diferentes. 2) Há casos em que um aumento na variável independente causa um aumento na variável dependente apenas no tempo t_1 , mas não no tempo t_2 . 3) Há casos em que a variável independente causa um aumento na variável dependente e em outros, a mesma variável independente causa fenômenos completamente diferentes. 4) Há casos em que o fenômeno analisado depende de um conjunto de variáveis que são conjuntamente relacionadas entre si (relações de INUS e SUIN). Há casos em que um aumento na variável independente causa um aumento na variável dependente e um aumento na variável dependente causa um aumento na variável independente (causação reversa).

A complexidade ontológica das instituições gerada pelo contexto, especificidade e história dos casos em que estão inseridas, dificultam a simplificação da realidade para aderir

³⁷ Tanto experimentos quanto quase-experimentos utilizam técnicas de regressão para acessar efeitos causais, porém os pressupostos dependem da estratégia adotada pelo pesquisador e cada tipo de experimento e tipo de quase-experimento possuem pressupostos distintos.

aos pressupostos de análises estatísticas convencionais (HALL, 2003) e do modelo de causas potenciais (PRZEWORKSKI, 2009). Por essa razão, métodos advindos da Nova Metodologia de Qualitativas, tais como, estudos de caso (GERRING, 2006), QCA (RAGIN, 1987, 2000), *process-tracing* (BENNETT & CHECKEL, 2015) e análise histórica comparada (MAHONEY & RUESCHEMEYER, 2003), por focarem a estratégia de identificação na complexidade do contexto e nos mecanismos causais, eles seriam ideais para capturar os efeitos das instituições nos fenômenos políticos e sociais.

Do ponto de vista teórico, Ingham e Wiens (2025) elencam três tipos de falácias que comparativistas incorrem ao analisar as instituições: *obscure comparison*; *mismatched comparison*; e *irrelevant comparison*. Todos esses erros ocorrem em função do contexto. O primeiro acontece quando o pesquisador não especifica aspectos chave para adequação do modelo. Deste modo, a inferência de que um arranjo é superior a outro será colocada com base em uma comparação obscura (que não considera todos os elementos relevantes). *Mismatched comparison* acontece quando o pesquisador assume que as instituições vão se comportar (ou gerar efeitos) da mesma maneira em diferentes contextos. Esse erro é análogo à não conseguir validade interna na inferência mensurada, pois a conclusão ao comparar instituições em contextos completamente diferentes possui elevada chance de ser viesada (*comparing apples to oranges*). Por último, *irrelevant comparison* ocorre quando os pesquisadores assumem características contextuais inadequadas ao propósito teórico que norteia a pesquisa.

Em resumo, instituições e contextos importam (PRZEWORKSKI, 2004). Como Przeworski (2025) aponta, o neoinstitucionalismo parte do pressuposto de que as instituições importam como causas de fenômenos políticos e sociais, mas são endógenas. Diante disso, a estrutura causal de um mesmo arranjo institucional pode variar a depender do tempo e do caso (ACEMOGLU *et al.*, 2006; PRZEWORKSKI, 2025). Ou seja, diante da endogeneidade, os processos causais não são facilmente identificáveis. Angrist e Pischke (2009) consideram que uma relação entre variáveis só pode ser identificável, se pudermos desenhar um experimento com elas, mesmo que o experimento seja financeiramente ou eticamente impossível. Ao desafiar os pressupostos do modelo de causas potenciais e das análises de regressões *large-n*, o processo de identificação é dificultado, exigindo maneiras mais flexíveis de acessar causalidade. Franzese (2009) resume o problema do contexto na política comparada de forma exemplar: quase tudo importa (multicausalidade), o efeito de X depende de quase tudo (condicionalidade do contexto) e tudo causa quase todo o resto (endogeneidade).

Dito isso, por que explicações institucionais utilizariam desenhos experimentais? Será que essa zona cinzenta existe? Se sim, como? Ressalto que o objetivo desta tese não é incentivar

o uso de experimentos para quaisquer perguntas de pesquisa contidas no universo das explicações institucionais, mas sim mostrar que eles podem ser uma alternativa válida, mesmo com todas as ressalvas acima supracitadas. O objetivo é desmistificar a utilização dessa estratégia de identificação que é considerada como a melhor forma de acessar causalção. Além disso, mostrar que essa possibilidade existe, não falsifica a teoria do pluralismo inferencial que parte do pressuposto da competição entre explicações institucionais e comportamentais para gerar diversidade de lógicas de causalção. Isso porque a zona cinzenta que é alvo dessa tese incorpora uma parcela relativamente pequena das publicações institucionais. As principais questões que concernem à teoria institucional devem considerar o contexto através de análise de mecanismos, detalhamento histórico e comparação de poucos casos.

Como dito, a pesquisa experimental possui um alcance limitado nos modelos institucionais, mas isso não quer dizer que seja impossível. Grose (2014) apoia o uso desse desenho de pesquisa, mais especificamente os experimentos de campo, e explica o porquê de as explicações institucionais aderirem tão lentamente à revolução experimental. Dentre as razões, destacam-se: (1) impossibilidade de manipular (alterar) regras ou instituições inteiras; (2) amostras dentro das instituições geralmente são pequenas; (3) “esgotamento” das elites políticas; (4) elites políticas não são acessíveis; (5) institucionalistas associam os experimentos com comportamento e psicologia.

A dificuldade mais direta em implementar experimentos de campo seria a impossibilidade de manipular instituições. Dessa maneira, algumas perguntas fundamentais da política comparada simplesmente não podem ser respondidas através da pesquisa experimental. Não podemos, por exemplo, atribuir aleatoriamente sistemas políticos em democracias para estudar as variações subsequentes em algum *outcome* de interesse.

Grose (2014) sugere que as elites políticas constituem a alternativa mais viável para conduzir experimentos de campo em análises institucionais. Um exemplo desse tipo de experimento é Batista (2023) que realiza um *conjoint experiment* com burocratas de alto escalão no Brasil para entender sobre o tipo de recrutamento de novos burocratas (de escalão menor) variando várias características de perfil (profissional e social). O segundo problema mencionado por Grose refere-se ao tamanho das amostras dentro de determinadas instituições. Como ilustração, para estudar as dinâmicas da suprema corte dos Estados Unidos, um pesquisador teria que mobilizar apenas nove juízes. Com uma população desse tamanho, seria impossível conduzir um experimento. Nesse sentido, o legislativo consiste em um campo fértil para esse tipo de estudo, uma vez que a quantidade de parlamentares é suficientemente grande (BUTLER *et al.*, 2012). O terceiro e quarto problema estão relacionados e referem-se ao alcance

das elites políticas para participarem dos experimentos. Além de dificilmente serem acessíveis, uma grande quantidade de pesquisadores realizando experimentos com essa população pode sobrecarregá-los. Por último, existe uma crença de que desenhos experimentais seriam exclusivos a pesquisas comportamentais. Essa concepção é fortemente criticada por Grose (2014).

Apesar desses problemas práticos, que são diferentes dos problemas ontológicos e metodológicos acima citado, Grose (2014) diz que a revolução experimental já chegou nas pesquisas institucionais, sobretudo nas pesquisas sobre viés de gênero e raça nas instituições e nos estudos legislativos. O autor sugere que os experimentos devem ser utilizados em áreas em que testes observacionais são abundantes e inconclusivos e várias perguntas advindas das teorias institucionais se encaixam nesse padrão. Pesquisas futuras podem explorar burocratas e políticos eleitos em várias esferas para estudar as dinâmicas das instituições.

Dito isso, a primeira hipótese que pretendo testar é que *a aplicação de desenhos experimentais é possível em modelos institucionais* (H1). Ainda que Grose (2014) indique essa possibilidade e, de fato, mostra em que áreas da pesquisa institucional essa inserção vem acontecendo, pretendo evidenciar o tamanho do espaço que os desenhos experimentais ocupam com foco exclusivo na política comparada.

A segunda hipótese busca captar como a produção experimental é realizada nesta área. Por causa dos problemas acima citados, a implementação desse desenho não deve ser uma tarefa trivial, afinal, teorias e métodos precisam caminhar juntas. Entender como os pesquisadores adaptam suas perguntas e seus aportes teóricos para realizarem análises experimentais é de fundamental importância. Então, a segunda hipótese é que *desenhos experimentais respondem perguntas que estão na interseção entre teorias comportamentais e institucionais* (H2).

Outro ponto relevante ao estudar a zona cinzenta diz respeito a qual tipo de experimento seria mais apropriado (ou mais utilizado) pelos institucionalistas. Viña e Young (2024) escrevem um capítulo no *Handbook of Comparative Political Institutions*³⁸ (VATTER & FREIBURGHAUS, 2024) abordando o estudo experimental “sobre” as instituições e “nas” instituições³⁹. Os autores identificam duas maneiras de acessar causalidade no contexto institucional, apesar de ressaltar as dificuldades da utilização dos desenhos experimentais⁴⁰.

³⁸ A existência de um *handbook* com esse título reforça o pressuposto adotado por esta tese de que política comparada e análise institucional estão intimamente ligadas. Essa relação justifica que o *corpus* analisado seja composto por periódicos de política comparada

³⁹ No original seria *experiments on and in institutions*, respectivamente.

⁴⁰ Assim como em Grose (2014), as dificuldades apresentadas não são de cunho teórico-ontológico, mas sim, éticas evidenciando a dificuldade de acesso às elites políticas e impossibilidade de randomizar estruturas.

A primeira, “sobre”, não manipula as instituições em si, mas testa o comportamento das elites políticas dentro de uma determinada configuração. Esses experimentos, apesar do teor causal, no que diz respeito às instituições em si, têm caráter descritivo, mas podem ser impulsionados por meta-análises para conferir maior validade externa aos achados, mensurar sensibilidade de resultados e comparar contextos. Experimentos conduzidos no contexto de auditoria (*audit experiments*) e experimentos de *survey* são os mais associados aos estudos “sobre instituições”. O objetivo é analisar a resposta das instituições (utilizando os seus burocratas como unidade) a diferentes estímulos. Um exemplo clássico é o estudo de viés de gênero e raça, em que os pesquisadores randomizam essas características e enviam cartas aos burocratas ou legisladores para acessar diferenças nas respostas (e.g. OLSEN *et al.*, 2022; BATISTA, 2023). A segunda, “nas instituições”, se aproxima mais do que vem à mente quando pensamos na interseção experimental e institucional: manipular estruturas e regras. Nesse sentido, *os experimentos de laboratório devem ser mais utilizados em relação aos demais* (H3). Em um laboratório controlado, o pesquisador consegue criar regras que emulem instituições para analisar seu efeito.

Os clássicos trabalhos de Charles R. Plott sustentam a hipótese de que os experimentos de laboratórios seriam adequados para manipular instituições (PLOTT, 1986, 1991). Experimentos de laboratório são tipicamente associados às ciências da natureza, porém Plott quebra com essa noção defendendo o uso intensivo desse desenho de pesquisa para estudar as complexas dinâmicas do mercado. Em seu famoso artigo “*will economics become na experimental Science?*” Plott (1991) responde positivamente à pergunta dizendo que, apesar de não podermos descartar o papel das instituições nos fenômenos estudados, os resultados obtidos pelas pesquisas experimentais são valiosos. Ainda que as teorias exibam uma realidade complexa, elas devem se sustentar em uma realidade simples criada por laboratório e, assim, os pesquisadores podem testar as hipóteses lançadas pelos teóricos. Dessa maneira, os experimentos de laboratório podem sugerir se as teorias estão indo no caminho certo ou não (PLOTT, 1991). Ainda que o autor estivesse escrevendo sobre a Economia, a mesma lógica pode ser transplantada para a Ciência Política e a teoria institucional discutida anteriormente.

Dado o teor descritivo da tese, pretendo verificar como outros tipos de experimentos são utilizados nos estudos das instituições. Os experimentos de campo vêm ocupando um lugar de destaque na zona cinzenta (GROSE, 2014; GROSSMAN & PALER, 2015). Viña e Young (2024) apontam para possibilidades usando experimentos de *survey*, de vinheta e de análise conjunta (*conjoint experiments*). A Ciência Política avançou muito no que diz respeito a metodologia experimental (DRUCKMAN & GREEN, 2021) e cada vez mais, observamos, nas

publicações de alto fator de impacto, a criatividade dos pesquisadores em traçarem estratégias de identificação válidas para testarem suas hipóteses.

Nesta seção, vimos que vários trabalhos já discutem a possibilidade de testar hipóteses advindas das teorias institucionais a partir de desenhos experimentais. Esses estudos, quando se referem às razões pelas quais o institucionalismo adere à revolução experimental de forma muito lenta, destacam razões práticas, como dificuldade de acesso às elites políticas, questões éticas e impossibilidade atribuição aleatória de grandes estruturas. Essa tese contribui para essa literatura de três formas. Primeiramente, evidenciando a incompatibilidade ontológica das instituições e o papel do contexto e da endogeneidade na não-aderência ao modelo de *potential outcomes*. Do ponto de vista teórico, pretende-se inserir a zona cinzenta no contexto da teoria do pluralismo inferencial. Ao se tratar de um *least-likely case*, o estudo da zona cinzenta pode contribuir para a teoria evidenciando novos caminhos em que a condição de diversidade de lógicas de causação pode tomar para além da competição entre teorias comportamentais e institucionais. Por último, essa literatura instiga o uso de experimentos na política comparada exemplificando alguns casos de sucesso. Ao utilizar uma combinação entre análise bibliométrica e de conteúdo, pretendo iluminar essa área cinzenta de forma estruturada mostrando o desenho de pesquisa experimental em ação (REZENDE, 2023) na análise institucional.

5 Metodologia

Para analisar a relação entre desenhos experimentais e teorias institucionais utilizarei um *corpus* composto pelos principais periódicos de política comparada da Ciência Política. A relação entre política compara e teoria institucional é um pressuposto necessário para validar a amostra analisada por esta tese. Do ponto de vista teórico, os artigos discutidos no capítulo 1 e 3 evidenciam essa relação, sobretudo o artigo “*Is the science of comparative politics possible*” (PRZEWORSKI, 2009) que explora a incompatibilidade da teoria institucional, através da política comparada com os pressupostos do modelo de resultados potenciais (*potential outcomes*).

Para além da interseção teórica, explorada acima, o capítulo 7 traz evidências empíricas da relação entre teoria institucional e a amostra de periódicos comparativos. Dito isso, a escolha dos sete periódicos foi feita através do *Scimago Journal & Country Rank*⁴¹ que mensura e ranqueia os periódicos científicos com a possibilidade de filtro por área do conhecimento. Mais especificamente, as áreas que englobam a Ciência Política são: *Political Science & International Relations* e *Sociology & Political Science*. Com essa lista, foram identificados os periódicos declaradamente comparativos através do título e da seção de *aims and scope* na página oficial deles, e com um fator de impacto mínimo de 2. Esse valor foi escolhido, pois apenas três periódicos comparativos possuem fator de impacto maior que três. Em função de maior variabilidade, foi escolhido o fator de impacto maior que 2 que englobou sete periódicos. A lista de periódicos pode ser conferida na Tabela 1 abaixo.

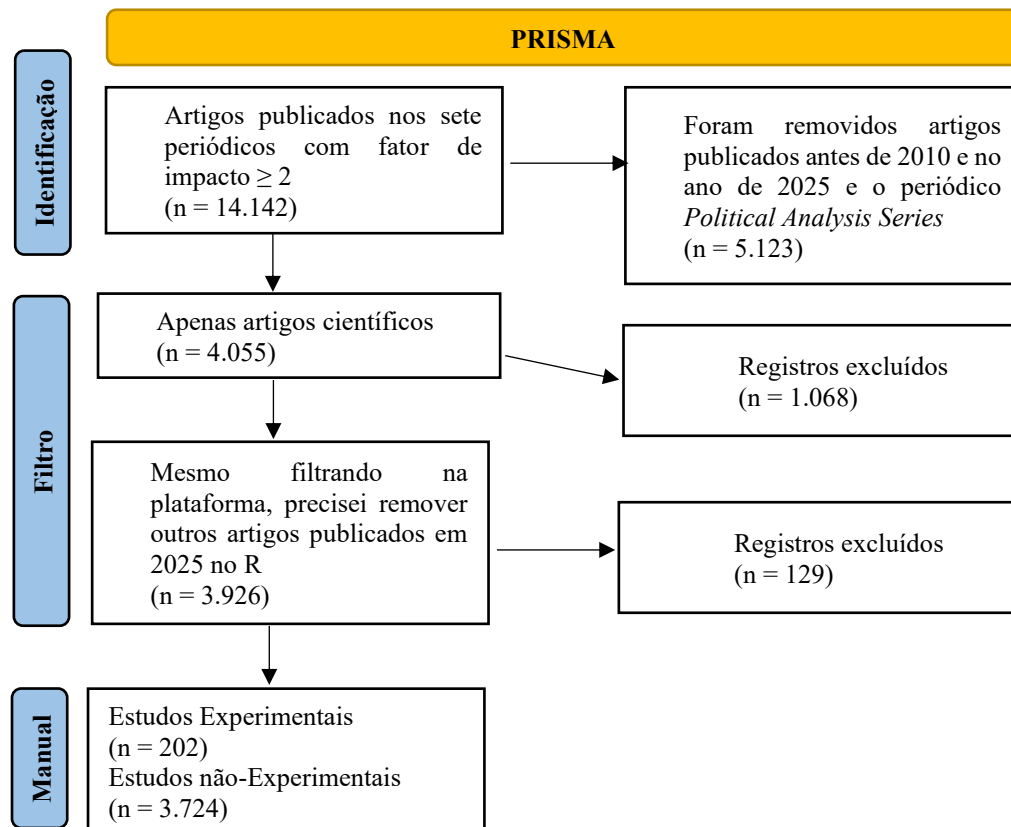
Outro aspecto relevante na construção do *corpus* é a base de conhecimento utilizada para acessar os documentos. A parte empírica desta tese utilizou majoritariamente a base do *Web of Science* (WOS) e, quando o título das referências citadas era necessário, utilizei a base do Scopus, ambas acessadas através do Portal de Periódicos Capes que garantiu o acesso gratuito a elas. Isso porque o Scopus não padroniza as referências citadas pelos artigos que constituem o *corpus*, porém temos acesso ao título integral delas. Por sua vez, o WOS omite o título gerando uma combinação do primeiro autor, ano de publicação e abreviação da fonte de publicação o que garante maior padronização das referências, em detrimento da omissão do título. Uma das métricas utilizadas na análise abaixo é o Índice *Behavior-Institution* (IBI) que mensura a relação da influência comportamental e institucional nas referências citadas. Mais especificamente, a métrica é calculada a partir do logaritmo neperiano do quociente entre a

⁴¹ <https://www.scimagojr.com/journalrank.php>

quantidade de vezes que as palavras *behavior|behaviour|psych** aparecem nos títulos das referências dividido pela quantidade de vezes que a palavra *institution** aparece. O logaritmo é utilizado para posicionar a métrica em uma escala de $-\infty$ a $+\infty$ em que valores negativos indicam preponderância institucional e positivos, preponderância comportamental.

A métrica IBI utiliza referências citadas, pois o debate teórico, na maioria das vezes, não é explicitado nos resumos dos trabalhos científicos. Mesmo no texto integral dos artigos, as influências teóricas são captadas através das citações. Dito isso, para calcular essa métrica, o acesso aos títulos das referências citadas é indispensável. Por tanto, além da base principal construída com dados do WOS, foi construída uma base secundária através do Scopus para calcular o IBI. Utilizei a base do WOS como principal, pois a cobertura dela abrange melhor os periódicos selecionados. Mais especificamente, o Scopus não tinha registro do periódico PUBLIUS nos anos de 2015 até 2021, do WPOL nos anos 2023 e 2024 e nem do CPOL no ano de 2022. A identificação do *corpus* seguiu o modelo *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses* – PRISMA (PAGE *et al.*, 2021) conforme mostra o Quadro 2 abaixo.

Figura 2 - Processos para identificação do *corpus*



Fonte: Elaboração do autor a partir do modelo disponível em: <https://www.prisma-statement.org/prisma-2020-flow-diagram>

A consulta feita no WOS foi a seguinte: SO=("COMPARATIVE POLITICAL STUDIES" OR "DEMOCRATIZATION" OR "COMPARATIVE EUROPEAN POLITICS" OR "PUBLIUS*" OR "COMPARATIVE POLITICS" OR "STUDIES IN COMPARATIVE INTERNATIONAL DEVELOPMENT" OR "WORLD POLITICS") o que resultou em 14.142 artigos. Foram filtrados artigos publicados entre os anos de 2010 e 2024 e retirado o periódico *Political Analysis Series* que por alguma razão apresentou 11 registros com a consulta acima. Esse intervalo temporal foi escolhido por representar a Ciência Política atual, após vários debates metodológicos sobre desenhos experimentais terem acontecidos, sendo o livro *Experimental Political Science and the Study of Causality: From Nature to the Lab* (MORTON & WILLIAMS, 2010) o marco para o ano inicial do período analisado. Após o filtro inicial realizado na própria plataforma do WOS resultou em 5.123 artigos. Antes de baixar os arquivos, foram excluídos 1.068 registros que não foram classificados como *Article* pelo WOS no campo *Document Types*⁴².

Realizado a identificação dos sete periódicos considerados exclusivamente de política comparada com fator de impacto maior ou igual a 2 na plataforma do WOS, com os respectivos filtros, as informações bibliométricas do *corpus* foram baixadas em arquivos “.bib”. Esses arquivos foram processados no R através do *package bibliometrix* (ARIA & CUCCURULLO, 2017). O R foi utilizado para processar e gerar todas as informações⁴³, tabelas e gráficos utilizados nesta tese. O *script* e os dados⁴⁴ podem ser encontrados neste [link do GitHub](#)⁴⁵ para fins de transparência e replicabilidade das análises.

Depois de converter os arquivos .bib em um *dataframe* no R, ainda precisei fazer um segundo filtro para retirar 129 artigos que ainda estavam classificados com ano de publicação igual a 2025. Por fim, a quantidade total de artigos analisados foi de 3.926, dos quais 202 foram identificados como experimentais. Artigos experimentais foram identificados inicialmente a partir de um dicionário com a expressão *experiment** e depois, foram retirados manualmente

⁴² Além de artigos, a plataforma contém revisões de livro, revisões de artigo, artigos de conferência, cartas, materiais editoriais, dentre outros.

⁴³ Com exceção da identificação manual dos artigos.

⁴⁴ Com exceção dos artigos em .pdf que foram acessados através da plataforma Periódicos Capes e eu não poderia disponibilizá-los em outra plataforma de forma gratuita. No entanto, as informações bibliométricas, bem como seus códigos atribuídos por mim no *script* estão presentes no arquivo <papers experimentais.xlsx> dentro do projeto GitHub.

⁴⁵ Caso o hyperlink não funcione, segue o link dos scripts e dados desta tese: <https://github.com/caio-rios/TeseDoutorado>

aqueles que citavam o termo experimento fora do contexto do desenho de pesquisa aqui analisado. A tabela abaixo mostra algumas informações gerais do *corpus*.

Tabela 1 - Informações da amostra

Periódico	Artigos	TC	Autores	Referencias	Distribuição Relativa	Citações por Artigo	Fator de Impacto
CPS	981	36.747	1.930	66.051	24,99%	37,46	5,5
DEMZTION	972	20.205	1.564	57.240	24,76%	20,79	4,2
CEP	544	7.207	906	30.094	13,86%	13,25	2,1
PUBLIUS	423	5.920	813	24.779	10,77%	14	2,2
CPOL	375	7.789	578	23.642	9,55%	20,77	2,5
SCID	343	5.390	566	24.279	8,74%	15,71	2,6
WPOL	288	12.583	490	24.467	7,34%	43,69	5,1
Total	3.926	95.841	6.847	250.552	100,00%	23,67	

Fonte: o Autor.

A base de dados analisada contém sete periódicos comparativos, são eles: *Comparative Political Studies* (CPS), *Democratization* (DEMZTION), *Comparative European Politics* (CEP), *Publius: the Journal of Federalism* (PUBLIUS), *Comparative Politics* (CPOL), *Studies in Comparative International Development* (SCID) e *World Politics* (WPOL). O periódico com maior fator de impacto é o CPS seguido pelo WPOL. Conjuntamente, o *corpus* possui 3.926 artigos que mobilizam um total de 250.552 referências citadas. Além disso, eles foram citados 95.841 vezes. São 6.847 autores que escrevem as obras contidas na amostra. O CPS e o DEMZTION, em conjunto, mobilizam aproximadamente 50% da produção. Na média, cada periódico possui 23,67 citações por artigo.

Após identificados, baixados e processados no R foram analisadas diversas dimensões dos artigos utilizando, principalmente os campos dos títulos, palavras-chave, resumos e referências citadas de cada artigo. Como mencionado, quando o conteúdo dos títulos das referências citadas era necessário, foi utilizado o *corpus* construído através do Scopus. O mesmo procedimento exposto na Figura 2 foi seguido, porém a base Scopus tem algumas falhas no que diz respeito a cobertura dos artigos publicados nos sete periódicos nos anos de 2010 a 2024. Outro problema relacionado a base do Scopus é que existem erros na classificação do tipo de documento (e.g. Artigo, Revisão de Livros, Errata), portanto, esse filtro não foi realizado. O *corpus* construído através do Scopus contou com 3972 artigos, porém ele foi utilizado de forma pontual, mais especificamente no que diz respeito à métrica IBI.

Partindo para a dimensão analítica, a tese possui caráter exploratório e algumas técnicas e métricas foram utilizadas ao longo dos capítulos empíricos 6 e 7. Mais especificamente,

utilizei procedimentos de mineração de texto (*text mining*) utilizando o *package tm* (FEINERER *et al.*, 2008) e manipulação de banco de dados com os *packages dplyr* e *stringr*. Todos os gráficos foram gerados com o *package ggplot* (WICKHAM, 2016). Foram realizadas duas consultas de dicionários respectivos à temas de estudo e países. A forma como as consultas foram feitas está disponível no apêndice e no *script* disponível no [link do GitHub](#). Foram feitas análises de correspondência para analisar a relação entre duas variáveis categóricas utilizando o *package FactoMineR* (LÊ *et al.*, 2008). Por último, para análise de tópicos (*topic model*) dos 202 artigos experimentais, utilizei a técnica *non-negative matrix factorization* (NMF) que possui vantagens em relação ao largamente utilizado *latent dirichlet allocation* quando o *input* são textos pequenos (resumos de artigo). Para tanto, foi utilizado o *package NMF* (GAUJOUX & SEOIGHE, 2010). Detalhes mais específicos das técnicas e das métricas utilizadas serão exploradas no decorrer dos capítulos empíricos.

Os dados do segundo capítulo empírico (7) são referentes ao estrato experimental dos artigos de política comparada. Foram identificados manualmente 202 artigos experimentais. A partir do Portal de Periódicos Capes, foi baixado a maioria desses artigos. Quando o acesso através dele não era suficiente para obter o artigo em PDF, utilizei as bases do ResearchGate e da Academia.edu. A última estratégia utilizada foi enviar e-mails para os autores solicitando acesso aos artigos. Ainda assim, não consegui localizar 7 dos 202 artigos identificados previamente.

O texto na íntegra foi necessário para identificar o tipo de experimento utilizado. Os artigos foram classificados como utilizando um ou mais dos seguintes desenhos de pesquisa: experimento de campo, experimento de laboratório, experimento de *survey*, experimento de vinheta, experimento de conjuntos (*conjoint experimente*) e experimento de lista. Ainda que esses três últimos sejam variações do experimento *survey*, os diferenciei para obter maior variação na análise de correspondência que entre o tipo de experimento e o tema de pesquisa dos artigos. Ressalto que não considere experimento natural como um tipo de experimento, pois, ainda que a lógica experimental esteja presente nesses desenhos, eles utilizam essencialmente dados observacionais e o processo de manipulação e randomização não são controladas pelo pesquisador (DUNNING, 2012; SEKHON & TITIUNIK, 2012).

Por último, um breve estudo de três casos foi analisado. A escolha dos casos foi feita de forma aleatória para evitar a intencionalidade em escolher casos que comprovem os argumentos e hipóteses levantadas – *cherry picking* (GOERTZ, 2017). Deste modo, foram escolhidos um experimento de campo, um experimento de laboratório – que foi do tipo *lab-in-the-field* – e, por último, um experimento de *survey* – que foi do tipo de vinheta.

Os dois capítulos empíricos possuem propósitos diferentes. O capítulo 6 vai abordar empiricamente a noção de que política comparada e teorias institucionais estão interligadas e definir a zona cinzenta respondendo a H1 de que experimentos são possíveis em análises institucionais. O capítulo 7, por sua vez, vai mostrar o deslocamento dos artigos experimentais para um padrão mais comportamental sem deixar a essência institucional de lado. Assim, testo a H2 de que para utilizar experimentos, os autores vão responder perguntas que estão na interseção das teorias comportamentais e institucionais. Além disso, a partir de uma codificação manual será evidenciado o espaço de cada tipo de experimento nos 202 artigos para responder a H3 que diz que experimentos de laboratórios seriam mais utilizados para testar hipóteses no campo das explicações institucionais. O capítulo 7 encerra com os três estudos de caso escolhidos aleatoriamente.

6 Política Comparada e Análise Institucional

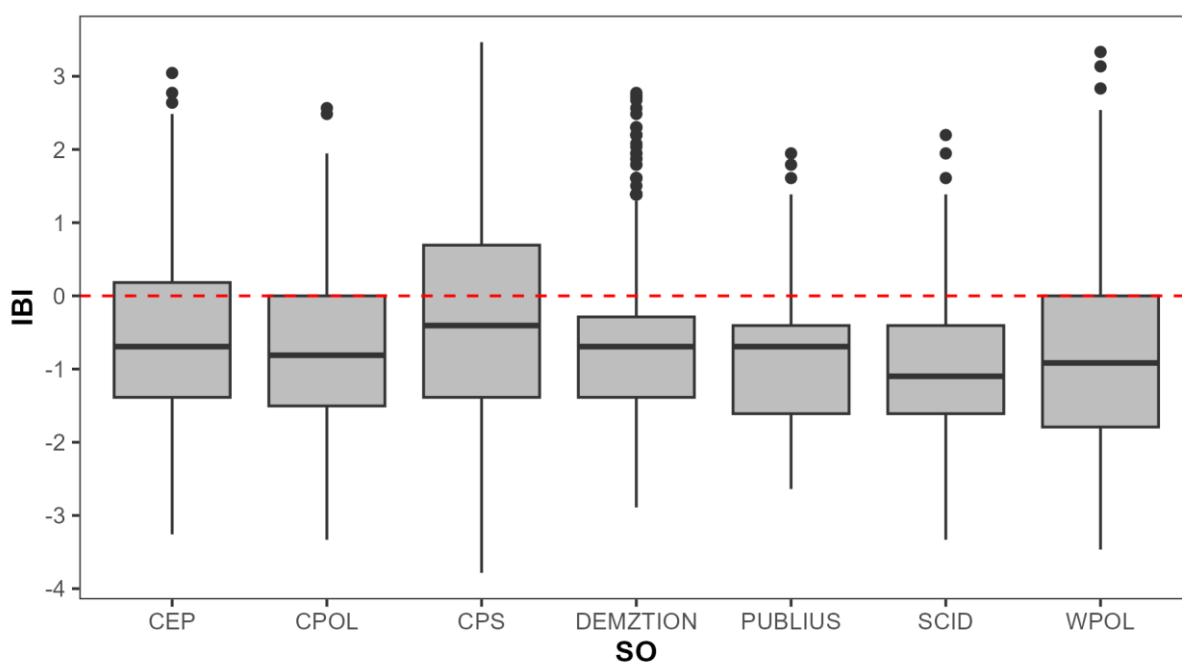
Os capítulos empíricos desta tese se subdividem em três partes. A primeira se dedica a explorar os dados do *corpus* como um todo associando-o à análise institucional. Esse pressuposto de que a política comparada está intimamente conectada às teorias institucionais é de suma importância para dar validade aos achados empíricos das seções que subsequentes. A zona cinzenta que esta tese se refere é a conexão entre explicações institucionais e desenhos experimentais e não política comparada e desenhos experimentais. O caso da política comparada é utilizado, pois o estudo das instituições e esse campo da ciência política estão relacionados. É importante destacar que a teoria institucional se delimita apenas à política comparada, mas está presente em outras áreas e com vários artigos publicados nos principais periódicos da disciplina, tais como o *American Political Science Review*, *American Journal of Political Science*, *Journal of Politics*, *British Journal of Political Science*, dentre outros.

Identificar artigos que seguem uma tradição teórica específica não é uma tarefa fácil, porque essa dimensão não é sempre explicitada pelos autores em títulos, palavras-chave ou resumos. Dito isso, a estratégia adotada foi identificar a subárea da Ciência Política que mais estaria relacionada com o institucionalismo e criar um banco de dados com os artigos publicados em periódicos específicos da área escolhida que, neste caso, foi a política comparada. Existem dois tipos de viés nessa escolha. O primeiro deles é o *selection bias*. Como já discutido, porém em outro cenário, o *self-selection bias* está presente, pois os autores escolhem em qual periódico querem publicar seu artigo. Sabemos que desenhos experimentais estão em alta e carregam elevado grau de qualidade inferencial, característica que todos os periódicos buscam ao aceitarem ou rejeitarem um artigo. Dessa forma, ainda que o artigo se encaixe na área da política comparada e utilize intensivamente teorias institucionais, ao adotar uma estratégia experimental, existe uma alta chance de o autor publicar seu trabalho em um periódico mais geral da disciplina com maior fator de impacto.

O segundo viés está ligado ao entendimento do que vem a ser política comparada. Isso é alvo de intensos debates na disciplina, porém uma visão que persiste nas publicações é que se o artigo trabalhar empiricamente com um ou mais países que não seja os Estados Unidos, ele está inserido na política comparada, do contrário, é política americana. Esse viés pode trazer artigos puramente comportamentais para o *corpus* aqui analisado. De qualquer forma, ao trazer um outro país para análise, os autores, normalmente, trazem o contexto e as instituições para o centro do debate incluindo essas características em seus desenhos de pesquisa.

De toda forma, o Gráfico 4 abaixo mostra a distribuição dos periódicos analisados pelo índice *behavior institution* (IBI) criado por Rezende (2023). Essa métrica mensura o teor das influências teóricas nos artigos ao analisar a incidência de obras ligadas ao comportamentalismo e ao institucionalismo⁴⁶. A métrica varia de menos infinito a mais infinito, valores negativos indicam preponderância institucional e valores positivos, preponderância comportamental.

Gráfico 4 - IBI por periódicos



Fonte: o Autor. Dados da plataforma SCOPUS.

Para identificar a distribuição do IBI dos periódicos, utilizei a base do SCOPUS que traz as referências citadas completas no banco de dados, no entanto, temos dados faltantes para o periódico PUBLIUS nos anos de 2015 até 2021, WPOL nos anos 2023 e 2024 e CPOL no ano de 2022. Por essa razão, utilizarei a base SCOPUS apenas para mostrar as distribuições do IBI que precisa dos títulos das referências citadas de cada artigo para ser calculada.

A linha vermelha do gráfico em $IBI = 0$ indica o empate das influências comportamentais e institucionais⁴⁷. Observa-se que a mediana (indicada pelo “bigode” do *boxplot*) se encontra, em todos os periódicos, abaixo do zero. Esse dado reforça a ideia de que a política comparada e as teorias institucionais estão conectadas. Ainda assim, observamos que

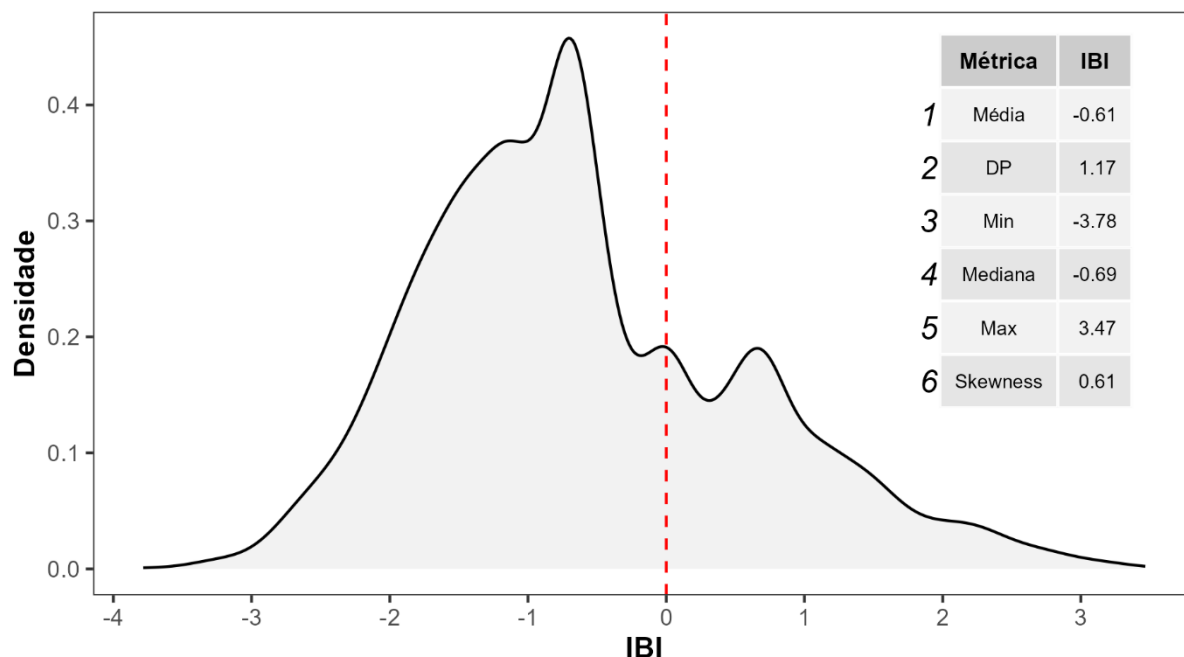
⁴⁶ Influência comportamental é identificado pela incidência das palavras *behavior|behaviour|psych** e a influência institucional pela palavra *institution**.

⁴⁷ Artigos que apresentaram empate por ausência, isto é, a não incidência de nenhuma das lógicas, foram excluídos.

há casos de publicações cujo IBI é positivo com destaque para o periódico CPS – periódico cujo fator de impacto é o mais elevado – que é o que o primeiro quartil do boxplot está próximo de $IBI = 0,5$. O *Democratization* é o que apresenta maior incidência de *outliers* com IBI positivo. Ressalto que a linha vermelha não é uma separação binária, mas o que existe é uma combinação de influências comportamentais e institucionais nos artigos. A ideia é que a preponderância de uma sobre a outra caracterize o quanto um dado artigo é mais influência por (e não apenas influenciado por) uma dada tradição teórica.

Outra forma de avaliar o grau institucional do *corpus* através da métrica IBI é analisando a distribuição geral da variável. O Gráfico abaixo mostra como ela se distribui independentemente do periódico em que os artigos foram publicados. Destaca-se, que a densidade⁴⁸ da curva nos valores negativos é muito mais acentuada do que nos valores positivos. Ainda que existam artigos com forte influência comportamental, eles são minoria em relação aos que sofrem influência majoritária institucional.

Gráfico 5 - Distribuição de IBI



Fonte: o Autor. Dados da plataforma SCOPUS

⁴⁸ A densidade de frequência é calculada de modo que a área total da distribuição seja igual a 1 (BUSSAB & MORETTIN, 2017). Quanto mais alta for a curva da distribuição, mais dados estão concentrados ali. Esse valor não é igual a proporção ou probabilidade.

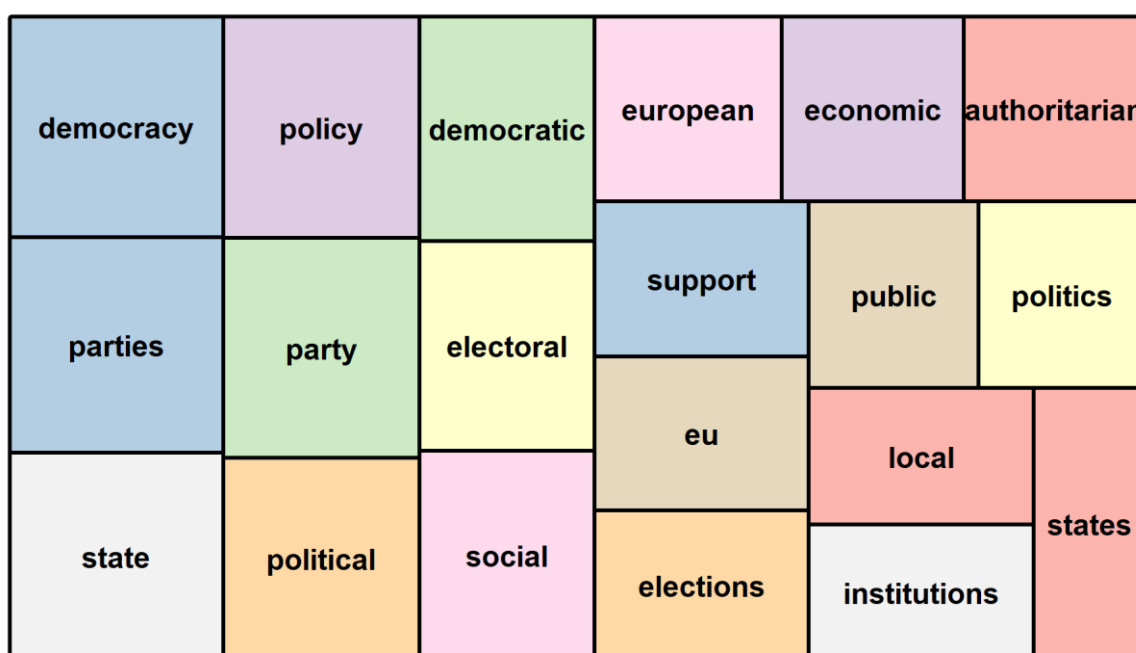
Além do formato da distribuição, a tabela inserida no Gráfico 3 mostra algumas estatísticas descritivas da variável IBI. Como esperado, tanto a média quanto a mediana apresentam valores negativos evidenciando o caráter institucional do *corpus*. No entanto, uma média de -0,61 não é distante do zero (empate entre as lógicas). Isso mostra, como dito anteriormente, o caráter não determinista da produção científica e que os autores utilizam uma mescla teórica que muitas vezes é impossível de definir como sendo teoria A ou teoria B. O importante, neste momento, é mostrar a preponderância institucional para validar a escolha metodológica de estudar o caso da política comparada para inferir sobre a teoria institucional. Outra métrica que evidencia esse ponto é o *Skewness* que expressa o formato da curva da seguinte maneira: O zero é uma distribuição normal, valor positivo é uma distribuição com cauda mais longa à direita e valor negativo é uma distribuição com cauda mais longa à esquerda. O valor de 0,61 mostra que a cauda está no lado comportamental e a parte mais densa está no lado institucional.

O IBI captura a influência teórica exercida nos artigos publicados, pois é calculada através da incidência dos termos referentes a instituições e comportamento nas referências citadas. Como explicado, essa maneira é eficaz, pois os autores usualmente não deixam claro por quais teorias estão sendo guiados nos títulos e resumos das suas obras. Ainda assim, as palavras que aparecem nessas seções dos artigos são eficazes em mostrar o conteúdo (substância) do que está sendo estudados. Portanto, vamos analisar a distribuição das palavras que mais aparecem nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos.

Dentre as maneiras de mensurar o peso de uma palavra em um conjunto de textos, duas se destacam: contagem e tf-idf (SCHAEFERMEIER *et al.*, 2021). A primeira é uma maneira mais simples que diretamente conta a frequência dos termos nos documentos. Desse modo, quanto mais uma palavra se repete, mais importante ela é. Essa abordagem é usualmente chamada de *term-frequency* (tf). A segunda é pondera a contagem direta dos termos pela probabilidade da palavra de aparecer nos documentos. A ideia central da métrica é penalizar palavras que apareçam em todos os documentos do *corpus*. Por exemplo, é muito comum em resumos de trabalhos científicos mencionar a palavra “artigo”, no entanto, ainda que ela possua uma frequência alta, essa palavra carece de sentido para identificar temas. A métrica tf-idf significa *term frequency – inverse document Frequency* e é calculada a partir do quociente da contagem sobre a frequência inversa de aparições em documentos. Ou seja, a métrica pondera a frequência das palavras pela exclusividade dela, penalizando palavras que aparecem em todos os documentos.

Dito isso, o Gráfico 6 abaixo representa um *treemap* das palavras mais relevantes do conjunto de artigos de política comparada mensuradas a partir da métrica tf-idf. Esta foi escolhida porque apresentou um resultado mais limpo sem a necessidade de acrescentar *stopwords* de palavras que aparecem muito, porém sem significado relevante. Quanto maior o retângulo do *treemap*, mais força o termo possui no *corpus* e ele está organizado de modo que a palavra mais forte é *democracy*, seguido por *parties*, *state*, *policy*, e assim por diante até a palavra *states*.

Gráfico 6 - Treemap dos top 20 termos



Fonte: o Autor.

O gráfico acima mostra as vinte⁴⁹ palavras mais relevantes quando mensurados a partir do tf-idf. Corroborando os achados anteriores da métrica IBI, as palavras representam um foco mais institucional do que comportamental. O padrão negativo do IBI mostrou que a influência institucional ocorre com maior peso do que a comportamental no nível das referências citadas e mostrar como isso se traduz no que de fato é produzido é de suma importância para caracterizar o peso das teorias institucionais no *corpus*. Em outras palavras, nas referências citadas, estamos em contato direto com as teorias utilizadas pelos autores, e quando movemos

⁴⁹ A Tabela A1 no apêndice mostra as 100 palavras mais importantes, bem como seus respectivos valores do tf-idf e da contagem.

a análise para os títulos, resumos e palavras-chave, estamos analisando “sobre o que” as teorias são utilizadas.

Democracia é a palavra dominante, e, além dela, a palavra *democratic* na posição sete e *authoritarian* na posição 12 indicam a forte presença do estudo de regimes políticos nos artigos publicados nos sete periódicos de política comparada. Esse assunto possui forte relação com as teorias institucionais, pois, normalmente, tentam explicar como os regimes nascem, mudam e perduram. Depois disso, observa-se a forte influências dos partidos políticos. A palavra *parties* aparece na segunda posição e *party* na posição 5. Os partidos políticos são um alvo clássicos dos estudos de ciência política e podem ser analisados a partir de várias tradições teóricas como escolha racional, institucionalismo ou comportamentalismo. A simples presença da palavra não sugere o teor teórico, contudo, partidos políticos são instituições. Logo, ainda que estudados através da perspectiva da escolha racional ou do comportamento dos atores políticos, as regras institucionais terão que fazer parte do modelo explicativo sugerido pelos autores.

Na terceira posição estão as palavra *state* e *states* que aparecem na vigésima posição. O estudo do Estado é acompanhado de forte influência das instituições e é muito comum de ser estudado nos campos de estudos judiciais e relações internacionais. O impacto das instituições nessas literaturas é evidente, ainda mais no contexto da política comparada. Não podemos deixar de destacar, ainda, a presença incontestável da palavra *institution* na posição 19. No entanto, há palavras que podem possuir forte influência comportamental como: *election*, *social* e *public*. Como dito, é difícil de capturar a influência que uma palavra fora do contexto possui. Eleições, assim como partidos políticos, também são regidas por regras e constituem-se em instituições, porém as eleições podem ser estudadas no nível macro e no nível micro do eleitor. Neste – o nível micro – as teorias comportamentais são abundantes. Já a palavra *social* e *public* são ainda mais genéricas e podem expressar tanto um viés institucional quanto comportamental. A tabela 2 abaixo mostra como essas duas palavras coocorrem com o próximo termo que as acompanham. Deste modo, podemos mostrar com mais clareza a influência mista que esses importantes termos possuem.

Tabela 2 - Palavras mais frequentes após termos social e public

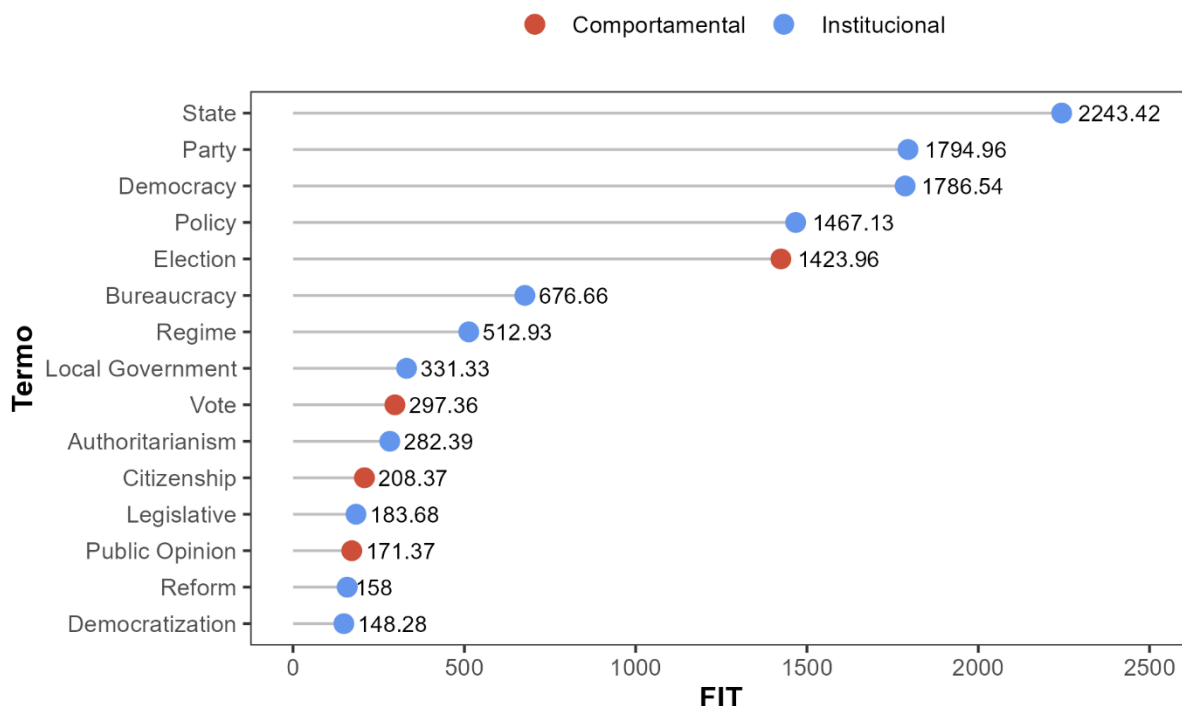
	Termo	Termo + 1	Frequência
social		media	71
		welfare	57
		policy	56
		survey	47
		spending	39
		movement	34
		movements	34
		democratic	31
		protection	28
		policies	26
		opinion	162
public		goods	119
		support	64
		policy	35
		sphere	31
		sector	28
		services	26
		attitudes	22
		health	17
		service	17

Fonte: o Autor.

Podemos observar que em ambas as palavras, os termos que mais coocorrem são mais utilizados na teoria comportamental que são *social media* e *public opinion*. Em contraposição, na segunda posição são formados bigramas institucionais, são eles: *social welfare* e *public goods*. Com isso, podemos mostrar que além da influência institucional na segunda camada, também temos uma forte influência institucional no conteúdo dos artigos. Com isso, o argumento da proximidade entre política comparada e teoria institucional é fortalecido conferindo validade à amostra selecionada. Essa análise demonstrou as palavras mais importantes para o *corpus* de maneira indutiva e outra forma de analisar o conteúdo dos artigos seria através de um dicionário construído com os principais temas de estudo da Ciência Política. O gráfico 7 abaixo mostra os top 15 termos mais fortes⁵⁰. Todos os termos do dicionário com seus respectivos valores de frequência do termo, probabilidade de ocorrência e FIT está na Tabela A2 no apêndice.

⁵⁰ A força de incidência do termo é uma métrica calculada a partir da multiplicação da quantidade de vezes que um determinado termo aparece com a probabilidade de aparição dele no periódico (REZENDE, 2017).

Gráfico 7 - Top 15 termos (FIT)



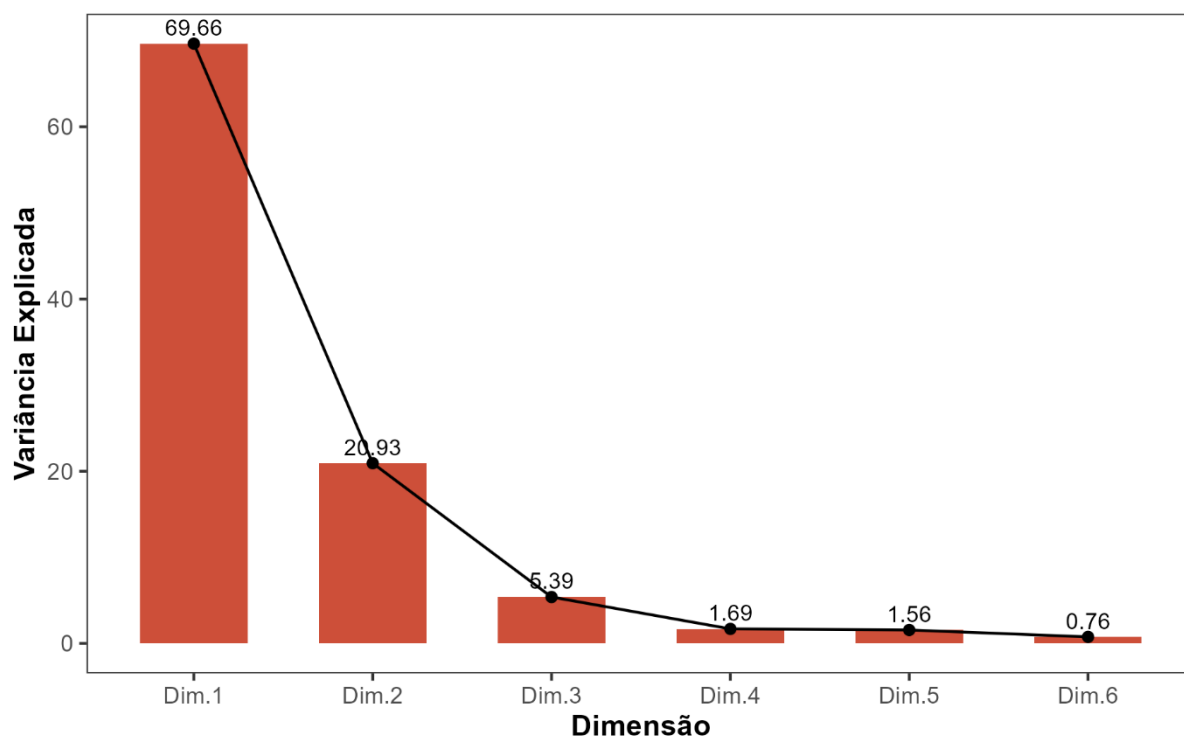
Fonte: o Autor.

Claramente podemos observar que os principais termos são institucionais sendo *state*, *party* e *democracy* os principais deles. Esse resultado está em consonância com o Gráfico 6 acima. Quatro termos que têm características comportamentais mais fortes estão destacados em vermelho: *election*, *vote*, *citizenship* e *Public Opinion*. A intenção é evidenciar os termos que potencialmente podem ser estudados pela via comportamental e, dentre os quatro, eleições e cidadania podem ser estudadas igualmente pela via institucional, quanto comportamental e voto e opinião pública são mais exclusivos das teorias comportamentais. Ainda assim, a prevalência de termos referentes às instituições corrobora com o argumento de que a política comparada e as teorias institucionais são interligadas. Os quinze termos mais fortes estão quase todos presentes no Gráfico 6 com exceção de *bureaucracy*, *vote*, *citizenship*, *legislative*, *reform* e *democratization*. Todos esses temas são relevantes para a teoria institucional. Democratização (mudança para o regime democrático) e reforma são temas clássicos do institucionalismo, e, Burocracia e legislativos são temas institucionais propensos a serem estudados pela via experimental (GROSE, 2014).

Uma vantagem do uso de dicionário em relação à análise dos termos mais frequentes é o controle dos termos pesquisados que, além de serem padronizados, podemos analisar com

mais facilidade como eles se distribuem entre os periódicos que compõem o *corpus*. Os Gráficos 8 e 9 mostram uma análise de correspondência que mobiliza duas variáveis categóricas, quais sejam, os termos evidenciados no Gráfico 7 e os sete periódicos analisados. A análise de correspondência possui como objetivo reduzir as dimensões de duas variáveis qualitativas a partir de uma tabela de contingência. Cada dimensão consegue explicar uma determinada proporção dos dados reais. Mais especificamente, o Gráfico 8 mostra o *screeplot* da análise de correspondência que mostra exatamente a quantidade de variância explicada por dimensão. Podemos observar que a primeira dimensão identificada explica aproximadamente 70% da variação e a segunda, aproximadamente 21%. Conjuntamente elas explicam 91% da variação total dos dados originais. Isso mostra que podemos reduzir a relação dessas duas variáveis categóricas a duas dimensões. Outra maneira de analisar o *screeplot* é através da regra do cotovelo (CATTELL, 1966). Através da linha que liga o topo das barras no gráfico abaixo, podemos observar um ponto de inflexão que a partir dele, a distribuição fica plana, i.e., a adição de outras dimensões contribui pouco para a variância explicada. Esse ponto de inflexão é visivelmente a dimensão 2. O resultado da análise de correspondência pode ser visto no Gráfico 9.

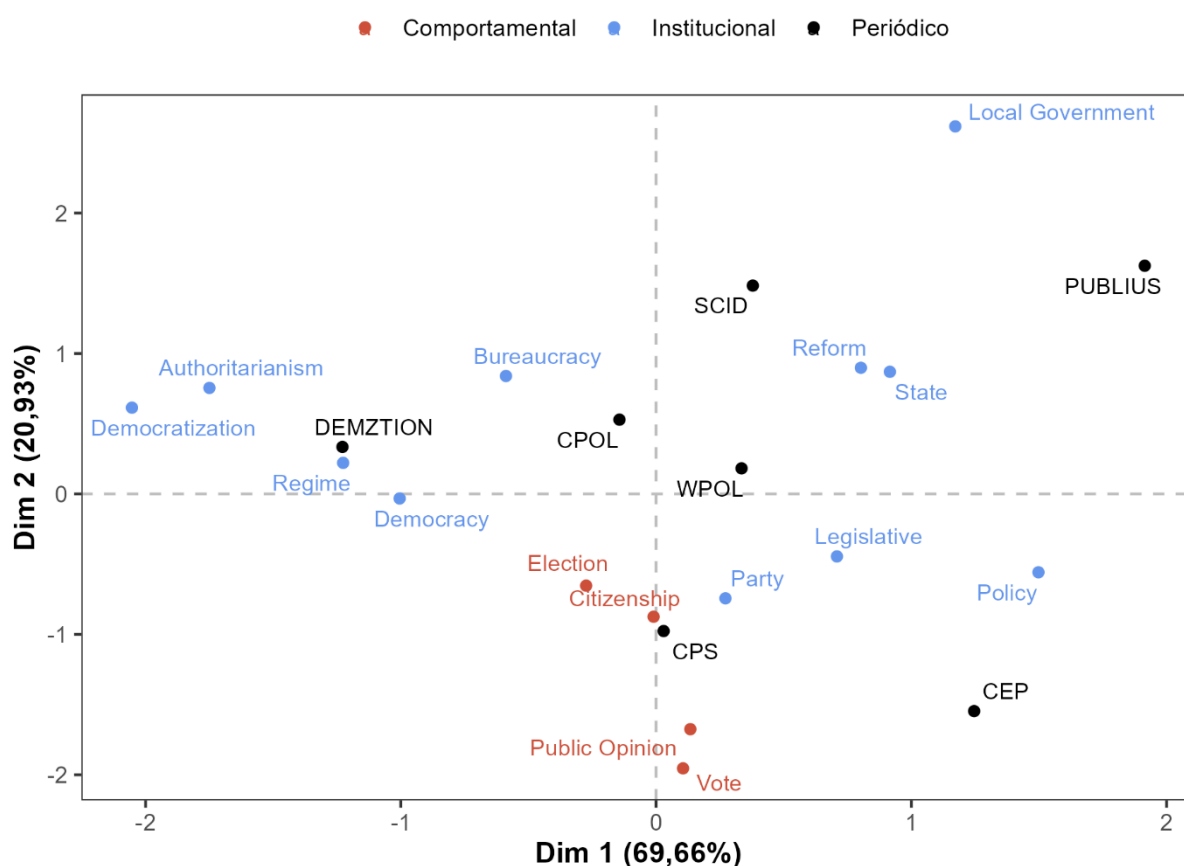
Gráfico 8- Screeplot da análise de correspondência entre termos e periódicos



Fonte: o Autor

A análise de correspondência posiciona os termos e os periódicos em um mesmo espaço composto pelas dimensões 1 e 2 mostradas no *screeplot*. Analisando o conteúdo dos termos, podemos supor que a dimensão um está relacionada com o nível de análise das instituições. Isto é, posicionada à esquerda, estão termos relacionados às macro-instituições tais como o processo de democratização, autoritarismo, regime e democracia, bem como o periódico *Democratization* que possui foco nos processos de mudança de regime. Na mesma dimensão, à direita, temos instituições de nível micro, como governos locais e políticas públicas. O periódico PUBLIUS que tem foco no estudo do federalismo se posiciona no extremo direito dessa dimensão. A dimensão 1 é a mais importante explicando quase 70% da variação dos dados e reforça, mais uma vez, a forte conexão entre política comparada e teorias institucionais.

Gráfico 9 - Análise de correspondência entre termos e periódicos



Fonte: o Autor

Por outro lado, a dimensão 2 apresenta uma característica muito interessante. Todos os termos identificados como mais propensos a receber influência comportamental estão distribuídos na parte negativa deste eixo. Isso mostra que essa dimensão reflete o nível

institucional dos termos e dos periódicos, sendo o lado negativo mais comportamental. Os termos que apresentaram o menor valor da dimensão foi Opinião Pública e Voto, dois termos, que como dito anteriormente, são os mais comportamentais dos quinze. Ademais, em consonância com o Gráfico 4, que analisa a distribuição do IBI por periódico, CPS e CEP são as vias de publicações mais comportamentais. No Gráfico 4, eles foram os únicos que o primeiro quartil dos *boxplots* ultrapassou a linha do zero posicionando-se na parte comportamental (IBI positivo). Os temas institucionais que se posicionaram abaixo do zero na dimensão 2 também são mais flexíveis quanto à abordagem que podem ser tratadas, são eles: partidos políticos, legislativo e políticas públicas.

Essa dinâmica entre termos e periódicos mostrou que existe, de fato, uma prevalência institucional capturada através da dimensão 1, mas que existe uma interseção menor com a via comportamental capturada pela dimensão 2. Essa relação é importante, pois sustenta a conexão entre instituições e política comparada, bem como mostra que existe uma interseção, ainda que menos expressiva, da política comparada com teorias comportamentais. Como argumento que política comparada e instituições são intimamente interligadas, podemos dizer que essa interseção seria entre teoria institucionais e comportamental. Essa colocação é importante para dar sentido a possibilidade da hipótese 2 que desenhos experimentais respondem perguntas que estão na interseção entre teorias comportamentais e institucionais. Em outras palavras, antes de mostrar o papel dos experimentos, podemos supor que essa interseção existe.

Analisado os temas (substância) dos artigos publicados nos periódicos de política comparada, voltamos para a teoria mobilizada através das referências citadas. O IBI é uma métrica que captura essa dimensão, porém ele nos mostra a relação entre a presença de termos institucionais e comportamentais nas referências citadas sem nos mostrar o conteúdo delas. Além disso, nem sempre uma obra institucional terá a palavra *institution* no título ou uma obra comportamental terá a palavra *behavior* nela. Por essa razão, o IBI é uma *proxy* do nível institucional ou comportamental das referências citadas. Por tanto, analisar quais, de fato, são as obras mais influentes, independentemente de possuírem palavras que remetam às teorias institucionais ou comportamentais. A Tabela 3 abaixo mostra as 20 referências mais citadas pelo *corpus* e duas métricas que mensuram a força e a diversidade da obra entre os periódicos. O *times cited* (TC) mede a quantidade de vezes que uma determinada obra foi citada e o Índice de Shannon⁵¹ (IS) mede a equitabilidade da distribuição de uma obra nos periódicos.

⁵¹ O índice de shannon é calculado a partir da seguinte fórmula: $IS = -\sum p_i * \ln(p_i) / \ln(S)$ em que p_i é a proporção de cada espécie (periódico) que cita uma determinada obra e S é a quantidade total de espécies (sete

Tabela 3 - Vinte referências mais citadas

Primeiro Autor	Ano	Título	Fonte	TC	IS
Levitsky, S.	2010	Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War		212	0,59
Dahl, R.A.	1971	Polyarchy: Participation and Opposition		158	0,66
Lipset, S.M.	1959	Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy	APSR	158	0,67
Linz, J.J.	1996	Problems of Democratic Transition and Consolidation		156	0,65
Huntington, S.P.	1991	The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century		137	0,62
Horowitz, D.L.	1985	Ethnic Groups in Conflict		130	0,84
Boix, C.	2003	Democracy and Redistribution		126	0,79
Bueno de Mesquita, B.	2003	The Logic of Political Survival		126	0,81
Geddes, B.	1999	What Do We Know About Democratization After Twenty Years?	AnRevPS	122	0,61
Przeworski, A.	2000	Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950–1990		120	0,70
Brambor, T.	2006	The Conceptualization and Measurement of Democracy	PAN	115	0,81
Cheibub, J.	2010	Democracy and Authoritarianism in Comparative Perspective	PubCh	112	0,74
Huntington, S.P.	1968	Political Order in Changing Societies		110	0,81
George, A.L.	2005	Case Studies and Theory Development in the Social Sciences		108	0,95
Fearon, J.D.	2003	Why Do Some Civil Wars Last So Much Longer Than Others?	APSR	104	0,77
Svolik, M.W.	2012	The Politics of Authoritarian Rule		104	0,75
Magaloni, B.	2006	Voting for Autocracy: Hegemonic Party Survival and Its Demise in Mexico		103	0,78
Acemoglu, D.	2009	Economic Origins of Dictatorship and Democracy		101	0,79
Schedler, A.	2002	Elections Without Democracy: The Menu of Manipulation	JDEM	101	0,70
Gandhi, J.	2007	Dictatorial Institutions and Their Impact on Regime Survival	CPS	96	0,72

Fonte: o Autor.

As 20 referências mais citadas pelo *corpus* mostram o teor teórico dos artigos publicados nos sete periódicos de política comparada aqui analisado. O foco em instituições políticas é evidente. O termo que mais aparece nessa lista é, sem dúvidas, democracia e autoritarismo. Regimes políticos é um tema bastante consumido, e consequentemente, bastante estudado na política comparada. A obra mais citada foi LEVITSKY e WAY (2010) sobre o autoritarismo

periódicos). Deste modo, o índice varia entre 0 e 1 em que 1 significa igualdade completa de citações entre os periódicos e 0 significa concentração da citação em um único periódico.

competitivo como sendo um regime híbrido. O clássico *Polyarchy: Participation and Opposition* (DAHL, 1971) aparece em segundo lugar e a preocupação central da obra também é em regimes e o autor oferece uma tipologia para posicionar democracias e autocracias reais em um espaço bidimensional com eixos referentes a inclusividade eleitoral e contestação política. A terceira obra mais citada (LIPSET, 1959) também é um clássico na Ciência Política e o autor traz categoria comportamentais e institucionais para explicar a democracia. Uma das principais contribuições desse artigo é a teoria da modernização que traz variáveis de nível micro, tais como renda e educação, para explicar o nível macro da estabilidade democrática.

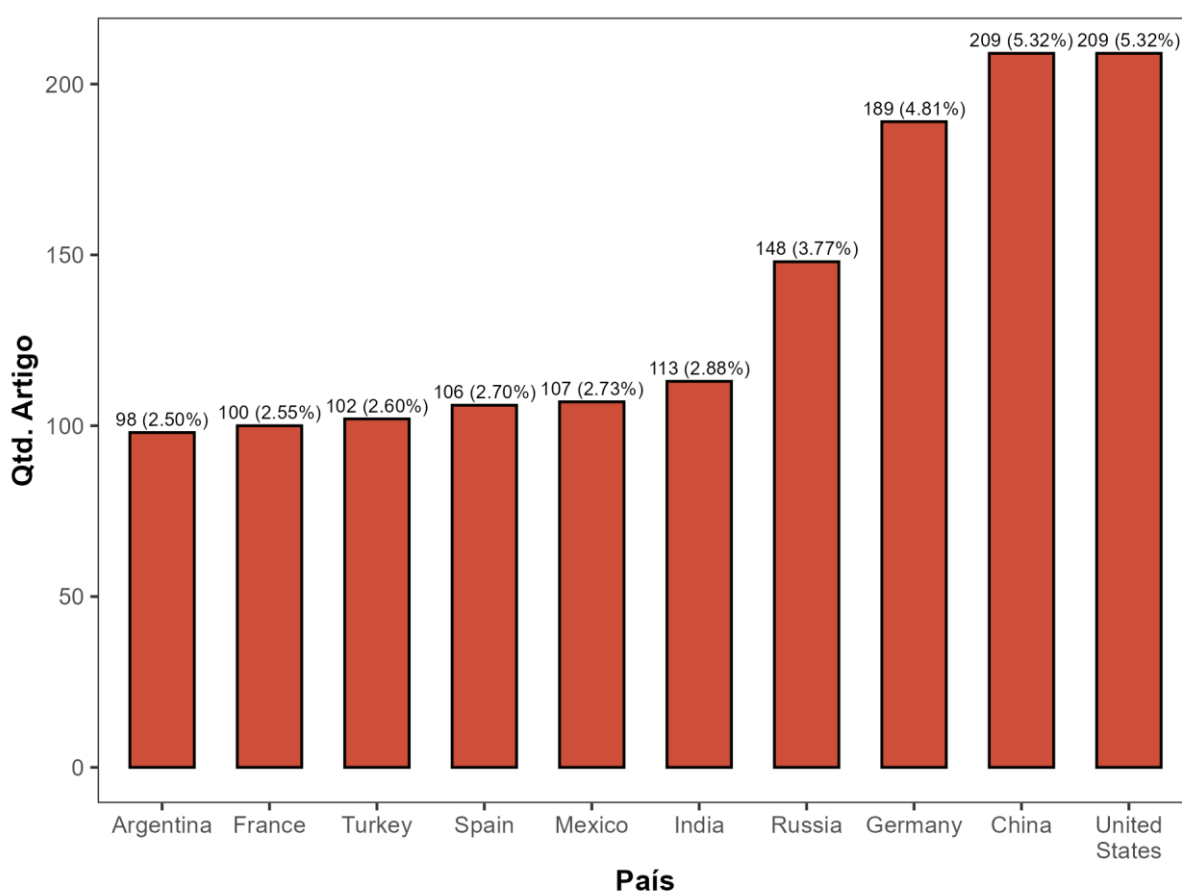
A influência da teoria comportamental é mínima ao analisar as vinte obras mais citadas pelo *corpus*, porém, ainda assim, podemos destacar a obra *Ethnic Groups in Conflict* que é a sexta obra mais citada e apresenta o segundo maior valor de IS sugerindo que é uma obra consumida por todos os periódicos. Horowitz (1985) explica os conflitos étnicos a partir de variáveis tanto institucionais quanto comportamentais e psicológicas trazendo as teorias de grupo para o foco da análise. Apesar de algumas das obras da Tabela 3 também trazerem componentes comportamentais para analisar as instituições (e.g. DAHL, 1971), a meu ver, Howowitz (1985) é a obra que está mais relacionada com a teoria comportamental em relação às demais.

A lista se estende com várias contribuições no campo da democracia, autoritarismo e transição de regimes. A Tabela 3 deixa claro a influência majoritária da teoria institucional nos artigos de política comparada. É importante ressaltar que apenas uma obra metodológica aparece no *top 20* obras mais citada que é o livro *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences* (GEORGE & BENNETT, 2005). Como o próprio título sugere, essa obra é sobre a importância dos estudos de caso para construção de teoria. O único registro metodológico ser referente a Nova Metodologia Qualitativa e do tipo *small-n* corrobora com a concepção discutida no capítulo anterior que as teorias institucionais demandam por métodos que levem em consideração as especificidades do contexto e a endogeneidade inerente das instituições. Esse dado corrobora com o argumento de da Teoria do Pluralismo Inferencial de que as teorias institucionais trazem os métodos qualitativos e de *small-n* para a disputa inferencial que ocorre na disciplina. Ademais, essa obra apresenta o maior valor de IS com 0,95 evidenciando a diversidade de periódicos que a consomem. Isto é, essa obra é a que se distribui de forma mais igualitária entre as sete vias de publicação analisadas nessa tese.

Por fim, o Gráfico 10 abaixo, mostra os países mais estudados pelos artigos *corpus*. Como dito anteriormente, uma das concepções de política comparada é que a análise do contexto dos Estados Unidos (EUA) é considerada *american politics* e o estudo de qualquer

outro país constituiria o campo da política comparada. A partir disso, espera-se que os EUA sejam pouco estudados em relação aos demais. No entanto, empatado com China (209 - 5,23%), os EUA (209 - 5,23%) é o país mais estudado. Essa informação quebra com esse conceito *naive* de política comparada. Como um dos periódicos analisados é específico da Europa, que é o CEP (*Comparative European Politics*). Da América Latina, apareceram no *top 10*, o México sendo estudado por 107 (2,73%) artigos e a Argentina com 98 (2,50%). O Brasil ficou na décima primeira posição sendo alvo de estudos por 97 (2,47%). A lista completa dos países estudados está na tabela A3.

Gráfico 10 - Países mais estudados



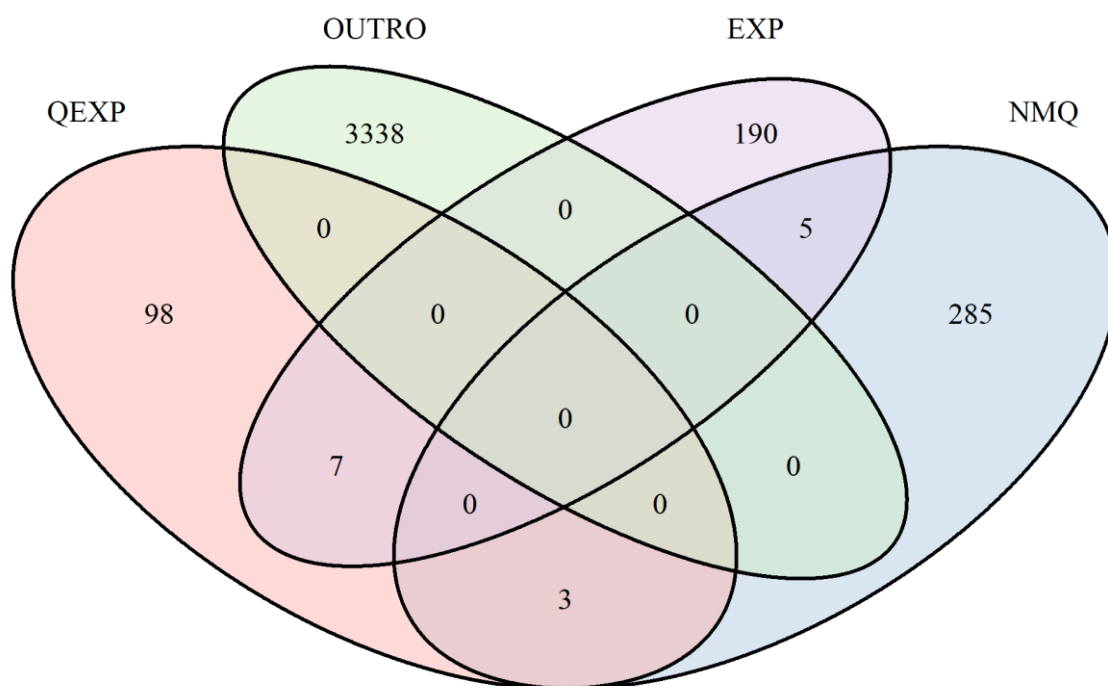
Fonte: o Autor.

A análise de um ou mais contextos específicos através de países pode ser considerada como estudos de caso (PEPINSKY, 2019). Logo, ao identificar os países que os artigos utilizam como caso, podemos mensurar a força dos estudos de caso no *corpus*. Dos 3.926 artigos analisados, 2.420 citam algum país no título, resumo ou palavras-chave. Isso quer dizer que 61,64% dos artigos podem ser considerados estudos de caso. Essa visão mostra que até mesmo

uma pesquisa experimental, no fundo, é um estudo de caso, pois o desenho será implementado dentro de um contexto específico e os resultados não podem ser facilmente generalizados por causa disso. Dito isso, é inegável a forte influência dos estudos de caso na política comparada.

O Gráfico 11 mostra como os desenhos de pesquisa se distribuem nos artigos de política comparada. Como o argumento da aproximação entre a política comparada e a teoria institucional foi exaustivamente corroborada pelos dados empíricos, podemos dizer que o gráfico abaixo mostra a utilização dos diversos tipos de desenhos de pesquisa na teoria institucional. O círculo verde são todos os artigos que não apresentaram explicitamente⁵² nenhum desenho de pesquisa da lógica quase-experimental, experimental e da nova metodologia qualitativa (NMQ), por essa razão que a interseção do círculo OUTRO com as demais lógicas é zero.

Gráfico 11 - Diagrama de Venn dos Desenhos de Pesquisa



Fonte: o Autor.

⁵² Utilizo o termo explicitamente, pois a identificação desses desenhos foi feita a partir da menção deles nos títulos, resumos e referências citadas. Existe a chance de um artigo não mencionar seu desenho de pesquisa no resumo, porém, normalmente, estratégias empíricas mais específicas são evidenciadas no título ou no resumo, pois elas conferem um *status* de credibilidade ao argumento desenvolvido pelos autores.

Esse gráfico corrobora a primeira hipótese levantada nessa tese evidenciando que, de fato, existe um lugar para os desenhos experimentais nas teorias institucionais, ainda que seu espaço de atuação seja limitado. Os círculos lilás (EXP) e laranja (QEXP) representam os artigos que são influenciados pela lógica experimental, sendo o EXP aqueles que utilizam técnicas experimentais com manipulação de variável, grupos de controle e tratamento e randomização. O círculo lilás é o foco do próximo capítulo. Foram identificados 202 artigos experimentais⁵³ que corresponde a 5,15% da amostra analisada. Podemos então dizer que a zona cinzenta da interseção entre teoria institucional e desenhos experimentais está compreendida nesse pequeno espaço de 5,15% da produção. Observa-se que, dos 202, 7 artigos utilizam uma combinação de técnicas experimentais e quase-experimentais e 5 utilizam uma combinação com técnicas da nova metodologia qualitativa. O círculo azul (NMQ) apresenta 293 obras, porém esse número é subestimado, pois, como mostrado anteriormente, se considerarmos o estudo de países como estudos de caso, esse número aumentaria muito. Em outras palavras, o círculo verde (OUTROS) compreende análises regressão e metodologias qualitativas que não foram capturadas pelos termos do dicionário. A chance de existir pesquisas experimentais no círculo verde é mínima, pois, dada a validade inferencial conferida aos experimentos, a probabilidade de eles serem mencionados no resumo, ou mesmo no título dos artigos é muito alta.

⁵³ Os artigos experimentais foram os únicos que passaram por uma validação manual excluindo artigos que mencionavam o termo experimento, porém fora do contexto de desenho de pesquisa. As demais lógicas foram identificadas apenas pela consulta de dicionário. Ressalto que experimentos naturais foram considerados como quase-experimentos e não como experimentos, pois ainda que a lógica esteja presente, os experimentos naturais mobilizam dados observacionais.

7 Análise Institucional e Desenhos Experimentais

Este capítulo dedica-se a explorar a zona cinzenta da interseção entre as explicações institucionais e os desenhos experimentais. O Gráfico 11 do capítulo anterior evidenciou essa zona experimental (círculo lilás - EXP) que compreende 202 artigos publicados nos sete periódicos exclusivos do campo da política comparada na Ciência Política. Similar a seção anterior, o objetivo é explorar o conteúdo e as influências teóricas relacionadas com a produção experimental quando as instituições fazem parte do modelo. A H2 (*desenhos experimentais respondem perguntas que estão na interseção entre teorias comportamentais e institucionais*) sugere que para os pesquisadores utilizarem desenhos experimentais no contexto da explicação institucional, eles teriam que se aproximar das teorias comportamentais. Ao analisar o IBI do grupo, as referências citadas e o conteúdo dos artigos, pretendo testar essa hipótese. A H3 (*os experimentos de laboratório devem ser mais utilizados em relação aos demais*) diz respeito ao tipo de experimento utilizado e sugere que os experimentos de laboratórios sejam mais recorrentes pelo fato de que a manipulação do tratamento nesses tipos de experimentos é mais flexível.

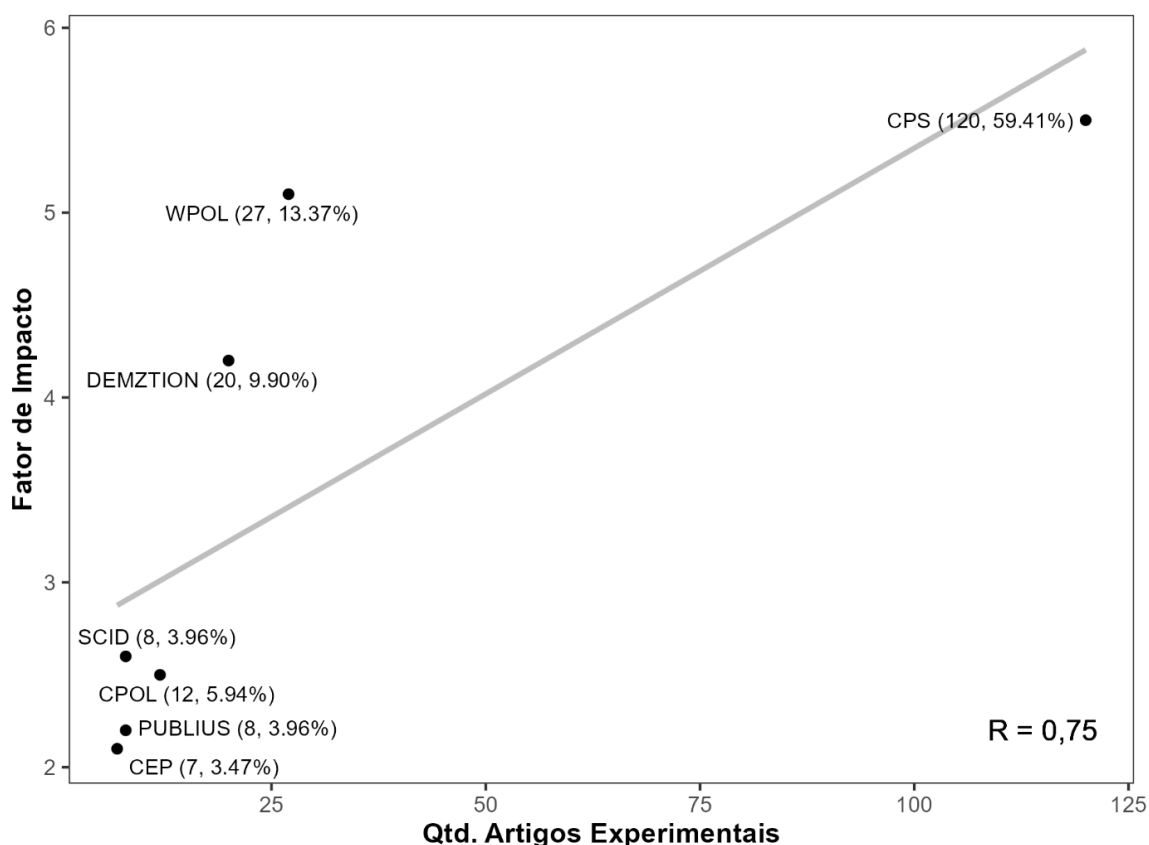
O capítulo se subdivide em duas partes, sendo a primeira focada na análise de conteúdo a partir dos dados bibliométricos. Essa subseção dedica-se, principalmente, a mensurar o teor comportamental da zona cinzenta para rejeitar (ou não) a hipótese nula associada a H2. Logo, essa parte da análise empírica será similar ao capítulo anterior, porém aplicado aos artigos experimentais. Na segunda parte, utilizarei os artigos completos e não apenas os títulos, resumos e palavras-chave. Se o artigo testará suas hipóteses através de estratégias de identificação experimentais, provavelmente isso estará dito no resumo ou mesmo no título, porém as nuances do desenho serão discutidas apenas na seção de metodologia. Dito isso, para melhor compreender o tipo de experimento bem como a utilização dos experimentos de laboratório (H3), faz-se necessário utilizar os artigos completos. Por último, será selecionado cinco artigos experimentais de forma aleatória⁵⁴ para mostrar como as instituições fazem parte dos desenhos experimentais.

⁵⁴ A escolha dos casos em estudos de caso é alvo de debate na metodologia política e existem várias maneiras de sistematizar essa escolha (GERRING, 2006). Uma delas é retirar a intencionalidade do pesquisador e escolher casos de forma aleatória (FEARON & LAITIN, 2008; GOERTZ, 2017).

7.1 Análise bibliométrica e de conteúdo

Inicialmente, precisamos compreender como os artigos experimentais se distribuem entre os sete periódicos que compõem a amostra analisada. A primeira evidência que corrobora com a H2 é o fato de que o CPS, periódico com maior integração comportamental do grupo (cf. Gráfico 4), também é o que mais publica artigos experimentais. O Gráfico 12 abaixo mostra a quantidade de publicações por periódico. CPS é responsável por mais da metade dos 202 artigos contabilizando 120 (59,41%) desenhos experimentais no período de 2010 até 2024. Em segundo lugar, o periódico WPOL com 27 artigos, representando 13,37% dos artigos, seguido pelo periódico *Democratization* com 20 artigos, o que corresponde a 9,9% das 202 obras experimentais. Os outros quatro periódicos apresentaram uma quantidade relativamente menor de artigos: 12 (5,94%) do CPOL; SCID e PUBLIUS empatam com 8 (3,96%); e 7 (3,47%) do CEP. Vale ressaltar que todos os sete periódicos tiveram pelo menos um artigo experimental sugerindo que, mesmo que lentamente, a via experimental também chegou na política comparada e, conseqüentemente, nas explicações institucionais.

Gráfico 12 - Artigos experimentais e fator de impacto

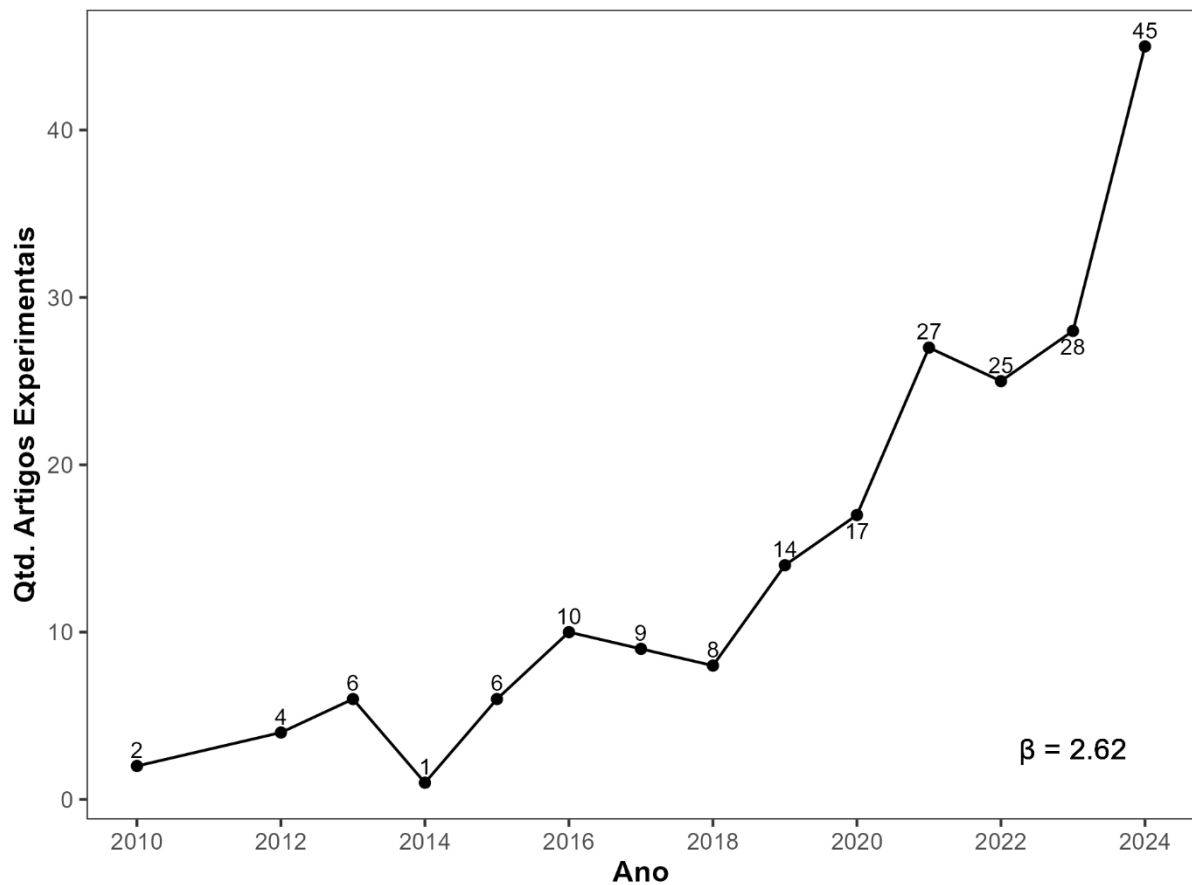


Fonte: o Autor.

O Gráfico 12 também mostra uma relação positiva entre a quantidade de experimentos publicados e o Fator de Impacto. A correlação entre as duas variáveis é de 0,75. Como dito, desenhos experimentais trazem uma qualidade inferencial com foco na validade interna para o desenho de pesquisa, o que, por sua vez, pode trazer mais visualizações e citações para os artigos publicados, elevando o fator de impacto dos periódicos. Por outro lado, autores que utilizam experimentos em suas obras tendem a buscar periódicos com maior fator de impacto para publicação. Em suma, mais de 80% da produção experimental se concentra em três dos sete periódicos estudados e eles são os que apresentam maior fator de impacto.

Podemos, então, constatar que a revolução de credibilidade através da via experimental também chegou no estudo das instituições, porém de maneira mais lenta e influenciada pelo fator de impacto das vias de publicação. O Gráfico 13 mostra como se deu a evolução do uso dos desenhos experimentais ao longo dos 15 anos analisados. Houve um aumento exponencial saindo de 2 artigos no início da série para 45 no final, o que representa um aumento de 2.150%. A taxa linear de crescimento anual foi de 2,62. Apenas a partir do ano de 2015 que os desenhos experimentais sustentaram um padrão consistente nos artigos de política comparada com uma inflexão positiva a partir do ano de 2018. Esse dado corrobora mais uma vez com o fato de que a revolução de credibilidade, através da via experimental, chegou tardiamente nos modelos institucionais, mas chegou. Em 2024 o total de obras publicadas foi de 341, sendo 45 delas experimentais. Isso quer dizer que 13,2% dos artigos publicados nesse ano utilizam dessa estratégia de identificação. O Gráfico 2 mostra dado similar, porém o patamar dos experimentos no APSR e PSQ ultrapassou os 20%.

Gráfico 13 - Evolução experimental



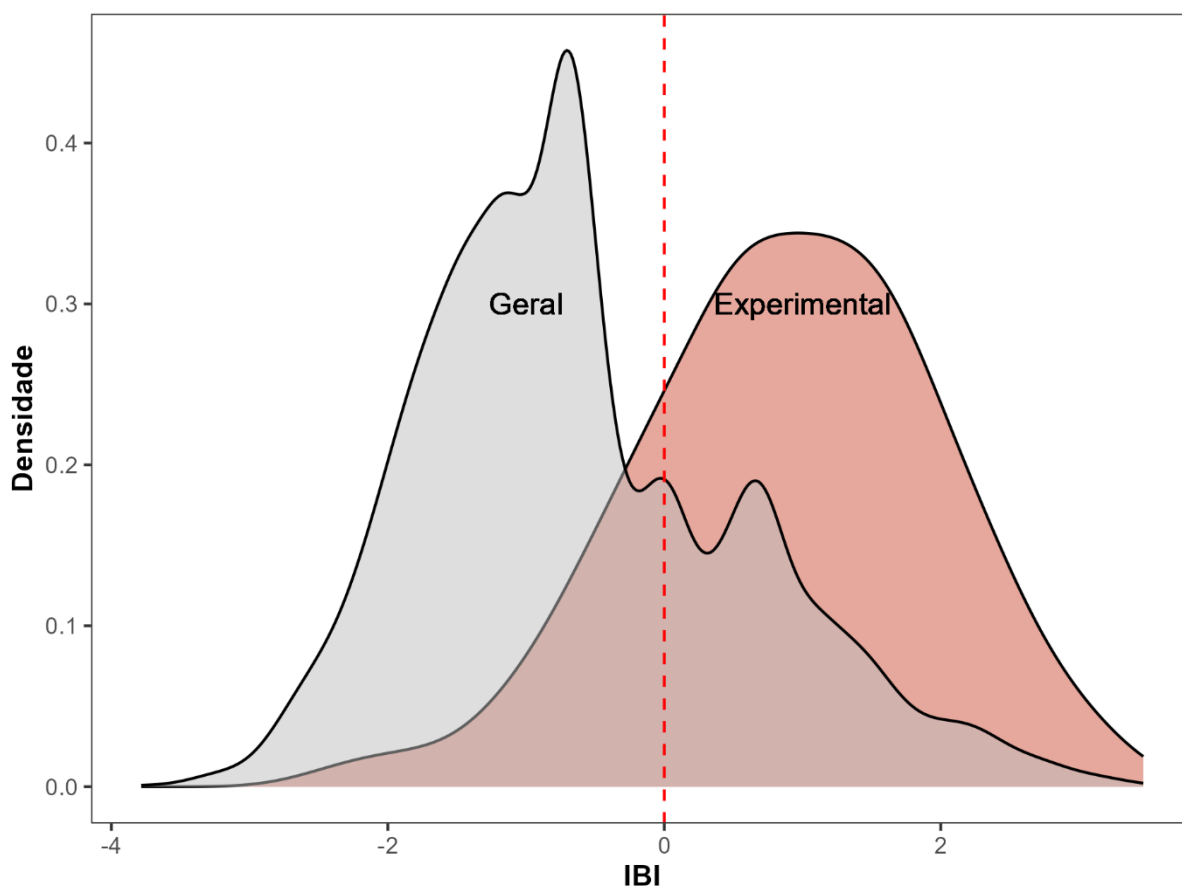
Fonte: o Autor.

A primeira forma de medir o grau comportamental da zona cinzenta é através do IBI. Como dito anteriormente, os títulos das referências citadas são essenciais para mensurar essa métrica. Por essa razão, a utilização da base SCOPUS é indispensável e, dos 202 artigos experimentais identificados no capítulo anterior, 10 não estão presentes na plataforma e serão tratados como dados faltantes. Além disso, a métrica não leva em consideração artigos que não citaram pelo menos uma obra com as palavras *institution*, *behavior*, *behaviour* ou *psych* no título. Outros 9 artigos apresentaram essa característica e saíram da análise do IBI. Dessa forma, 9,4% dos artigos foram excluídos do Gráfico 14 e da Tabela 4 abaixo.

O gráfico abaixo mostra duas distribuições do IBI: em cinza, a geral dos artigos de política comparada; e em vermelho, os experimentais. Podemos observar claramente que a distribuição geral possui maior densidade no lado negativo de IBI, enquanto a distribuição experimental no lado positivo. Essa diferença de IBI mostra claramente que os artigos experimentais são, na média, mais influenciados pela literatura comportamental. Em outras palavras, tal como sugere a H2, para utilizar desenhos experimentais em explicações

institucionais, os pesquisadores precisam “abrir seus quadros teóricos” para adaptá-los às suas perguntas de pesquisa e hipóteses.

Gráfico 14 - Distribuição do IBI (Geral x Experimental)



Fonte: o Autor.

De forma mais precisa, a média do IBI dos artigos experimentais saiu de um patamar negativo, que indica predominância institucional, para 0,88. A mudança comportamental, medido através do IBI, foi de 1,49 quando comparado com a amostra geral, como pode ser visto na Tabela 4 abaixo. Outra métrica que indica a tendência comportamental dos artigos experimentais é o *skewness*. Valores negativos apresentam cauda para o lado direito e, consequentemente, maior densidade no lado esquerdo, e valores positivos, cauda para o lado esquerdo, e maior densidade no lado direito. O *skewness* saiu de 0,61 para -0,29, uma diferença de -0,9. Esses dados mensuram o quanto os artigos experimentais se movimentaram em direção às teorias comportamentais quando mensurados através do IBI.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas do IBI

Amostra	Média	DP	Min	Mediana	Max	Skewness
Experimental	0,88	1,08	-2,4	0,92	3,33	-0,29
Política Comparada	-0,61	1,17	-3,78	-0,69	3,47	0,61
Diferença	1,49	-0,09	1,38	1,61	-0,14	-0,9

Fonte: o Autor

O IBI traz uma visão robusta do grau institucional e comportamental dos artigos ao analisar todos os artigos citados através de uma consulta de dicionário direta. No entanto, a análise das obras mais influentes também caracteriza a influência teórica exercida nos artigos analisados. A Tabela 5 abaixo mostra as publicações que tiveram mais de 10 citações⁵⁵ na zona cinzenta. A mudança no perfil teórico é notória quando comparado à Tabela 3 referente ao *corpus* geral.

A primeira mudança observada é na quantidade de artigos metodológicos que passam a influenciar a produção. A Tabela 3 mostra apenas 1 artigo no top 20 referências mais citadas do *corpus*, porém, quando analisado a parcela experimental, esse número sobe para 3 artigos metodológicos no top 16 sendo em posições elevadas no *ranking*. Curiosamente, apenas um dos três artigos trabalham com desenhos experimentais de forma específica. O mais citado (HAINMUELLER, 2014) fala sobre o uso da técnica quase-experimental de controle sintético como uma alternativa aos modelos de regressão de *large-n* para a política comparada, mais especificamente na comparação de países. O segundo artigo metodológico mais citado discute sobre o problema da validade externa (dificuldade de generalização) dos experimentos de *survey*, mais especificamente os de vinheta e de conjuntos (*conjoint*). Hainmueller *et al.* (2015) contrasta resultados obtidos através dessas técnicas com dados reais de um experimento natural que aconteceu na Suíça. Esse artigo, no entanto, apresenta um nível de concentração muito alto com apenas 0,12 de IS. Mais especificamente, o periódico CPS concentra 15 das 16 citações ele possui. O último artigo metodológico fala sobre mecanismos causais. Imai *et al.* (2011) argumentam que a maioria dos desenhos de pesquisas conseguem mensurar o efeito causal entre duas variáveis, mas falham em compreender os mecanismos escondidos (*black box*) por trás

⁵⁵ Houve onze obras com 9 citações que tornariam a Tabela 5 exaustivamente grande. Por essa razão, optou-se pelo ponto de corte de TC = 10. As referências citadas estão sujeitas a erros de padronização, pois o padrão de citação varia de acordo com as regras editoriais de cada periódico e ano de publicação. Em função disso, o WOS padroniza esse dado para minimizar o erro na identificação das obras mais influentes. Dito isso, os valores de TC não são exatos, mas a correção fina do dado não mudaria o *rank* e uma outra variação de citação de (ZALLER, 1992) apareceu com 10 citações, mas optei por não elevar a referência principal de 16 para 26 – ela foi excluída da tabela, pois não fiz essa limpeza para nenhuma outra obra.

dessa relação. Ainda que o foco não seja em experimentos, os autores fazem contribuições sobre o papel dos mecanismos em estudos randomizados e observacionais.

Tabela 5 - Referências mais citadas dos artigos experimentais

Primeiro Autor	Ano	Título	Fonte	TC	IS
Hainmueller, J.	2014	The Synthetic Control Method as a Tool for Comparative Case Studies	PAN	26	0,48
Hainmueller, J.	2015	Validating vignette and conjoint survey experiments against real-world behavior	PNAS	16	0,12
Stokes, S.C	2013	Brokers, Voters, and Clientelism		16	0,58
Zaller, J.R.	1992	The Nature and Origins of Mass Opinion		16	0,53
Campbell, A.	1960	The American Voter		13	0,53
Leeper, T.J	2020	Does Opinion Research Erode Democratic Responsiveness?	PAN	13	0,61
Stokes, S.C.	2005	Perverse Accountability	APSR	13	0,56
Graham, M.H.	2020	Race and Political Capture	APSR	12	0,63
Taber, C.S.	2006	The Motivated Reasoning Framework	APSR	12	0,51
Wantchekon, L.	2003	Clientelism and Voting Behavior	WPOL	12	0,58
Imai, K.	2011	Unpacking the Black Box of Causal Mechanisms	APSR	11	0,51
Kitschelt, H.	2006	Patrons, Clients, and Policies: Patterns of Democratic Accountability and Political Competition		11	0,64
Posner, D.	2005	Institutions and Ethnic Politics in Africa		11	0,47
Chandra, K.	2004	Why Ethnic Parties Succeed: Patronage and Ethnic Headcounts in India		11	0,44
Habyarimana, J.	2007	Why Does Ethnic Diversity Undermine Public Goods Provision?	APSR	10	0,41
Sniderman, P.M.	2004	Political Ideology and Public Policy	APSR	10	0,63

Fonte: o Autor.

A primeira mudança observada é na quantidade de artigos metodológicos que passam a influenciar a produção. A Tabela 3 mostra apenas 1 artigo no top 20 referências mais citadas do *corpus*, porém, quando analisado a parcela experimental, esse número sobe para 3 artigos metodológicos no top 16 sendo em posições elevadas no *ranking*. Curiosamente, apenas um dos três artigos trabalham com desenhos experimentais de forma específica. O mais citado (HAINMUELLER, 2014) fala sobre o uso da técnica quase-experimental de controle sintético como uma alternativa aos modelos de regressão de *large-n* para a política comparada, mais especificamente na comparação de países. O segundo artigo metodológico mais citado discute sobre o problema da validade externa (dificuldade de generalização) dos experimentos de *survey*, mais especificamente os de vinheta e de conjuntos (*conjoint*). Hainmueller *et al.* (2015)

contrasta resultados obtidos através dessas técnicas com dados reais de um experimento natural que aconteceu na Suíça. Esse artigo, no entanto, apresenta um nível de concentração muito alto com apenas 0,12 de IS. Mais especificamente, o periódico CPS concentra 15 das 16 citações ele possui. O último artigo metodológico fala sobre mecanismos causais. Imai *et al.* (2011) argumentam que a maioria dos desenhos de pesquisas conseguem mensurar o efeito causal entre duas variáveis, mas falham em compreender os mecanismos escondidos (*black box*) por trás dessa relação. Ainda que o foco não seja em experimentos, os autores fazem contribuições sobre o papel dos mecanismos em estudos randomizados e observacionais.

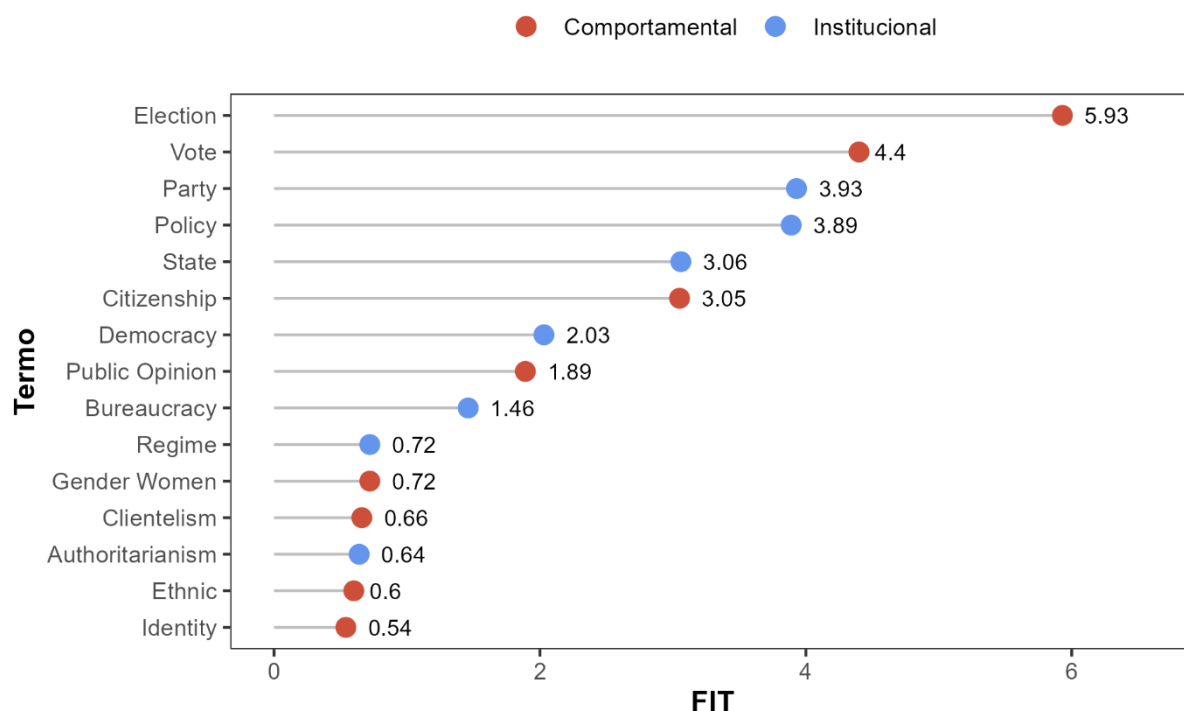
Ainda que apenas um dos artigos metodológicos trabalhe diretamente com experimentos, a lógica experimental está presente nos três. O primeiro trata de um desenho quase-experimental e o terceiro faz críticas construtivas a desenhos randomizados sugerindo estudos de mediação causal (*causal mediation*) para que, além de mensurar o efeito das causas, testem mecanismos causais. Movendo para a influência teórica, duas obras largamente citadas na teoria comportamental possuem destaque dentre as referências mais citadas pelos artigos experimentais: *The Nature and Origins of Mass Opinion* (ZALLER, 1992) e *The American Voter* (CAMPBELL *et al.*, 1960). O primeiro foca em temas relacionados a opinião pública enfatizando sua instabilidade, o que, por sua vez, representa uma fonte clara de viés para as pesquisas de *survey* que podem gerar resultados completamente diferentes (alta sensibilidade) a depender de como as perguntas são feitas. O segundo livro é um dos primeiros a analisar sistematicamente o comportamento eleitoral no nível micro. Similar a Zaller (1992), a obra possui forte contribuição na pesquisa de *survey* e, do ponto de vista teórico, incorpora elementos da teoria comportamental, psicológica e da escolha racional.

Apenas uma referência possui o nome *institution* no título que é o *Institutions and Ethnic Politics in Africa* (POSNER, 2005). No geral, as contribuições teóricas advindas das obras listadas na Tabela 5 possui, claramente, um viés comportamental. No entanto, podemos observar temas que se situam no limite entre as duas teorias podendo ser estudadas tanto pela via comportamental quanto institucional como *political accountability* e clientelismo. A forte evidência da teoria e de temas relacionados ao comportamentalismo na tabela acima é mais uma evidência que corrobora a H2.

Mudando o foco da análise das referências citadas para os títulos, resumos e palavras-chave, o Gráfico 15 abaixo mostra os quinze termos mais fortes mensurados através do FIT. Comparando os resultados com o Gráfico 7 que apresentou quatro temas com características comportamentais, os artigos experimentais dobraram esse valor contabilizando oito temas representados pela bola vermelha. Ademais, dois deles ocuparam o primeiro e o segundo lugar

no *ranking*. Além dos três discutidos anteriormente, apareceram *gender women*, *clientelism*, *ethnic* e *identity*. Volto a ressaltar que esses temas não são exclusivos da teoria comportamental e podem ser estudados por quaisquer tradições teóricas, porém dentre os temas, são os mais passíveis de serem estudados no nível micro do indivíduo.

Gráfico 15 - Top 15 termos nos artigos experimentais



Fonte: o Autor.

O fato de o termo relacionado à gênero, mulheres e cotas ter aparecido no *top 15*, mais especificamente na décima posição é interessante, pois Grose (2014) afirma que as áreas de pesquisa que a interseção entre experimentos e instituições tem mais potencial para acontecer de forma consolidada é, exatamente, no estudo de raça (e gênero), representação política e viés de gênero, raça e etnia no legislativo. Essas evidências também corroboram com a H2 e sustenta o argumento levantado por Grose (2014). O termo *identity* também possui fortes características comportamentais, pois está associado a teoria da identidade social que estuda relações entre grupos sociais, como se organizam internamente e como interagem com indivíduos que não pertencem a seus grupos. Outro ponto importante é que a tríade institucional que ocupou os três primeiros postos do Gráfico 7, qual seja, *state*, *democracy* e *party*, perdeu a primazia para *election*, *vote* e *policy*. Eles representam temas mais flexíveis no que diz respeito ao nível de análise (micro e macro).

Ainda sobre o conteúdo estudado pelos 202 artigos experimentais publicados por periódicos específicos da política comparada, a Tabela 6 abaixo mostra o resultado de um modelo de tópicos (*topic model*) calculado através de uma *non-negative matrix factorization* (NMF). Esse método foi preferível em relação ao conhecido *latent dirichlet allocation* (LDA), pois para textos pequenos, como resumos de artigos, NMF é mais eficaz (SCHAEFERMEIER *et al.*, 2021). Como *input*, fornecemos a *word-document matrix* que é uma matriz de contingência de cada palavra por artigo. A partir do algoritmo de Lee (LEE & SEUNG, 2001), a NMF gerou uma segunda matriz com pesos não-negativos de cada termo (nas linhas) para cada tópico (colunas). Ao colocar cada tópico em ordem decrescente, identificamos os *top* termos que mais contribuem para cada tópico. O Quadro 2 abaixo mostra esse resultado evidenciando os cinco termos que mais contribuem para cada tópico. Estes foram nomeados a partir dos *top* termos.

Quadro 2 - Tópicos estudados pelos artigos experimentais (NMF)

Democracia e Participação	Opinião Pública	Atitudes e Identidade Social	Regime e Fraudes
political	support	attitudes	regime
democratic	public	toward	authoritarian
politics	opinion	survey	fraud
effects	executive	identity	elections
participation	survey	cooperation	support
Cooperação Internacional	Estado e Reforma	Gênero	Partidos Políticos
aid	state	women	party
government	pride	candidates	parties
foreign	democracy	gender	partisan
politicians	survey	politics	cues
legitimacy	reform	experiment	evidence
Eleição e Clientelismo	Políticas Públicas	Total	
voters	policy	political	
electoral	preferences	survey	
vote	social	support	
clientelism	policies	experiment	
elections	survey	state	

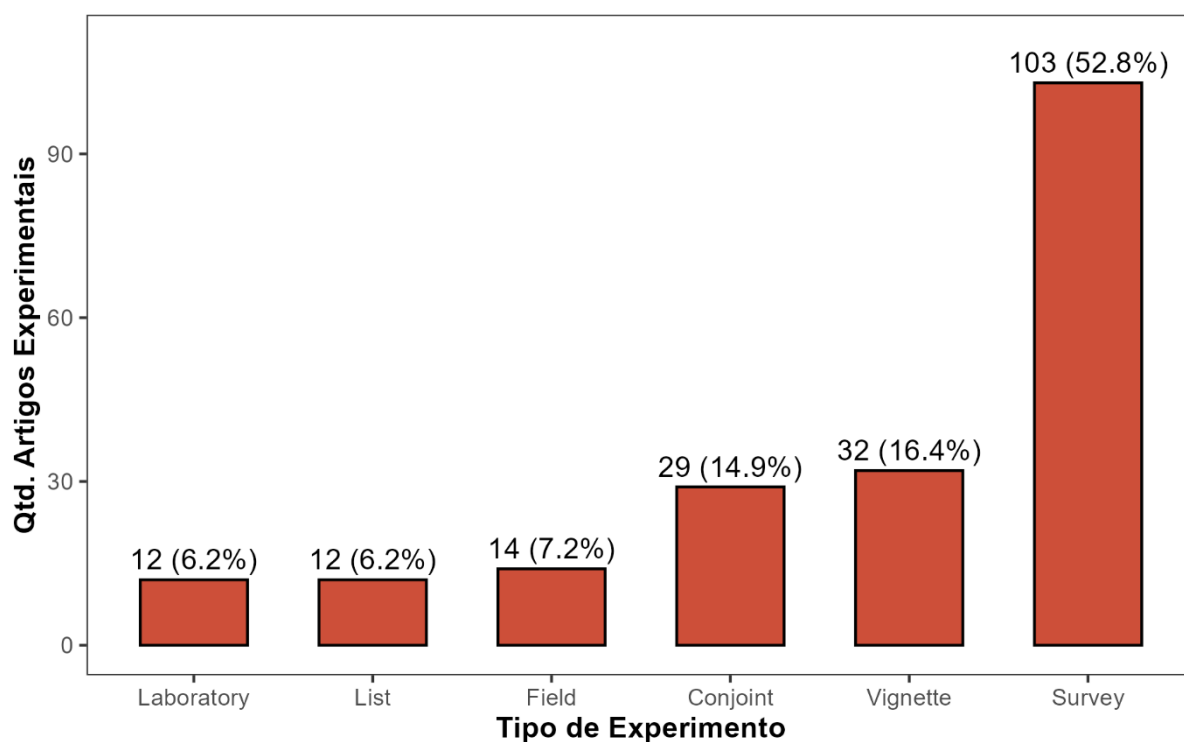
Fonte: o Autor.

Primeiramente, analisemos a última coluna do quadro acima que mostra os termos que mais contribuíram na solução encontrada pela NMF. Três temas destacam-se: *political support*; *survey experiment*; e *state*. Esse resultado nos dá uma visão do tipo de experimento mais utilizado pelos artigos institucionais que, diferente do que a H3 sugere, seriam os experimentos de *survey*. Esse tipo de desenho experimental é largamente utilizado na pesquisa comportamental, além de ser relativamente mais acessível em relação aos experimentos de campo e de laboratório. O termo institucional *state* que ocupou a quinta posição no Gráfico 15, aparece em destaque no resultado da NMF.

7.2 Estudo de casos experimentais

Esta subseção dedica-se ao estudo mais aprofundado de uma amostra aleatória de artigos experimentais. Primeiramente, vamos classificar o tipo de experimento que cada um dos 202 artigos utiliza analisando as seções de resumo, introdução e metodologia. Com essa identificação, pretende-se adentrar nas nuances do que foi visto de maneira global na subseção anterior. De forma direta, ao classificar os tipos de experimento, a H3 será automaticamente testada, isto é, se os experimentos de laboratório seriam mais utilizados em função da facilidade que esse desenho dispõe de manipular regras. O resultado da NMF apresentado no Quadro 2 já sugere que experimentos de *survey* devem ter primazia, provavelmente em decorrência da facilidade de implementação desse desenho em relação aos experimentos de campo e de laboratório. Dito isso, serão selecionados três artigos para serem analisados de maneira mais descritiva. Para tanto, será escolhido aleatoriamente um experimento de campo, um experimento de laboratório e um experimento de *survey*. A identificação prévia dos tipos de experimentos de cada um dos 202 artigos identificados é essencial para a extração dessa pequena amostra.

Gráfico 17- Distribuição dos artigos por tipo de experimento



Fonte: o Autor.

O resultado da identificação dos tipos de experimentos pode ser visto no Gráfico 17 acima. O total de artigos analisados foi de 195 que corresponde a 96,5% das 202 obras experimentais identificadas anteriormente. Os sete artigos faltantes não estavam disponíveis nas plataformas do Periódicos Capes, na Academia.edu e nem no ResearchGate. Foi enviado e-mails para os autores desses artigos, mas não obtive resposta. Os periódicos das sete obras foram: 3 do *Comparative European Politics*; 3 do *Democratization*; e 1 do *Comparative Politics*. Vale ressaltar que alguns artigos combinaram dois tipos de experimentos diferentes, mais especificamente houve três artigos que combinaram experimentos de laboratório e de *survey* e um que combinou experimento de campo e de *survey*.

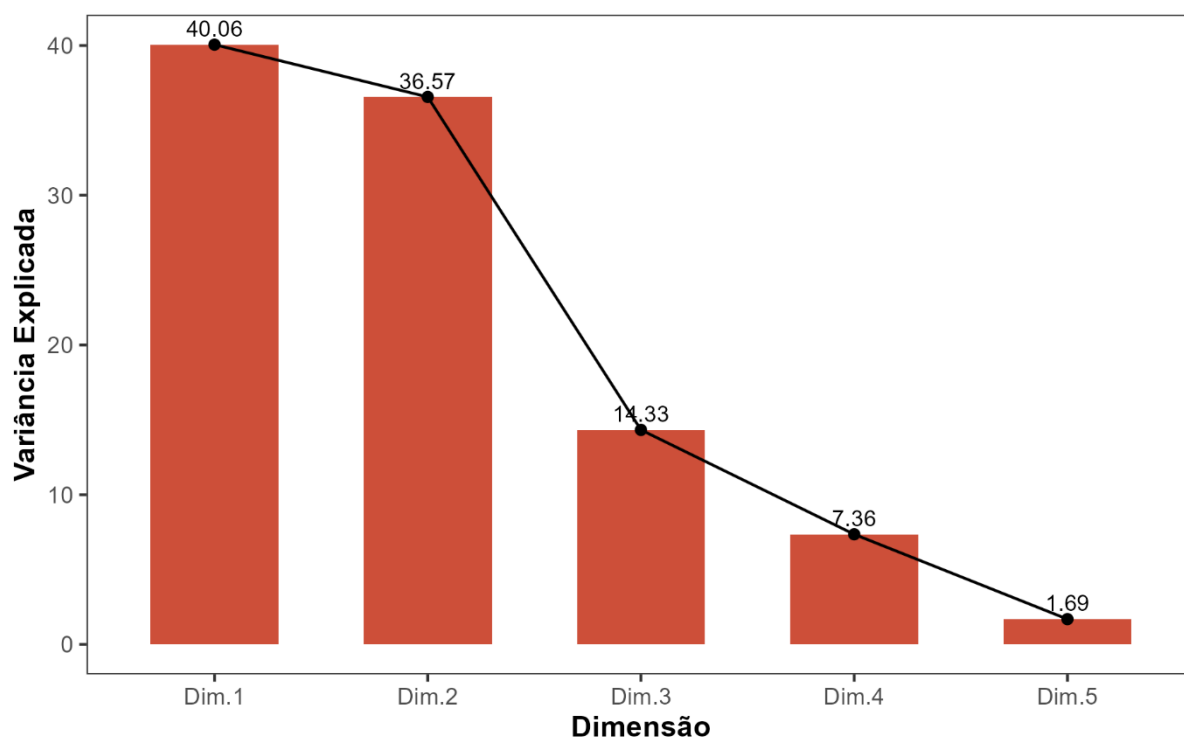
A preponderância dos experimentos de *survey* é notória corroborando com o resultado da NMF no Quadro 2. Os experimentos de *conjoint*, de Vinheta e de Lista também são variantes dos experimentos de *survey*, mas foram separados para melhor compreensão dos tipos de estratégias adotados. Se considerarmos esses três tipos como *survey*, a quantidade de artigos subiria de 103 (52,8%) para 173⁵⁷ (88,7%). Esse resultado falha em rejeitar a hipótese nula da H3, portanto, os experimentos de laboratórios não se tornaram a estratégia dominante para estudar instituições tal como sugere Plott (1986; 1991).

Ainda que com baixa adesão, os experimentos de laboratório e de campo ocorrem e são utilizados nos artigos de política comparada. Dos 195 artigos analisados, 14 (7,2%) são experimentos de campo e 12 (6,2%) são de laboratório. Em suma, a zona cinzenta existe, possui influência mesclada de teorias institucionais e comportamentais e existe um monopólio claro quanto ao tipo de experimento adotado. Como dito, experimentos de *survey* são menos custosos em relação aos de laboratório e de campo e, talvez, esse padrão se repita se analisarmos um periódico puramente experimental ou comportamental.

Antes de adentrar na amostra aleatória, vamos analisar a relação entre os tópicos encontrados pela NMF e a codificação manual dos tipos de experimentos. Como resultado, a NMF retorna o peso que cada termo incide sobre cada tópico (Quadro 2) e uma matriz com os pesos de cada tópico em cada *paper*. Estes serão classificados de acordo com o tema que possui mais peso. O Gráfico 18 e 19 abaixo são referentes à Análise de Correspondência entre a variável tema (NMF) e o experimento identificado.

⁵⁷ Não podemos simplesmente somar os valores das barras do Gráfico 17, pois existem artigos que adotaram mais de um tipo, dessa forma, estaríamos contando o mesmo artigo duas vezes para cada tipo de experimento.

Gráfico 18 - Screeplot da Análise de Correspondência entre temas (NMF) e tipos de experimentos



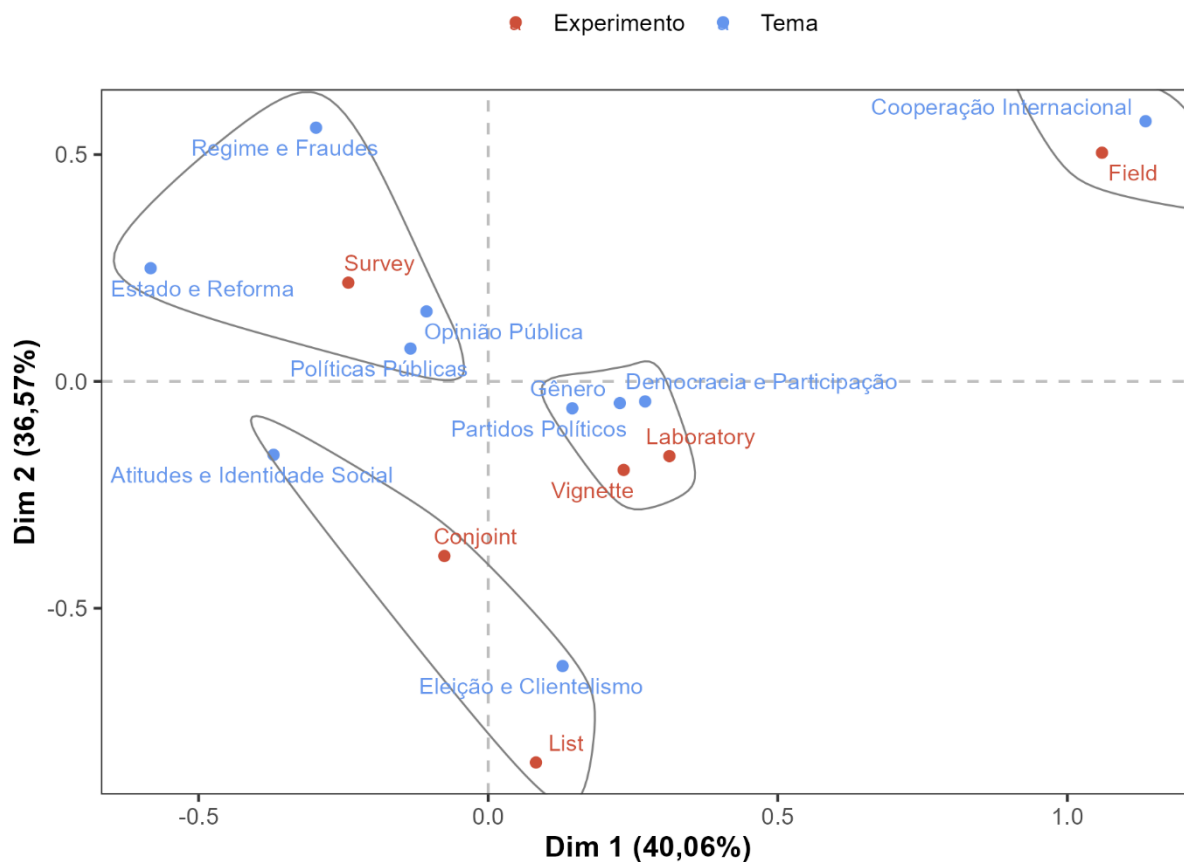
Fonte: o Autor.

O gráfico acima é o *screeplot* da análise de correspondência do Gráfico 19. A partir dele podemos analisar a proporção da variância explicada por cada dimensão. As duas primeiras dimensões explicam 76,63% da variação total e a adição da terceira dimensão não contribui de forma substancial para análise. Podemos então confiar no *biplot* abaixo para analisar a relação entre as duas variáveis categóricas, quais sejam, tipo de experimento e tema (NMF).

O Gráfico 19 mostra o resultado da análise de correspondência posicionando os tipos de experimentos e os temas identificados através da técnica NMF. Optei por separar os experimentos de lista, vinheta e *conjoint* dos experimentos de *survey* para conferir maior variância aos dados analisados. Na análise de correspondência não podemos mensurar a distância dos pontos através das distâncias euclidianas, pois a métrica mostra uma aproximação espacial que não advém de uma matriz de distâncias e nem de variáveis quantitativas, porém, podemos fazer uma análise de agrupamentos analisar diferenças entre grupos. Os círculos no Gráfico 19 representam a identificação de quatro⁵⁸ grupos através do método de Ward que busca minimizar a variância das observações dentro de cada grupo (Ward 1963).

⁵⁸ O método de Ward não exige que o pesquisador saiba a quantidade de grupos a priori.

Gráfico 19 - Análise de Correspondência entre temas (NMF) e tipos de experimento



Fonte: o Autor.

No gráfico acima podemos observar como os tipos de experimentos se relacionam com os temas encontrados através da NMF. O grupo mais afastado relaciona os experimentos de campo com o tema de cooperação internacional (*foreign aid*). Os demais temas e desenhos estão mais próximos do centroide do *biplot* acima. Como dito, os experimentos de *survey* foram divididos em *survey*, *conjoint*, *list* e *vignette* e eles compõem grupos distintos. A técnica experimental dominante, qual seja, *survey* (cf. Gráfico 17) está associada aos temas de Regimes e Fraudes, Estado e Reforma, Políticas Públicas e Opinião Pública. Por causa de sua abrangência, quatro dos dez temas estão próximos aos experimentos de *survey*. Dois, dos três temas identificados como mais institucionais também estão nesse *cluster* (Estado e Reforma e Regime e Fraudes). Os experimentos do tipo *conjoint* e *list* estão mais conectados com os temas de Atitudes e Identidade Social, e, Eleição e Clientelismo. Por último, e mais próximo do centroide, temos os experimentos de laboratório e de vinheta. Eles estão conectados com temas relacionados a Gênero, Democracia e Participação e Partidos Políticos. Ressalto que essa análise não é determinística, mas sim relacional.

Seguindo para a amostra aleatória de três artigos, sendo um com experimento de campo, um com experimento de laboratório e um com experimento de *survey*: temos o seguinte resultado: *Countering violence against women by encouraging disclosure: a mass media experiment in rural uganda* (Experimento de Campo); *Explaining variation in broker strategies: a lab-in-the-field experiment in Senegal* (Experimento de Laboratório); e *Benefits by luck: a study of lotteries as a selection method for government programs* (Experimento de Survey).

Countering violence against women by encouraging disclosure: a mass media experiment in rural uganda

O primeiro artigo a ser analisado se trata de um experimento de campo realizado na Uganda em 2016 (GREEN *et al.*, 2020). O objetivo dos autores é compreender o efeito de campanhas midiáticas nas atitudes e comportamentos dos indivíduos no que diz respeito a violência contra a mulher. No que concerne aos debates teóricos realizados ao longo do artigo, a prevalência comportamental e psicológica é evidente. A pergunta de pesquisa que norteia a análise é: por quais razões os indivíduos que sofrem ou presenciam violência contra mulher não delatam esse comportamento para as autoridades? Há várias perspectivas teóricas que podem ser abordadas para responder essa pergunta e os autores levantam algumas delas.

Do ponto de vista institucional, se argumenta que a estrutura política e legal que as comunidades estudadas da Uganda podem influenciar na probabilidade de crimes contra mulher serem delatados. O papel da polícia é posto em xeque, pois na zona rural, postos policiais são escassos e a grande maioria dos respondentes nas análises de *survey* que aconteceram antes e depois da intervenção não denunciariam essas práticas para a polícia. Além disso, no que diz respeito a estrutura política local, todas as comunidades possuem um líder chamado de *local council* e representantes das mulheres na comunidade chamadas de *Nabakyalas*. A confiança dos indivíduos nesses líderes são maiores do que na polícia e a chance de denúncia para eles, por consequência, também é maior. Os autores ressaltam que, apesar da liderança política local ser, tipicamente, conservadora, a objeção dela no que se refere à violência contra mulher superior quando comparada a média da população.

A parte institucional do artigo se limita a essa discussão. Ou seja, o fato de analisar outro país conduz o autor a explicar o contexto e as instituições que possuem o potencial de influenciar a relação entre as variáveis estudadas. O experimento em si, não manipula

características institucionais, no entanto, um dos resultados mensurados é a predisposição dos indivíduos em reportar o crime contra a mulher para as autoridades locais.

O experimento é considerado de campo, pois o tratamento é a exposição à filmes de curta-metragem (4-8 minutos) que abordam o tema da violência contra a mulher de maneira enfática em um festival de filmes conhecidos como *bibanda*. O estudo mobilizou 112 vilarejos dos quais 110 responderam os *surveys* subsequentes para mensuração dos efeitos. O grupo de tratamento foi exposto a pelo menos um de uma sequência de três filmes: 1) mulher sofrendo violência severa do marido e um vizinho escuta os gritos, mas não denuncia; 2) o funeral da mulher do primeiro filme e notícia que não só vizinho sabia da violência, mas também a filha e os pais; 3) uma mulher que também sofre violência doméstica, mas diferente do primeiro filme, ela resolve falar com os pais, e estes resolvem intervir e compartilhar a informação de violência com a líder *nabakyala* local. Esta visita a comunidade para promover orientações sobre violência contra a mulher. O filme termina com o casal em uma situação visivelmente melhor.

Além do vídeo sobre violência contra mulher, existiram duas outras sequências de três filmes abordando temas não relacionados à violência, quais sejam, aborto e o problema da abstenção de professores. Além disso, o controle puro⁵⁹ consiste na não exposição de nenhum filme, apenas os filmes do próprio festival. Do ponto de vista do desenho experimental, o autor dialoga com a teoria do *vicarious learning* (BANDURA 2004 *apud* GREEN *et al.*, 2020) que diz que os indivíduos mudam sua forma de responder a certas situações sociais não apenas pela experiência própria, mas também pela observação da experiência vivida por terceiros. Além disso, essa mudança de comportamento pode acontecer através da observação de experiência dramatizada em filmes. Outra teoria que o autor dialoga diretamente é a do *common knowledge* (SCHELLING 1960 *apud* GREEN *et al.*, 2020) que diz respeito sobre experiências compartilhadas. Como o tratamento é exposto em campo, isto é, em um festival para a comunidade inteira (que foram ao festival), e não em um questionário isolado, o indivíduo sabe que várias outras pessoas estão recebendo aquele estímulo também e isso, por sua vez, potencializa o efeito do tratamento no comportamento do indivíduo.

Quanto aos resultados, os autores diferenciam atitudes e percepção de normas sociais. As atitudes sobre violência contra mulher é algo enraizado em valores morais, enquanto percepção de normas está relacionado à crença de que a vítima ou os vizinhos vão denunciar o ato. Em outras palavras, existe uma distinção entre compreender a violência como algo certo

⁵⁹ Há vários tipos de controle e o termo controle puro se refere à ausência de qualquer tipo de exposição.

ou errado e o ato de denunciar. Os experimentos revelaram que a exposição à vídeos educativos aumentam a probabilidade de denúncia e diminui a violência em si, pois os agressores acreditam que podem ser delatados. Em contrapartida, a atitude (valores morais) não sofre impacto significativo.

Visando aumentar a validade dos resultados, os autores analisam os resultados a partir de *survey* que não estão diretamente conectados com o experimento em si para evitar o *Howthorne Effect* mencionado acima. De modo geral, esse artigo dialoga apenas com teorias comportamentais e traz questões institucionais *en passant* apenas para expor o contexto em que o caso está inserido. No entanto, os autores analisam o efeito do tratamento na probabilidade de exposição para as diferentes autoridades (pais, líder feminina e *local council*). A palavra “*institution*” aparece no artigo apenas uma vez referindo-se que novas instituições e o Estado pode intervir com o objetivo de mudar as atitudes dos indivíduos para com a violência contra a mulher.

Explaining variation in broker strategies: a lab-in-the-field experiment in Senegal

O segundo artigo utiliza uma variação de experimento de laboratório que mistura com elementos de experimentos de campo (GOTTLIEB, 2017). Chamados de *lab-in-the-field* (laboratório no campo), esse desenho experimental busca substituir o ambiente “fictício” de um laboratório pelo mundo real e substituir participantes que não possuem relação direta com o contexto analisado (e.g. estudantes universitários) por pessoas que estão de fato envolvidas no processo. Para uma análise mais detalhada sobre esse tipo de experimento, conferir Eckel e Londono (2021). O objetivo do artigo é avaliar a dinâmica entre *brokers* (mediadores políticos) e eleitores no contexto de uma eleição clientelista. A autora argumenta que está analisando uma instituição informal e como a estratégia utilizada pelos *brokers* varia em função de variáveis contextuais. Em relação ao artigo anterior, podemos considerar que esse artigo está mais envolvido com teorias institucionais analisando e manipulando o contexto de maneira mais direta. Como argumentado anteriormente, os experimentos de laboratório permitem maior controle do ambiente (regras, instituições e contexto) do que outros tipos de experimento.

O artigo possui a seguinte pergunta pesquisa: em que condições *brokers* vão escolher uma das três estratégias (punitiva, recíproca ou persuasiva)? Para angariar votos, o mediador político pode utilizar das estratégias punitivas, que consiste em ameaçar os eleitores, para angariar votos ou apoio político. A estratégia recíproca é quando o *broker* oferece algum bem

em troca do apoio. Por último, a estratégia persuasiva é aquele em que o *broker* tenta convencer os eleitores, através de ideias, a apoiar um determinado candidato. Para responder essa pergunta, a autora vai analisar o caso do Senegal que a literatura aponta como sendo uma democracia com fortes características clientelistas. Esse caso é relativamente importante para testar o argumento, pois a função dos mediadores políticos é mais relevante em contextos clientelistas, pois o partido não precisaria mobilizar lideranças locais caso o voto fosse conquistado apenas através de ideais políticos, posição em temas nacionais e mundiais e posicionamento político.

Além de a própria estrutura política da relação entre partido, candidato, *broker* e eleitor consistir em uma instituição informal, a autora argumenta que as três estratégias possuem distintas probabilidades de serem adotadas a depender do contexto. Deste modo, o artigo traz questões institucionais e contextuais para a análise teórica e metodológica. Mais especificamente, a estratégia persuasiva é preferível, pois o custo dela é baixo em relação as outras duas. No entanto, a escolha da estratégia ocorre em função da competição para seleção do *broker*, da independência financeira dele em relação aos eleitores e do alinhamento político entre *brokers* e *voters*. A estratégia ótima de persuasão ocorre quando o candidato apoiado pelo mediador é o mesmo (ou possui mesma ideologia política) do eleitor. Quando isso não ocorre ou não está claro, mediadores com independência financeira (não é apenas sobre o tamanho da riqueza, mas sim sobre sua dependência – ou não – para com os eleitores) vão preferir a estratégia punitiva. Por sua vez, quando há dependência financeira, a estratégia dominante seria a recíproca. Quanto à competição de seleção, quanto mais pessoas puderem atuar como *broker*, maior a chance de ele não utilizar a estratégia punitiva. Essa complexa relação teórica são os componentes para o experimento de laboratório que segue.

Uma característica importante do contexto eleitoral de Senegal é que, tipicamente, *brokers* são os líderes das comunidades ou os líderes religiosos, chamados de *marabout*. Há casos que eles próprios escolhem a identidade do *broker* (baixa competição) e há casos em que o *broker* é escolhido por um grupo maior de representantes (alta competição). Aqueles que escolhem ou elegem o *broker*, no contexto desse artigo, é chamado de *selectorate*. A autora utiliza três potenciais grupos religiosos que possuem variações identificáveis no nível de riqueza e no tamanho do *selectorate*: Toucouleur (baixa autonomia econômica e baixa competição); Mouride (elevada autonomia econômica e baixa competição); e Diola (autonomia econômica intermediária e alta competição).

O experimento de laboratório no campo é realizado em 48 comunidades senegaleses e, para cada comunidade, foram escolhidos 16 participantes através de amostras aleatórias estratificadas para jogar o experimento, além do *broker* que não participou presencialmente. O

jogo consiste em apenas uma rodada de eleição em que o resultado precisa ser coordenado para que os jogadores ganhem algum prêmio (dinheiro local). De forma simples, os eleitores tinham duas opções: X ou Y. X é a melhor escolha para o eleitor e Y é a melhor escolha para o mediador político. Para que os prêmios relacionados a X ou Y sejam dados aos jogadores, a coordenação mínima necessária foi de 75% (12 votos), caso nem X, nem Y obtivessem os 75%, nenhum prêmio seria dado. A coordenação, segundo a autora, foi um instrumento necessário para evitar *free riders* que escolheriam X independente de qualquer contexto. Além disso, a coordenação faz com que o eleitor pense não apenas em seu voto, mas também no dos outros jogadores, o que aumentou o nível de realismo do experimento em relação às eleições reais.

Um tratamento foi distribuído aleatoriamente para metade das comunidades sobre o anonimato do voto. Esse tratamento serviu para analisar as motivações pelas quais um eleitor votaria na escolha que beneficia o *broker* em detrimento da sua. A certeza do anonimato muda a equação do eleitor, pois o medo de votar contra ele e ser descoberto existe, mesmo nas eleições reais. Desse modo, ao manipular a percepção em torno dessa regra (eleições secretas), a autora pode entender melhor as motivações do eleitor na escolha do voto. Para manipular as características do *broker* (competição e independência econômica), foi utilizado o censo senegalense para identificar o grupo religioso majoritário da vila e questionários para o líder da vila, os 16 jogadores e o próprio *broker*.

Para inferir sobre a estratégia do *broker* – punitiva, recíproca ou persuasiva – a autora manipula o anonimato da eleição e o jogo de coordenação em que existe uma opção ótima para o eleitor (X). A combinação vencedora deve depender do grupo religioso majoritário da comunidade da qual o *broker* faz parte. O grupo religioso Diolo possui maior competição na escolha do intermediador e, quando esse é o caso, os eleitores percebem que suas preferências se alinham às preferências dos *brokers* e, de fato, a escolha ótima para eles (X) foi vencedora. A estratégia punitiva é observada a partir de uma combinação entre o tratamento de anonimato da eleição e o voto na estratégia não-ótima para o eleitor (Y). Em outras palavras, na condição de eleições explicitamente secretas, o eleitor votaria em Y se tivesse medo de alguma sanção imposta pelo *broker*. Esse padrão foi observado no grupo Mouride que são economicamente mais autônomos e a eleição para escolha do *broker* é pouco competitiva. Quanto a estratégia de reciprocidade, foi necessário perguntar aos participantes, através de pesquisa de *survey* se ele já tinha recebido alguma transferência direta do *broker*. A hipótese é que se o participante já tivesse recebido algum tipo de bem do mediador político, a chance de ele votar na opção ótima para o *broker* (Y) seria maior. A autora observou que a estratégia de reciprocidade só se converte em voto pró mediador se o tratamento de anonimato estiver ausente.

A complexidade de um experimento de laboratório é notória, mas fica claro que o pesquisador possui muitos mecanismos de manipulação a sua disposição. Nesse caso específico, foi analisada uma instituição informal de forma detalhada em que a autora conseguiu analisar diversas questões contextuais e estratégicas. Ainda que esse tipo de desenho experimental tenha sido o menos utilizado pelos estudos institucionais, as vantagens no que diz respeito ao potencial de manipulação de contexto e regras é evidente.

Benefits by luck: a study of lotteries as a selection method for government programs

O último artigo analisado utiliza um experimento de *survey* com amostra nacionalmente representativa para avaliar o apoio às políticas públicas distribuídas através de processos aleatórios – *lotteries* (BUENO *et al.*, 2024). Diferente dos outros dois, o experimento não é o único desenho de pesquisa utilizado pelos autores, pois eles utilizam uma estratégia multimétodo agregando quase-experimentos e entrevistas qualitativas ao experimento de *survey*. Eles utilizam o caso do Brasil e a política Minha Casa Minha Vida (MCMV) para testar suas hipóteses. Pela natureza desta tese, explanarei apenas o desenho experimental do artigo, mas ressalto que a estratégia multimétodo elevou a qualidade dos resultados, bem como evidenciou possíveis mecanismos que dão sentido aos achados empíricos.

De forma simples, os autores estão interessados nas regras de distribuição de políticas públicas. Em um contexto de recursos escassos e em que a demanda é maior do que oferta, os mecanismos pelos quais o governo oferecerá a política pública ao povo é de suma importância. Teoricamente, o debate é situado na famosa colocação de Lasswell: *politics is about who gets what, when, and, how* (LASSWELL, 1936); e na análise de políticas públicas. No entanto, os autores afirmam que existe um *gap* empírico no que diz respeito ao impacto do mecanismo de distribuição de políticas através das *lotteries* na opinião pública. Objetivando suprir esse *gap* eles analisam a aceitação do público desse método em relação a outros (e.g. distribuição por necessidade ou por fila).

De modo geral, os autores mostram que o apoio popular ao mecanismo de distribuição aleatória de políticas públicas não é bem aceito. As *lotteries* são justas por natureza, já que são aleatórias, elas impedem práticas clientelistas levam a distribuição ineficiente e injusta de benefícios (RIZZO 2020 *apud* BUENO *et al.*, 2024). Mesmo assim, o público acredita que esse método falha em alcançar as pessoas que realmente precisam da política. Para chegar a essa conclusão, os autores comparam os potenciais beneficiários que foram selecionados e que não

foram selecionados para acessar o viés de seleção na avaliação da política. Isto é, aqueles que foram sorteados tendem a avaliar melhor o método de loteria do que os não selecionados. Essa é a parte quase-experimental (ou experimento natural) do artigo devido à atribuição aleatória da distribuição da política feita pelo próprio governo. Depois, através de entrevistas qualitativas os autores puderam acessar a natureza da insatisfação do método. O público acredita que outros métodos poderiam distribuir o recurso público, que nesse caso são as casas construídas através do programa MCMV, para pessoas que realmente necessitam ou que estão esperando a mais tempo. Por último, e mais relevante para esta tese, o autor compara a opinião pública da distribuição de políticas através de loterias com outros métodos de distribuição a partir de um experimento de *survey*.

O experimento de *survey* em larga escala com uma amostra de 2.000 pessoas conferiu maior validade aos achados do quase-experimento que analisou apenas os participantes da política pública. O *survey* permitiu expandir a amostra para avaliar a opinião pública geral. A aplicação do questionário ocorreu em 2022 e foi presencial (*face-to-face*). Mais especificamente, os autores realizaram um experimento de vinheta mostrando um texto comum para todos os participantes e atribuindo aleatoriamente o tratamento (tipo de seleção de beneficiário) dividindo a amostra em três grupos. O texto comum apresenta a política pública de moradia em que o governo distribui casas para famílias que recebem menos do que um salário-mínimo, e, adverte os entrevistados que a demanda foi maior do que a oferta necessitando um mecanismo de seleção de beneficiários. Um grupo recebeu o tratamento *need-only* que prioriza famílias mais pobres. Outro grupo recebeu o tratamento *queue* (fila) que privilegia aqueles que se inscreveram primeiro. Por último, o tratamento *lottery* é o foco analítico dos autores.

O resultado do experimento mostrou que as pessoas acham que a distribuição aleatória do benefício é menos justa e menos eficiente do que as outras duas. Além disso, as loterias diminuem o apoio geral à política pública. O efeito de limitar práticas clientelistas não foi significativo quando comparado com os outros dois grupos. Esse artigo é um excelente exemplo que corrobora com a H2 dessa tese (*desenhos experimentais respondem perguntas que estão na interseção entre teorias comportamentais e institucionais*). Os autores estão analisando uma instituição, qual seja, regras de distribuição de políticas públicas e trazem a literatura comportamental para mensurar o efeito de diferentes instituições na percepção e opinião pública dos eleitores.

Os três artigos analisados foram escolhidos de forma aleatória para evitar o problema de *cherry picking* (FEARON & LAITIN, 2008; GOERTZ, 2017) escolhendo casos que

corroboram o argumento proposto. Pelo contrário, o experimento de campo analisado é um caso de um artigo majoritariamente comportamental que provavelmente foi publicado em um periódico comparativo por analisar outro país. Isso mostra que a relação entre política comparada e análise institucional, apesar de exaustivamente explorada na primeira parte empírica da tese não é algo trivial. Os outros dois artigos, no entanto, evidenciaram que os experimentos de laboratórios conseguem adicionar um grau de complexidade maior e manipular regras e contexto de maneira eficiente, e o experimento de *survey*, apesar de fazer manipulações mais simples, conseguiu acessar o efeito de diferentes regras sobre a opinião pública concatenando teorias institucionais e comportamentais.

8 Conclusão

Esta tese buscou compreender a relação entre pesquisas institucionais e desenhos experimentais. Reflexões metodológicas sobre o problema da endogeneidade inerente às instituições em função do contexto em que estão inseridas defendem que o processo de identificação e, por conseguinte, o tipo de inferência mais adequada é diferente das demais áreas da Ciência Política. A busca pela precisão na mensuração dos efeitos das causas teria um papel secundário (ou inadequado) quando as instituições estão presentes no modelo explicativo. Deste modo, analisar diferentes mecanismos em ação, aprofundar-se em casos específicos e compreender a complexa interação entre configurações causais seria a norma a ser seguida pelos institucionalistas.

De fato, o processo pelo qual as instituições se criam, mudam e interagem com os indivíduos está longe de ser algo simples, direto ou universal. Uma mesma instituição (e.g. presidencialismo) situada em locais (contextos) diferentes pode gerar processos causais totalmente distintos. Elas se moldam às necessidades de diferentes realidades tornando-se únicas. Esse processo torna a pesquisa no campo da política comparada em algo desafiador. Mais diretamente, alguns chegam a questionar se uma ciência da política comparada seria possível (PRZEWORSKI, 2009).

Apesar dos problemas metodológicos inerentes às instituições, para a Ciência Política, elas não podem ser deixadas de lado. A equação fundamental da Política criada por Plott (1991) diz que os fenômenos sociais (ou políticos) são função do produto das preferências dos agentes, suas crenças e as instituições. Além disso, o estudo das regras e normas sociais está presente na disciplina desde o seu nascedouro, época em que a função do cientista político era descrever instituições em diferentes contextos (velho institucionalismo). No decorrer dos anos, houve momentos em que os estudos das instituições perderam saliência e uma onda comportamental com foco no individualismo metodológico adentrou na disciplina. A Ciência Política contemporânea, no entanto, está situada entre explicações institucionais e comportamentais muitas vezes ocupando mesas separadas, tanto teóricas (ALMOND, 1988) quanto inferenciais (REZENDE, 2023).

Essa condição fundamental da ciência política em que há avanços metodológico exponenciais e, ao mesmo tempo, as instituições não podem ser abandonadas dos modelos explicativos, gera um fenômeno que Rezende (2015a) nomeia de Pluralismo Inferencial. De forma simples, com os avanços metodológicos e tecnológicos de um lado, e a dualidade teórica do outro, os pesquisadores de diversas subáreas da Ciência Política acabam por gerarem um

leque diversificado de desenhos de pesquisa que conseguem acessar tanto os efeitos das causas, quanto a causa dos efeitos (GOERTZ & MAHONEY, 2012).

Nesse sentido, a Teoria do Pluralismo Inferencial sugere que explicações institucionais estarão associadas a pesquisas associadas a Nova Metodologia Qualitativa (MAHONEY, 2010) com foco em estudos de caso, mecanismos e configurações. Do outro lado, pesquisas comportamentais vão buscar gerar inferência causal através de experimentos e quase-experimentos. Modelos de regressão, na Ciência Política, estão presentes em todas as áreas. É nesse contexto que esta tese se insere. Com a presença constante da endogeneidade gerada pela história e pelo contexto, e pela dificuldade em manipular estruturas, estratégias de identificação experimentais seriam inadequadas para responder perguntas do domínio institucional. Quebrar esse tabu e iluminar essa área cinzenta foi o objetivo principal desta tese. Estudar as instituições através de experimentos não é algo comum e ocupa uma pequena parcela da produção, mas existem. Longe de criar uma teoria sobre essa relação, busquei mostrar como esses estudos se inserem no campo da política comparada.

A relação entre política comparada e teoria institucional é fundamental para justificar os casos escolhidos. O primeiro capítulo empírico desta tese se dedica a mostrar a intensa influência da pesquisa institucional da política comparada. Isso é importante porque estudos institucionais e comportamentais são publicados de maneira indistinta nos principais periódicos da Ciência Política e, por razões óbvias, os autores não deixam evidente que seus trabalhos seguem uma tradição ou outra. Portanto, ao mostrar que a subárea da política comparada seria o “local de direito” das pesquisas institucionais, analisei um *corpus* composto pelos sete principais periódicos que declaram explicitamente ser do campo da política comparada. São eles: *Comparative Political Studies* (CPS), *Democratization* (DEMZTION), *Comparative European Politics* (CEP), *PUBLIUS: The Journal of Federalism* (PUBLIUS), *Comparative Politics* (CPOL), *Studies in Comparative International Development* (SCID) e *World Politics* (WPOL). As características institucionais das 3.926 publicações entre os anos de 2010 até 2024 foram evidenciadas.

Depois disso, 202 artigos experimentais foram identificados, o que representa aproximadamente 5% da produção. Esses 5% são constituem a zona cinzenta e são o foco de análise do segundo capítulo empírico. A constatação da existência da zona cinzenta responde a primeira hipótese lançada nesta tese que diz que *a aplicação de desenhos experimentais é possível em modelos institucionais*.

Para avaliar o grau institucional, tanto do *corpus* como um todo, quanto dos artigos experimentais, utilizei a métrica IBI criada e largamente utilizado por Rezende (2023). A

comparação das duas distribuições (política comparada geral x zona cinzenta) mostra que há um deslocamento desses artigos para o lado comportamental. Depois, foi analisado as influências teóricas que ocorrem no nível das referências citadas e uma análise de *topic model* realizada a partir da técnica *non-negative matrix factorization* (NMF). Conjuntamente, as evidências corroboram a segunda hipótese de que *desenhos experimentais respondem perguntas que estão na interseção entre teorias comportamentais e institucionais*. Temas comportamentais foram identificados, tais como, opinião pública, gênero e identidade social, porém, apesar de perder posição em relação à política comparada geral, temas clássicos relacionados ao Estado e à regimes políticos continuaram presentes nos artigos experimentais. A partir da classificação manual dos tipos de experimentos por artigo, a hipótese nula da terceira hipótese não foi rejeitada. A H3 sugeriu que os experimentos de laboratório seriam preferíveis em relação aos demais para analisar as instituições, porém os experimentos de *survey* ocuparam certa de 80% dos artigos experimentais. Apenas 12, dos 202 experimentos, foram de laboratório. A partir de uma análise de correspondência cruzando o tópico que possui maior peso em cada artigo e o tipo de experimento identificado manualmente, encontramos quatro *clusters* que sugerem uma relação entre tema e tipo de experimento.

Por último, foram escolhidas aleatoriamente três pesquisas experimentais: um experimento de campo, um experimento de laboratório e um experimento de *survey*. A escolha foi aleatória para evitar a escolha viesada (*cherry picking*) de artigos que corrobore com os argumentos levantados durante a tese. De fato, o primeiro artigo analisado desafia o pressuposto da aproximação entre política comparada e teoria institucional. O experimento de campo realizado por Green *et al.* (2020) que não utilizou e nem manipulou variáveis institucionais. No entanto, o experimento de laboratório utilizado por Gottlieb (2017) foi um exemplo perfeito da capacidade desse tipo de desenho de pesquisa em manipular contextos e regras institucionais. Já o artigo escrito por Bueno *et al.* (2024) mostrou uma forma simples e direta de analisar instituições incorporando temas comportamentais como a opinião pública.

Várias relações foram mostradas sobre a zona cinzenta dos estudos institucionais que utilizam estratégias de identificação experimentais. Ao analisar um *least-likely case*, ficou claro que a dualidade teórica entre instituições e comportamento e a diversificação dos desenhos de pesquisa consiste em uma relação ainda mais complexa do que sugere a Teoria do Pluralismo Inferencial. Observamos que os desenhos de pesquisa, através da criatividade dos autores e do avanço da metodologia política, conseguem se adaptar a contextos improváveis sugerindo que a condição de pluralismo inferencial, além de ocorrer na Ciência Política como um todo, pode acontecer em subáreas da disciplina. Será que desenhos da Nova Metodologia Qualitativa

conquistaram algum espaço nas publicações comportamentais e da psicologia política? Qual o papel de desenhos mistos na relação entre teoria e desenhos de pesquisa? As regressões continuam sendo a estratégia observacional mais adotada, independente da corrente teórica dos artigos? Compreender os desenhos de pesquisa em ação e como eles se relacionam com as correntes teóricas disponíveis na Ciência Política é de suma importância para entender as dinâmicas do conhecimento científico na disciplina.

Referências

ACEMOGLU, Daron; AGHION, Philippe; ZILIBOTTI, Fabrizio. Distance to Frontier, Selection, and Economic Growth. **Journal of the European Economic Association**, v. 4, n. 1, p. 37–74, 2006.

ALMOND, Gabriel A. Separate Tables: Schools and Sects in Political Science. **PS: Political Science & Politics**, v. 21, n. 4, p. 828–842, 1988.

ALMOND, Gabriel A. Political Science: The History of the Discipline. *In: A New Handbook of Political Science*. 1. ed. [S.l.]: Oxford University Press Oxford, 1998. p. 50–96.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly Harmless Econometrics: an Empiricist's Companion**. Ner Jersey: Princeton University Press, 2009.

ARIA, Massimo; CUCCURULLO, Corrado. bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017.

ARROW, Kenneth J. **Social choice and individual values**. New York: John Wiley & Sons, 1951.

ASHWORTH, Scott; BERRY, Christopher R.; BUENO DE MESQUITA, Ethan. **Theory and credibility: integrating theoretical and empirical social science**. Princeton: Princeton University Press, 2021.

BATISTA, Mariana. Bureaucracy and policymaking: Evidence from a choice-based conjoint analysis. **Research & Politics**, v. 10, n. 3, 2023.

BECK, Nathaniel; KATZ, Jonathan N. What To Do (and Not to Do) with Time-Series Cross-Section Data. **American Political Science Review**, v. 89, n. 3, p. 634–647, set. 1995.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. **Process tracing: from metaphor to analytic tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BERG-SCHLOSSER, Dirk. **Mixed Methods in Comparative Politics: Principles and Applications**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

BLOOMFIELD, Lincoln P.; PADELFORD, Norman J. Three Experiments in Political Gaming. **American Political Science Review**, v. 53, n. 4, p. 1105–1115, dez. 1959.

BOIX, Carles; STOKES, Susan Carol (ORGS.). **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2007.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David (ORGS.). **Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards**. 2nd ed ed. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

BRAMBOR, Thomas; CLARK, William Roberts; GOLDER, Matt. Understanding Interaction Models: Improving Empirical Analyses. **Political Analysis**, v. 14, n. 1, p. 63–82, 2006.

BUENO, Natália S.; NUNES, Felipe; ZUCCO, Cesar. Benefits by Luck: A Study of Lotteries as a Selection Method for Government Programs. **Comparative Political Studies**, v. 58, n. 10, p. 2130–2160, 2024.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

BUTLER, Daniel M.; KARPOWITZ, Christopher F.; POPE, Jeremy C. A Field Experiment on Legislators' Home Styles: Service versus Policy. **The Journal of Politics**, v. 74, n. 2, p. 474–486, 2012.

CAMPBELL, Angus *et al.* **The American Voter**. [S.l.]: University of Chicago Press, 1960.

CATTELL, Raymond B. The Scree Test For The Number Of Factors. **Multivariate Behavioral Research**, v. 1, n. 2, p. 245–276, 1966.

COLLIER, David; MAHON, James E. Conceptual “Stretching” Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis. **American Political Science Review**, v. 87, n. 4, p. 845–855, 1993.

CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat. **Essai sur l'application de l'analyse à la probabilité des décisions rendues à la pluralité des voix**. Paris: Imprimerie Royale, 1785.

DAHL, Robert A. **Polyarchy: Participation and Opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.

DAVID, P. **Path Dependence, Its Critics and the Quest for 'Historical Economics**. Department of Economics (Stanford University), 2000.

DE BOEF, Suzanna; KEELE, Luke. Taking Time Seriously. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 1, p. 184–200, 2008.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

DRUCKMAN, James N. *et al.* The Growth and Development of Experimental Research in Political Science. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 627–635, 2006.

DRUCKMAN, James N.; GREEN, Donald P. **Advances in Experimental Political Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

DUNNING, Thad. **Natural Experiments in the Social Sciences: A Design-Based Approach**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

ECKEL, C.; LONDONO, N. C. How to Tame Lab-in-the-Field Experiments. *In*: DRUCKMAN, James N.; GREEN, Donald P. (Eds.). **Advances in Experimental Political Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (ORGS.). **Bringing the State Back In**. 1. ed. [S.l.]: Cambridge University Press, 1985.

FEARON, James D. Counterfactuals and Hypothesis Testing in Political Science. **World Politics**, v. 43, n. 2, p. 169–195, 1991.

FEARON, James D.; LAITIN, David D. Integrating qualitative and quantitative methods. *In*: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E.; COLLIER, David (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 756–778.

FEINERER, Ingo; HORNIK, Kurt; MEYER, David. Text Mining Infrastructure in R. **Journal of Statistical Software**, v. 25, n. 5, 2008.

FIGUEIREDO, Dalson *et al.* O que Fazer e o que Não Fazer com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)12. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, p. 44–99, 2011.

FISHER, Ronald A. **The Design of Experiments**. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1935.

FRANZESE, Robert J. Multicausality, context-conditionality, and endogeneity. *In*: LICHBACH, Mark Irving; ZUCKERMAN, Alan S. (Eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 27–72.

GAUJOUX, Renaud; SEOIGHE, Cathal. A flexible R package for nonnegative matrix factorization. **BMC Bioinformatics**, v. 11, n. 1, p. 367, 2010.

GELMAN, Andrew. Causality and Statistical Learning. **American Journal of Sociology**, v. 117, n. 3, p. 955–966, 2011.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

GERBER, Alan S.; GREEN, Donald P.; KAPLAN, Edward H. The illusion of learning from observational research. *In*: TEELE, Dawn L. (Org.). **Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences**. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 9–30.

GERRING, John. **Case study research: principles and practices**. New York: Cambridge University Press, 2006.

GERRING, John. Causal Mechanisms: Yes, But.... **Comparative Political Studies**, v. 43, n. 11, p. 1499–1526, 2010.

GERRING, John. Mere Description. **British Journal of Political Science**, v. 42, n. 4, p. 721–746, 2012.

GOERTZ, Gary. **Multimethod research, causal mechanisms, and case studies: an integrated approach**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2017.

GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. **A tale of two cultures: qualitative and quantitative research in the social sciences**. New Jersey: Princeton university press, 2012.

GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (ORGS.). **A New Handbook of Political Science**. 1. ed. Oxford: Oxford University PressOxford, 1998.

GOSNELL, Harold F. **Getting out the vote: an experiment in the stimulation of voting**. Chicago: University of Chicago Press, 1927.

GOTTLIEB, Jessica. Explaining Variation in Broker Strategies: A Lab-in-the-Field Experiment in Senegal. **Comparative Political Studies**, v. 50, n. 11, p. 1556–1592, set. 2017.

GREEN, Donald P.; GERBER, Alan S. **Get out the vote: how to increase voter turnout**. 1. ed. Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2004.

GREEN, Donald P.; SHAPIRO, Ian. **Pathologies of Rational Choice Theory: A Critique of Applications in Political Science**. New Haven: Yale University Press, 1994.

GREEN, Donald P.; WILKE, Anna M.; COOPER, Jasper. Countering Violence Against Women by Encouraging Disclosure: A Mass Media Experiment in Rural Uganda. **Comparative Political Studies**, v. 53, n. 14, p. 2283–2320, 2020.

GROSE, Christian R. Field Experimental Work on Political Institutions. **Annual Review of Political Science**, v. 17, n. 1, p. 355–370, 2014.

GROSSMAN, Guy; PALER, Laura. Using Field Experiments to Study Political Institutions. In: GANDHI, Jennifer; RUIZ-RUFINO, Rubén (Orgs.). **Routledge handbook of comparative political institutions**. London: Routledge, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Cambridge: MIT Press, 1996.

HAJNUELLER, Jens. The Synthetic Control Method as a Tool for Comparative Case Studies. **Political Analysis**, v. 22, n. 2, p. 285–305, 2014.

HAJNUELLER, Jens; HANGARTNER, Dominik; YAMAMOTO, Teppei. Validating vignette and conjoint survey experiments against real-world behavior. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 112, n. 8, p. 2395–2400, 2015.

HALL, Peter A. Aligning Ontology and Methodology in Comparative Politics. *In: Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 373–404.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. Political Science and the Three New Institutionalisms. **Political Studies**, v. 44, n. 5, p. 936–957, 1996.

HAY, Colin. Political Ontology. *In: GOODIN, Robert; TILLY, Charles (Orgs.). The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 78–96.

HOLLAND, Paul W. Statistics and Causal Inference. **Journal of the American Statistical Association**, v. 81, n. 396, p. 945, 1986.

HOLLAND, Paul W.; RUBIN, Donald B. Causal Inference in Retrospective Studies. **Evaluation Review**, v. 12, n. 3, p. 203–231, 1988.

HOROWITZ, Donald L. **Ethnic Groups in Conflict**. California: University of California Press, 1985.

IMAI, Kosuke *et al.* Unpacking the Black Box of Causality: Learning about Causal Mechanisms from Experimental and Observational Studies. **American Political Science Review**, v. 105, n. 4, p. 765–789, 2011.

INGHAM, Sean; WIENS, David. Making fair comparisons in political theory. **American Journal of Political Science**, v. 69, n. 2, p. 594–606, 2025.

ISAAC, R. Mark. Rebecca B. Morton, Kenneth C. Williams: Experimental political science and the study of causality: from nature to the lab: Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

JACKMAN, R. W. Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. **American Political Science Review**, v. 81, n. 2, p. 405–423, 1987.

KEELE, Luke. The Discipline of Identification. **Political Science and Politics**, v. 48, n. 1, p. 102–106, 2015.

KEOHANE, Robert O. Neoliberal institutionalism: A perspective on world politics,. *In: KEOHANE, Robert O. (Ed.). International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory*. Boulder: Westview Press, 1989.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. New edition ed. New Jersey: Princeton University press, 1994.

KRASNER, S. **International Regimes**. New York: Cornell University Press, 1983.

KROGSLUND, Chris; CHOI, Donghyun Danny; POERTNER, Mathias. Fuzzy Sets on Shaky Ground: Parameter Sensitivity and Confirmation Bias in fsQCA. **Political Analysis**, v. 23, n. 1, p. 21–41, 2015.

LASSWELL, Harold Dwight. **Psychopathology and politics**. 1. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1930.

LASSWELL, Harold Dwight. **Politics: who gets what, when, how**. New York: Whittlesey House, 1936.

LÊ, Sébastien; JOSSE, Julie; HUSSON, François. FactoMineR: An R Package for Multivariate Analysis. **Journal of Statistical Software**, v. 25, n. 1, 2008.

LEE, Daniel D.; SEUNG, H. Sebastian. Algorithms for Non-negative Matrix Factorization. **Advances in Neural Information Processing Systems**, v. 13, p. 556–562, 2001.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. **Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2010.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. **American Political Science Review**, v. 65, n. 3, p. 682–693, 1971.

LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 69–105, 1959.

LOWNDES, Vivien. Institutionalism. *In*: **Theory and Methods in Political Science**. London: Palgrave, 2018.

LOWNDES, Vivien; MARSH, David; STOKER, Gerry (ORGS.). **Theory and methods in political science**. Fourth edition ed. Basingstoke, Hampshire: Macmillan International, Higher Education, 2018.

MACKIE, J. L. **The cement of the universe: a study of causation**. Oxford: Oxford University Press, 1974.

MAHONEY, James. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. **World Politics**, v. 62, n. 1, p. 120–147, 2010.

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. **American Political Science Review**, v. 78, n. 3, p. 734–749, 1983.

MARSH, David; SAVIGNY, Heather. Political Science as a Broad Church: The Search for a Pluralist Discipline. **Politics**, v. 24, n. 3, p. 155–168, 2004.

MCDERMOTT, Rose. Experimental Methods in Political Science. **Annual Review of Political Science**, v. 5, n. 1, p. 31–61, 2002.

MCKELVEY, Richard D. Intransitivities in multidimensional voting models and some implications for agenda control. **Journal of Economic Theory**, v. 12, n. 3, p. 472–482, 1976.

MERRIAM, Charles E. The Present State of the Study of Politics. **American Political Science Review**, v. 15, n. 2, p. 173–185, 1921.

MORTON, Rebecca B. **Methods and models: a guide to the empirical analysis of formal models in political science**. Repr ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MORTON, Rebecca B.; WILLIAMS, Kenneth C. **Experimental Political Science and the Study of Causality: From Nature to the Lab**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2010.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. 1. ed. St Louis: Cambridge University Press, 1990.

OLSEN, Sara; SALTZER, Mary C.; MCGRATH, Mary C. Voter Bias and the Partisan Gender-Gap in Office. **Political Behavior**, v. 46, n. 2, p. 473–500, 2022.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, Games, and CommonPool Resources**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, p. n71, 2021.

PALFREY, Thomas R. Laboratory Experiments in Political Economy. **Annual Review of Political Science**, v. 12, n. 1, p. 379–388, 2009.

PEARL, Judea; MACKENZIE, Dana. **The book of why: the new science of cause and effect**. First trade paperback edition ed. New York: Basic Books, 2017.

PEPINSKY, Thomas B. The Return of the Single-Country Study. **Annual Review of Political Science**, v. 22, n. 1, p. 187–203, 2019.

PETERS, B. Guy. **Institutional theory in political science: the new institutionalism**. Fourth edition ed. Northampton, MA: Edward Elgar Pub, 2019.

PLOTT, Charles R. Laboratory Experiments in Economics: The Implications of Posted-Price Institutions. **Science**, v. 232, n. 4751, p. 732–738, 1986.

PLOTT, Charles R. Will Economics Become an Experimental Science? **Southern Economic Journal**, v. 57, n. 4, p. 901, 1991.

POPPER, Karl R. **The Logic of Scientific Discovery**. London: Hutchinson, 1959.

POSNER, Daniel N. **Institutions and Ethnic Politics in Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

POWELL, G. B. American Voter Turnout in Comparative Perspective. **American Political Science Review**, v. 80, n. 1, p. 17–43, 1986.

PRZEWORSKI, Adam. Institutions Matter? **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 527–540, 2004.

PRZEWORSKI, Adam. Is the Science of Comparative Politics Possible? *In: The Oxford Handbook of Comparative Politics*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 147–171.

PRZEWORSKI, Adam. Institutions, development, and causality. **China Economic Journal**, v. 18, n. 2, p. 186–195, 2025.

RAGIN, Charles C. **The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. Berkeley: University of California Press, 1987.

RAGIN, Charles C. **Fuzzy-Set Social Science**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

REZENDE, Flávio Da Cunha. A Nova Metodologia Qualitativa e as Condições Essenciais de Demarcação entre Desenhos de Pesquisa na Ciência Política Comparada. **Política Hoje**, v. 20, p. 218–252, 2011.

REZENDE, Flávio Da Cunha. Da exogeneidade ao gradualismo: inovações na teoria da mudança institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p. 113–130, 2012.

REZENDE, Flávio Da Cunha. **Modelos de Causação e o Pluralismo Inferencial na Ciência Política**. 2015a.

REZENDE, Flávio Da Cunha. Desenhos de Pesquisa e Qualidade Inferencial na Ciência Política: o Modelo de Engrenagens Analíticas. **Conexão Política**, v. 4, n. 2, p. 47–66, 2015b.

REZENDE, Flávio Da Cunha. O Pluralismo Inferencial na Ciência Política Pós-KKV (2005-2015): Argumento e Evidências. **Revista Política Hoje**, v. 26, n. 1, p. 241–278, 2017.

REZENDE, Flávio Da Cunha. As Lógicas da Inferência Causal na Ciência Política: Argumento e Evidências. **Revista Política Hoje**, v. 28, p. 277–313, 2019.

REZENDE, Flávio Da Cunha. Methodological Transformations in Contemporary Political Science. **Revista Política Hoje**, p. 11–39, 2021.

REZENDE, Flávio Da Cunha. Comparação em Ciência Política. *In: BOLOGNESI, Bruno; BATISTA, Mariana; SANTOS, Manoel Leonardo (Eds.). Política Comparada: Teoria e Método*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

REZENDE, Flávio Da Cunha. **O Pluralismo Inferencial na Ciência Política: Teoria e Evidências**. Curitiba: Appris, 2023.

REZENDE, Flávio Da Cunha; RIOS, Caio G. B. Explanations and Designs in Political Science: The case of electoral turnout. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, v. 11, n. 1, p. e091, 2021.

REZENDE, Flávio Da Cunha; RIOS, Caio G. B. O ajuste inferencial nas Relações Internacionais (2010-2023). **Conjuntura Global**, v. 12, n. 2, 2025.

RIKER, William H. Implications from the Disequilibrium of Majority Rule for the Study of Institutions. **American Political Science Review**, v. 74, n. 2, p. 432–446, 1980.

ROSENBAUM, Paul R. Design Sensitivity in Observational Studies. **Biometrika**, v. 91, n. 1, p. 153–164, 2004.

RUBIN, Donald B. Estimating causal effects of treatments in randomized and nonrandomized studies. **Journal of Educational Psychology**, v. 66, n. 5, p. 688–701, 1974.

RUBIN, Donald B. [On the Application of Probability Theory to Agricultural Experiments. Essay on Principles. Section 9.] Comment: Neyman (1923) and Causal Inference in Experiments and Observational Studies. **Statistical Science**, v. 5, n. 4, p. 472–480, 1990.

SARTORI, Giovanni. **The Theory of Democracy Revisited**. New Jersey: Chatham House Publishers, 1987.

SCHAEFERMEIER, Bastian; STUMME, Gerd; HANIKA, Tom. Topic space trajectories: A case study on machine learning literature. **Scientometrics**, v. 126, n. 7, p. 5759–5795, 2021.

SCHMIDT, Vivien A. Discursive institutionalism: The explanatory power of ideas and discourse. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 303–326, 2008.

SCHMIDT, Vivien A. Taking ideas and discourses seriously: Explaining change through discursive institutionalism and the fourth new institutionalism. **European Political Science Review**, v. 2, p. 1–25, 2010.

SEAWRIGHT, Jason. **Multi-method social science: Combining qualitative and quantitative tools**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SEKHON, Jasjeet S.; TITIUNIK, Rocío. When Natural Experiments Are Neither Natural nor Experiments. **American Political Science Review**, v. 106, n. 1, p. 35–57, 2012.

SHADISH, W. R.; COOK, T. D.; CAMPBELL, D. T. **Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inference**. Boston: Houghton Mifflin, 2002.

SHAYAN, Fatemeh. Experimental Political Science and the Study of Causality: From Nature to the Lab by Rebecca B. Morton and Kenneth C. Williams. **Political Studies Review**, v. 11, p. 433–434, 2013.

SMITH, Mark C. A Tale of Two Charlies: Political Science, History, and Civic Reform, 1890–1940. *In*: ADCOCK, Robert; BEVIR, Mark; STIMSON, Shannon C. (Eds.). **Modern Political Science: Anglo-American Exchanges since 1880**. New Jersey: Princeton University Press, 2007. p. 118–136.

STEINMO, S. Historical Institutionalism and Experimental Methods', in Fioretos. *In*: FALLETI, O.; SHEINGATE, A. (Eds.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

STOKES, Susan Carol. A defense of observational research. *In*: TEELE, Dawn L. (Org.). **Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences**. New Haven: Yale University Press, 2014. p. 31–57.

TEELE, Dawn L. **Field experiments and their critics: essays on the uses and abuses of experimentation in the social sciences**. New Haven: Yale University Press, 2014.

THELEN, Kathleen. HISTORICAL INSTITUTIONALISM IN COMPARATIVE POLITICS. **Annual Review of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 369–404, 1999.

THOMAS, George. Christianity, Enlightenment, and the American Experiment: A Review Essay. **Political Science Quarterly**, v. 140, n. 1, p. 175–191, 2025.

VATTER, Adrian; FREIBURGHAUS, Rahel. **Handbook of comparative political institutions**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024.

VIÑA, Enrico Antonio; YOUNG, Lauren E. Experiments in and on political institutions. *In*: VATTER, Adrian; FREIBURGHAUS, Rahel (Eds.). **Handbook of Comparative Political Institutions**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 87–103.

WICKHAM, Hadley. **ggplot2: Elegant Graphics for Data Analysis**. 2nd ed. 2016 ed. Cham: Springer International Publishing : Imprint: Springer, 2016.

WILSON, Matthew Charles. Trends in Political Science Research and the Progress of Comparative Politics. **Political Science and Politics**, v. 50, n. 4, p. 979–984, out. 2017.

WOODWARD, James. **Making things happen: a theory of causal explanation**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ZALLER, John R. **The Nature and Origins of Mass Opinion**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1992.

Apêndice

Consultas de países:

```

países$Abkhazia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAbkhazia", ignore_case = T))
países$Afghanistan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAfghanistan", ignore_case = T))
países$Albania <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAlbania", ignore_case = T))
países$Algeria <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAlgeria", ignore_case = T))
países$Andorra <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAndorra", ignore_case = T))
países$Angola <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAngola", ignore_case = T))
países$Antigua_and_Barbuda <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAntigua and Barbuda", ignore_case = T))
países$Argentina <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bArgentina", ignore_case = T))
países$Armenia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bArmenia", ignore_case = T))
países$Australia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAustralia", ignore_case = T))
países$Austria <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAustria", ignore_case = T))
países$Azerbaijan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bAzerbaijan", ignore_case = T))
países$Bahamas <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBahamas", ignore_case = T))
países$Bahrain <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBahrain", ignore_case = T))
países$Bangladesh <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBangladesh", ignore_case = T))
países$Barbados <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBarbados", ignore_case = T))
países$Belarus <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBelarus", ignore_case = T))
países$Belgium <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBelgi", ignore_case = T))
países$Belize <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBelize", ignore_case = T))
países$Benin <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBenin", ignore_case = T))
países$Bhutan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBhutan", ignore_case = T))
países$Bolivia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBolivia", ignore_case = T))
países$Bosnia_and_Herzegovina <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBosnia and Herzegovina", ignore_case = T))
países$Botswana <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBotswana", ignore_case = T))
países$Brazil <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBrazil", ignore_case = T))
países$Brunei <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBrunei", ignore_case = T))
países$Bulgaria <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBulgaria", ignore_case = T))
países$Burkina_Faso <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBurkina Faso", ignore_case = T))
países$Burundi <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bBurundi", ignore_case = T))
países$Cambodia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCambodia", ignore_case = T))
países$Cameroon <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCameroon", ignore_case = T))
países$Canada <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCanad", ignore_case = T))
países$Cape_Verde <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCape Verde", ignore_case = T))
países$Central_African_Republic <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCentral African Republic", ignore_case = T))
países$Chad <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bChad", ignore_case = T))
países$Chile <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bChile", ignore_case = T))
países$China <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bChina\\bChinese", ignore_case = T))
países$Colombia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bColombia", ignore_case = T))
países$Comoros <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bComoros", ignore_case = T))
países$Congo <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCongo", ignore_case = T))
países$Cook_Islands <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCook Islands", ignore_case = T))
países$Costa_Rica <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCosta Rica", ignore_case = T))
países$Cote_divoire <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCôte d'Ivoire\\bCote divoire\\bcote d ivoire\\bcote d'ivoire",
ignore_case = T))
países$Croatia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCroatia", ignore_case = T))
países$Cuba <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCuba", ignore_case = T))

```

```

países$Cyprus <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCyprus", ignore_case = T))
países$Czech_Republic <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bCzech Republic", ignore_case = T))
países$Denmark <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bDenmark|Danish", ignore_case = T))
países$Djibouti <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bDjibouti", ignore_case = T))
países$Dominica <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bDominica ", ignore_case = T))
países$Dominican_Republic <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bDominican Republic", ignore_case = T))
países$East_Timor <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bEast Timor", ignore_case = T))
países$Ecuador <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bEcuador", ignore_case = T))
países$Egypt <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bEgyp", ignore_case = T))
países$El_Salvador <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bEl Salvador", ignore_case = T))
países$Equatorial_Guinea <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bEquatorial Guinea", ignore_case = T))
países$Eritrea <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bEritrea", ignore_case = T))
países$Estonia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bEstonia", ignore_case = T))
países$Ethiopia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bEthiopia", ignore_case = T))
países$Fiji <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bFiji", ignore_case = T))
países$Finland <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bFinland", ignore_case = T))
países$France <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bFrance|\\bFrench", ignore_case = T))
países$Gabon <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGabon", ignore_case = T))
países$Gambia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGambia", ignore_case = T))
países$Georgia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGeorgia", ignore_case = T))
países$Germany <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGerman", ignore_case = T))
países$Ghana <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGhana", ignore_case = T))
países$Greece <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGreece|\\bGreek", ignore_case = T))
países$Grenada <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGrenada", ignore_case = T))
países$Guatemala <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGuatemala", ignore_case = T))
países$Guinea <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGuinea", ignore_case = T))
países$Guinea_Bissau <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGuinea-Bissau|\\bGuinea Bissau", ignore_case = T))
países$Guyana <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bGuyana", ignore_case = T))
países$Haiti <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bHaiti", ignore_case = T))
países$Honduras <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bHondura", ignore_case = T))
países$Hungary <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bHungar", ignore_case = T))
países$Iceland <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bIceland", ignore_case = T))
países$India <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bIndia", ignore_case = T))
países$Indonesia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bIndonesia", ignore_case = T))
países$Iran <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bIran", ignore_case = T))
países$Iraq <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bIraq", ignore_case = T))
países$Ireland <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bIreland", ignore_case = T))
países$Israel <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bIsrael", ignore_case = T))
países$Italy <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bItaly|\\bitalian", ignore_case = T))
países$Ivory_Coast <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bIvory Coast", ignore_case = T))
países$Jamaica <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bJamaica", ignore_case = T))
países$Japan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bJapan", ignore_case = T))
países$Jordan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bJordan", ignore_case = T))
países$Kazakhstan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bKazakhstan", ignore_case = T))
países$Kenya <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bKenya", ignore_case = T))
países$Kiribati <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bKiribati", ignore_case = T))
países$Kosovo <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bKosovo", ignore_case = T))
países$Kuwait <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bKuwait", ignore_case = T))
países$Kyrgyzstan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bKyrgyzstan", ignore_case = T))
países$Laos <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLaos", ignore_case = T))
países$Latvia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLatvia", ignore_case = T))

```

```

países$Lebanon <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLebanon", ignore_case = T))
países$Lesotho <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLesotho", ignore_case = T))
países$Liberia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLiberia", ignore_case = T))
países$Libya <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLibya", ignore_case = T))
países$Liechtenstein <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLiechtenstein", ignore_case = T))
países$Lithuania <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLithuania", ignore_case = T))
países$Luxembourg <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bLuxembourg", ignore_case = T))
países$Macedonia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMacedonia", ignore_case = T))
países$Madagascar <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMadagascar", ignore_case = T))
países$Malawi <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMalawi", ignore_case = T))
países$Malaysia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMalaysia", ignore_case = T))
países$Maldives <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMaldives", ignore_case = T))
países$Mali <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMali", ignore_case = T))
países$Malta <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMalta", ignore_case = T))
países$Marshall_Islands <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMarshall Islands", ignore_case = T))
países$Mauritania <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMauritania", ignore_case = T))
países$Mauritius <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMauritius", ignore_case = T))
países$Mexico <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMexic", ignore_case = T))
países$Micronesia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMicronesia", ignore_case = T))
países$Moldova <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMoldova", ignore_case = T))
países$Monaco <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMonaco", ignore_case = T))
países$Mongolia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMongolia", ignore_case = T))
países$Montenegro <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMontenegro", ignore_case = T))
países$Morocco <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMorocco", ignore_case = T))
países$Mozambique <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMozambique", ignore_case = T))
países$Myanmar <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bMyanmar|Burma", ignore_case = T))
países$Nagorno_Karabakh <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNagorno-Karabakh|\\bNagorno Karabakh", ignore_case = T))
países$Namibia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNamibia", ignore_case = T))
países$Nauru <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNauru", ignore_case = T))
países$Nepal <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNepal", ignore_case = T))
países$Netherlands <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNetherlands", ignore_case = T))
países$New_Zealand <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNew Zealand", ignore_case = T))
países$Nicaragua <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNicaragua", ignore_case = T))
países$Niger <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNiger ", ignore_case = T))
países$Nigeria <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNigeria", ignore_case = T))
países$Niue <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNiue", ignore_case = T))
países$North_Korea <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNorth Korea", ignore_case = T))
países$Norway <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bNorway|\\bNorwegian", ignore_case = T))
países$Oman <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bOman", ignore_case = T))
países$Pakistan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPakistan", ignore_case = T))
países$Palau <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPalau", ignore_case = T))
países$Palestine <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPalestin", ignore_case = T))
países$Panama <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPanam", ignore_case = T))
países$Papua_New_Guinea <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPapua New Guinea", ignore_case = T))
países$Paraguay <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bParagu", ignore_case = T))
países$Peru <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPeru", ignore_case = T))
países$Philippines <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPhilippin", ignore_case = T))
países$Poland <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPoland|Polish", ignore_case = T))
países$Portugal <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bPortug", ignore_case = T))
países$Qatar <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bQatar", ignore_case = T))
países$Romania <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bRomania", ignore_case = T))

```

```

paises$Russia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bRussia", ignore_case = T))
paises$Rwanda <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bRwanda", ignore_case = T))
paises$Sahrawi_Arab_Democratic_Republic <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSahrawi\\bArab Democratic Republic",
ignore_case = T))
paises$Saint_Kitts_and_Nevis <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSaint Kitts and Nevis", ignore_case = T))
paises$Saint_Lucia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSaint Lucia", ignore_case = T))
paises$Saint_Vincent_and_the_Grenadines <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSaint Vincent and the Grenadines", ignore_case
= T))
paises$Samoa <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSamoa", ignore_case = T))
paises$San_Marino <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSan Marino", ignore_case = T))
paises$Sao_Tome_and_Principe <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSão Tomé and Príncipe\\bSao Tome and Principe",
ignore_case = T))
paises$Saudi_Arabia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSaudi Arabia", ignore_case = T))
paises$Senegal <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSenegal", ignore_case = T))
paises$Serbia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSerbia", ignore_case = T))
paises$Seychelles <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSeychelles", ignore_case = T))
paises$Sierra_Leone <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSierra Leone", ignore_case = T))
paises$Singapore <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSingapor", ignore_case = T))
paises$Slovakia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSlovak", ignore_case = T))
paises$Slovenia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSlovenia", ignore_case = T))
paises$Solomon_Islands <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSolomon Islands", ignore_case = T))
paises$Somalia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSomali", ignore_case = T))
paises$South_Africa <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSouth Africa", ignore_case = T))
paises$South_Korea <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSouth Korea", ignore_case = T))
paises$South_Ossetia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSouth Ossetia", ignore_case = T))
paises$Spain <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSpain\\bSpanish", ignore_case = T))
paises$Sri_Lanka <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSri Lanka", ignore_case = T))
paises$Sudan <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSudan", ignore_case = T))
paises$Suriname <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSuriname", ignore_case = T))
paises$Swaziland <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSwaziland", ignore_case = T))
paises$Sweden <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSwed", ignore_case = T))
paises$Switzerland <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSwitzerland", ignore_case = T))
paises$Syria <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bSyria", ignore_case = T))
paises$Taiwan <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTaiwan", ignore_case = T))
paises$Tajikistan <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTajikistan", ignore_case = T))
paises$Tanzania <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTanzania", ignore_case = T))
paises$Thailand <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bThailand", ignore_case = T))
paises$Timor_Leste <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTimor-Leste\\bEast Timor\\bTimor Leste", ignore_case = T))
paises$Togo <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTogo", ignore_case = T))
paises$Tonga <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTonga", ignore_case = T))
paises$Trinidad_and_Tobago <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTrinidad and Tobago", ignore_case = T))
paises$Tunisia <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTunisia", ignore_case = T))
paises$Turkey <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTurkey\\bTurkish", ignore_case = T))
paises$Turkmenistan <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTurkmenistan", ignore_case = T))
paises$Tuvalu <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bTuvalu", ignore_case = T))
paises$Uganda <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bUganda", ignore_case = T))
paises$Ukraine <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bUkraine", ignore_case = T))
paises$United_Arab_Emirates <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bUnited Arab Emirates", ignore_case = T))
paises$United_Kingdom <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bUnited Kingdom\\bu\\.k\\.\\bengland\\bgreat britain", ignore_case
= T))
paises$United_States <- str_detect(paises$TIKAB, regex(pattern = "\\bUnited States\\bu\\.s\\.\\", ignore_case = T))

```

```

países$Uruguay <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bUruguay", ignore_case = T))
países$Uzbekistan <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bUzbekistan", ignore_case = T))
países$Vanuatu <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bVanuatu", ignore_case = T))
países$Vatican_City <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bVatican City", ignore_case = T))
países$Venezuela <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bVenezuela", ignore_case = T))
países$Vietnam <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bVietnam", ignore_case = T))
países$Yemen <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bYemen", ignore_case = T))
países$Zambia <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bZambia", ignore_case = T))
países$Zimbabwe <- str_detect(países$TIKAB, regex(pattern = "\\bZimbabwe", ignore_case = T))

```

Consulta de temas:

```

theme_cs$ACCOUNTABILITY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "ACCOUNTABILIT", ignore_case = T))
theme_cs$AGENDA <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "AGENDA", ignore_case = T))
theme_cs$AUTHORITARIANISM <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "AUTHORITARIAN", ignore_case = T))
theme_cs$BUDGET <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "BUDGET", ignore_case = T))
theme_cs$BUREAUCRACY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "BUREAUCRA|AUTHORIT|AGENCY|AGENCIES",
ignore_case = T))
theme_cs$CAMPAIGN <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CAMPAIGN", ignore_case = T))
theme_cs$CITIZENSHIP <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CITIZEN", ignore_case = T))
theme_cs$CIVIL_SOCIETY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CIVIL SOCIET|COMMUNIT|SOCIAL CAPITAL",
ignore_case = T))
theme_cs$CLIENTELISM <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CLIENTELIS|PATRONAGE|BROKER|PORK
BARREL|POLITICAL MACHINE", ignore_case = T))
theme_cs$COALITION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "COALITION", ignore_case = T))
theme_cs$COMPETITION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "POLITICAL COMPETITION|ELECTORAL
COMPETITION|CLOSE RACE|POLITICAL MARKET|INCUMBENT|INCUMBENC", ignore_case = T))
theme_cs$CONFLICT <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CONFLICT", ignore_case = T))
theme_cs$CONSTITUTION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CONSTITUTION", ignore_case = T))
theme_cs$CORRUPTION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CORRUP", ignore_case = T))
theme_cs$CRISIS <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CRISIS|CRISES", ignore_case = T))
theme_cs$DECENTRALIZATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "DECENTRALIZATION|CENTRALIZATION",
ignore_case = T))
theme_cs$DECISION_MAKING <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "DECISION MAKING|DECISION-MAKING",
ignore_case = T))
theme_cs$DELIBERATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "DELIBERAT", ignore_case = T))
theme_cs$DEMOCRACY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "DEMOCRAC", ignore_case = T))
theme_cs$DEMOCRATIZATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "DEMOCRATIZATION", ignore_case = T))
theme_cs$ELECTION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "ELECT", ignore_case = T))
theme_cs$ELITES <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "ELITE", ignore_case = T))
theme_cs$EMPOWERMENT <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "EMPOWERMENT", ignore_case = T))
theme_cs$EQUALITY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "EQUALITY|EQUITY|INEQUALITY", ignore_case = T))
theme_cs$ETHNIC <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "ETHNIC", ignore_case = T))
theme_cs$EXECUTIVE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "EXECUTIVE", ignore_case = T))
theme_cs$FEDERALISM <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "FEDERALISM|MULTILEVEL GOV", ignore_case = T))
theme_cs$FISCAL <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "FISCAL|EXPENDITURE|SPENDING|DEBT", ignore_case = T))
theme_cs$GENDER_WOMEN <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "GENDER|WOMAN|WOMEN|FEMINISM", ignore_case =
T))
theme_cs$GLOBALIZATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "GLOBALIZATION", ignore_case = T))
theme_cs$GOVERNANCE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "GOVERNANCE", ignore_case = T))

```

```

theme_cs$IDENTITY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "IDENTIT", ignore_case = T))
theme_cs$IDEOLOGY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "IDEOLOG", ignore_case = T))
theme_cs$INEQUALITY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "INEQUALIT", ignore_case = T))
theme_cs$INFORMAL <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "INFORMAL", ignore_case = T))
theme_cs$INTEREST_GROUPS <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "INTEREST GROUP|LOBBY", ignore_case = T))
theme_cs$INTERNATIONAL_RELATIONS <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "INTERNATIONAL
RELATIONS|DIPLOMAC|FOREIGN POLIC|REGIONALISM|INTERNATIONAL COOPERATION", ignore_case = T))
theme_cs$JUDICIARY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "JUDICIARY|JUSTICE|COURT", ignore_case = T))
theme_cs$LEADER <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "LEADER", ignore_case = T))
theme_cs$LEGISLATIVE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "LEGISLAT|COMMITTEE|PARLIAMENT|SENATE|DEPUTY",
ignore_case = T))
theme_cs$LOCAL_GOVERNMENT <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "LOCAL|MUNICIPAL|SUBNATIONAL|MAYOR|GOVERNOR", ignore_case = T))
theme_cs$MILITARY_SECURITY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "MILITARY|SECURITY", ignore_case = T))
theme_cs$NETWORK <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "NETWORK", ignore_case = T))
theme_cs$PARTICIPATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "PARTICIPATION", ignore_case = T))
theme_cs$PARTY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "PARTY|PARTIES|PARTISAN", ignore_case = T))
theme_cs$POLARIZATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "POLARIZATION|POLARIZAÇÃO|POLARIZACAO",
ignore_case = T))
theme_cs$POLICE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "POLICE|POLICIA|POLÍCIA", ignore_case = T))
theme_cs$POLICY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "POLICY|POLICIES|WELFARE STATE", ignore_case = T))
theme_cs$POPULISM <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "POPULISM", ignore_case = T))
theme_cs$PRESIDENT <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "PRESIDENT", ignore_case = T))
theme_cs$PUBLIC_OPINION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "PUBLIC
OPINION|COMMUNICATION|MEDIA|JOURNALIS", ignore_case = T))
theme_cs$RACE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "RACE", ignore_case = T))
theme_cs$REFORM <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "REFORM", ignore_case = T))
theme_cs$REGIME <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "REGIME", ignore_case = T))
theme_cs$REGIME_CHANGE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "REGIME CHANGE|TRANSITION|BREAKDOWN",
ignore_case = T))
theme_cs$REGULATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "REGULAT", ignore_case = T))
theme_cs$RELIGION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "RELIGION", ignore_case = T))
theme_cs$REPRESENTATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "REPRESENTATION", ignore_case = T))
theme_cs$STABILITY <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "STABILITY", ignore_case = T))
theme_cs$STATE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "STATE", ignore_case = T))
theme_cs$TRADE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "TRADE", ignore_case = T))
theme_cs$TRUST <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "TRUST", ignore_case = T))
theme_cs$VIOLENCE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "VIOLENCE|REPRESSION", ignore_case = T))
theme_cs$VOTE <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "VOTE|TURNOUT|BALLOT", ignore_case = T))
theme_cs$WAR <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "\\bWAR\\b ", ignore_case = T))
theme_cs$MIGRATION <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "MIGRATION ", ignore_case = T))
theme_cs$PUBLIC_SECTOR <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "PUBLIC SECTOR|PUBLIC EMPLOY|PUBLIC
ADMINISTRATION|PUBLIC MANAGEMENT|PUBLIC FINANCE", ignore_case = T))
theme_cs$CRIME <- str_count(theme_cs$TIKAB, regex(pattern = "CRIME|DRUG|MAFIA|CRIMINAL|MILITIA", ignore_case = T))

```

Tabela A 1 - Top 100 palavras mais citadas (TF-IDF)

TIKAB	n	tfidf
democracy	2887	31,7443045

parties	2079	31,0587016
state	2503	29,8233075
policy	2471	29,3260156
party	1957	29,0607764
political	5002	26,7574798
democratic	1997	26,4533138
electoral	1528	24,7670149
social	1660	24,6770729
european	1510	23,3317268
economic	1566	22,7260768
authoritarian	1154	22,5630612
support	1721	22,3431781
eu	1106	22,3031089
elections	1256	21,5546828
public	1488	21,3582339
politics	2162	20,910096
local	1061	20,7043225
institutions	1450	20,4761135
states	1398	20,3309869
government	1338	19,5882265
countries	1669	19,2149444
regime	1052	19,1229329
power	1193	18,8203293
ethnic	683	18,109831
violence	655	17,9727696
regimes	998	17,9040717
article	2708	17,3809529
federalism	645	17,2856069
democratization	847	16,601939
federal	599	16,4606864
new	1161	16,2886307
institutional	898	16,128299
national	949	16,1127101
governance	819	16,1078491
can	1317	16,0520417
development	874	16,0496271
international	793	15,8162513
citizens	843	15,7002806
civil	673	15,6902797
governments	837	15,6288733
evidence	963	15,4652494
analysis	1196	15,4023183
data	1322	15,2798116
conflict	663	15,080267
rights	633	15,0264175
change	772	14,6640831

study	1031	14,6525303
inequality	476	14,557412
attitudes	619	14,4408788
research	859	14,3957345
democracies	763	14,3706744
systems	660	14,3174336
opposition	644	14,1066707
welfare	512	14,0066509
impact	789	13,836103
two	963	13,76619
policies	745	13,7226152
voting	549	13,6255445
corruption	477	13,5649321
latin	453	13,4445206
voters	616	13,4337892
preferences	567	13,3457419
also	1029	13,3423077
crisis	577	13,2804082
comparative	703	13,1919463
participation	566	13,1366852
effects	727	13,093798
using	986	13,0678426
find	884	12,9982287
reform	579	12,9981962
competition	565	12,9918454
different	777	12,8807638
society	554	12,8409847
effect	683	12,8286617
election	498	12,771398
decentralization	403	12,6857265
role	755	12,6291455
case	774	12,6027597
system	592	12,5388011
survey	713	12,4571476
likely	697	12,431169
economy	530	12,4255636
representation	480	12,3766599
union	570	12,2221142
groups	588	12,0933897
regional	424	12,0411984
argue	792	12,0250708
media	436	11,9915892
protest	391	11,9783758
results	706	11,9410726
theory	571	11,760363
across	664	11,7100638

military	366	11,6958307
however	775	11,6468632
show	720	11,6373894
identity	414	11,5696223
labor	359	11,5628062
integration	490	11,5380297
trust	389	11,5183737

Tabela A 2 - Termos dicionário e métricas

TERMO	n	paper	prop	FIT
State	4915	1792	0,456444218	2243,42
Party	5400	1305	0,332399389	1794,96
Democracy	4343	1615	0,411360163	1786,54
Policy	3956	1456	0,370860927	1467,13
Election	4327	1292	0,32908813	1423,96
Bureaucracy	2646	1004	0,255731024	676,66
Regime	2250	895	0,227967397	512,93
Local Government	1930	674	0,171676006	331,33
Vote	1810	645	0,164289353	297,36
Authoritarianism	1757	631	0,160723383	282,39
Citizenship	1328	616	0,1569027	208,37
Legislative	1403	514	0,130922058	183,68
Public Opinion	1166	577	0,146968925	171,37
Reform	1134	547	0,13932756	158
Democratization	1047	556	0,141619969	148,28
Conflict	1029	536	0,136525726	140,48
Regime Change	930	483	0,123025981	114,41
Violence	1091	391	0,099592461	108,66
Governance	909	461	0,117422313	106,74
Civil Society	830	411	0,104686704	86,89
Elites	792	429	0,109271523	86,54
Ethnic	1095	307	0,078196638	85,63
Military Security	922	340	0,08660214	79,85
Crisis	846	351	0,089403974	75,64
Federalism	785	377	0,09602649	75,38
Leader	722	374	0,095262354	68,78
Gender Women	1166	229	0,058329088	68,01
Fiscal	839	313	0,079724911	66,89
Participation	643	331	0,08430973	54,21
Equality	711	296	0,075394804	53,61
President	761	270	0,068772287	52,34
Clientelism	755	236	0,060112073	45,38
Judiciary	709	245	0,062404483	44,24
Competition	533	301	0,076668365	40,86
Representation	577	278	0,070809985	40,86

Identity	599	267	0,068008151	40,74
Inequality	603	255	0,064951605	39,17
Ideology	524	287	0,073102394	38,31
Corruption	647	208	0,052980132	34,28
Decentralization	569	216	0,05501783	31,31
Constitution	512	215	0,054763118	28,04
Regulation	464	202	0,051451859	23,87
Trust	468	196	0,049923586	23,36
Coalition	438	209	0,053234845	23,32
Trade	437	200	0,050942435	22,26
Network	392	209	0,053234845	20,87
Accountability	383	212	0,053998981	20,68
Executive	355	191	0,048650025	17,27
Stability	289	200	0,050942435	14,72
Populism	379	145	0,036933265	14
Polarization	339	154	0,039225675	13,3
Campaign	322	152	0,038716251	12,47
Race	236	200	0,050942435	12,02
Migration	343	127	0,032348446	11,1
War	261	162	0,041263372	10,77
Globalization	258	153	0,038970963	10,05
Agenda	236	157	0,039989812	9,44
Crime	291	101	0,02572593	7,49
International Relations	248	117	0,029801325	7,39
Informal	246	112	0,028527764	7,02
Decision Making	162	120	0,030565461	4,95
Religion	176	82	0,020886398	3,68
Interest Groups	185	70	0,017829852	3,3
Deliberation	127	69	0,01757514	2,23
Public Sector	99	54	0,013754457	1,36
Police	112	47	0,011971472	1,34
Budget	86	55	0,01400917	1,2
Empowerment	86	44	0,011207336	0,96